

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AS PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO DOS JOVENS RURAIS NA UNIDADE DE  
PRODUÇÃO FAMILIAR**

**Luisa Helena Schwantz de Siqueira**

**Porto Alegre, 2004.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AS PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO DOS JOVENS RURAIS NA UNIDADE DE  
PRODUÇÃO FAMILIAR**

**Luisa Helena Schwantz de Siqueira  
Orientadora: Prof. Dra. Anita Brumer**

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural como  
requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre  
em Desenvolvimento Rural.**

**Porto Alegre, 2004.**

*Dedico esse trabalho a aqueles que são a luz que ilumina o meu projeto de vida: meus filhos Rafael, André e Henrique e meu marido José Carlos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a EMATER/RS por acreditar e investir na qualificação profissional de seus servidores, concedendo-me a oportunidade de realizar o curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural.

A Dra. Anita Brumer, que mais do que ser minha orientadora, tornou-se uma grande amiga, com sua paciência, incentivo e profissionalismo fez com esse trabalho se tornasse uma realidade.

Aos professores e colegas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, que sempre me incentivaram e apoiaram desde o início do curso.

Aos colegas da Emater/RS, pelas contribuições recebidas durante esse período, em especial aos colegas do escritório municipal de Santo Cristo e de Candelária.

À comunidade rural de Santo Cristo e de Candelária (jovens agricultores, professores, pais), pela espontaneidade e disposição de participarem desse trabalho.

A meus pais, pelo esforço que fizeram como agricultores, para que a filha estudasse e fosse alguém na vida.

A meu irmão que, sendo filho de agricultor, teve de permanecer trabalhando, não tendo chance de continuar a estudar, mas que desde o dia da realização da entrevista para fazer esse curso torce por mim.

Por fim os meus agradecimentos a meu marido e filhos, por compreenderem a importância desse trabalho, ainda que isso representasse menos horas de convívio familiar.

## RESUMO

Este trabalho examina a possibilidade de existência de uma crise social na agricultura familiar, na medida em que os filhos dos agricultores não podem ou não querem exercer a mesma profissão de seus pais. Procura-se identificar as características sociais e econômicas que influenciam as aspirações educacionais e ocupacionais dos jovens, assim como suas opções de local de moradia (rural ou urbana). A pesquisa foi desenvolvida no município de Santo Cristo, localizado na região Fronteira Oeste, e no município de Candelária, localizado na região Vale do Rio Pardo, ambos no Estado do Rio Grande do Sul. Foram aplicados questionários padronizados e realizadas entrevistas com jovens rurais, alunos de escolas estaduais do ensino médio, na faixa etária de 14 a 25 anos. Levando-se em consideração que muitos jovens decidiram cursar o ensino médio na cidade após terem optado por uma escolha profissional não-agrícola, a frequência a este tipo de escola tende a reforçar ou incentivar esta opção. Observam-se diferenças entre os jovens, pois as moças mostram maior inclinação a deixar a agricultura e o meio rural do que os rapazes. Embora as regiões pesquisadas tenham perfil socioeconômico diferente, o comportamento dos jovens em relação à atividade agrícola é praticamente o mesmo, pois, nas duas regiões, em sua maioria, eles formulam críticas semelhantes ao trabalho agrícola e descartam a possibilidade de suceder os pais como produtores rurais, pois recusam seu estilo de vida.

Palavras chaves: Juventude rural – educação – trabalho – jovens rurais

## ABSTRACT

This assignment consider the possibility of the existence of a social crisis in the familiar agriculture, in so far as the farmer's kids can't or don't want to perform the same profession their parents do. We try to identify the social and economical characteristics, which influence on educational and occupational aspirations of the young people, likewise their options of dwelling (rural or urban). The research has been developed in the town of Santo Cristo, located in the Fronteira Oeste (**western border**) Region, and also in the town of Candelária, located in the Vale do Rio Pardo region, both in the state of Rio Grande do Sul. Standardized questionnaires were applied and interviews with the rural youngs who were students at public high schools in the range of 14 to 25 years old. Considering that many youngs decided to attend high school in town after they chose a non-agricultural job, the frequency to this type of school tends to reinforce or to encourage this option. We can see differences between the young people, because ladies show bigger inclination to leave agriculture and the rural environment than boys. Although the researched regions have a different social and economical profile, the youngsters' behavior, related to agricultural activities, is basically the same, so, in both regions, in their majority, they formulate the same criticism about rural work and to discard the possibility of succeeding their parents as rural producers because the refuse their lifestyle.

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	9
LISTA DE TABELAS .....	10
 INTRODUÇÃO.....	 11
1. O PROBLEMA DE PESQUISA .....	16
2. OBJETIVOS .....	16
3. HIPÓTESES.....	17
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
 CAPÍTULO 1 JUVENTUDE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR.....	 24
1.1. A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESPECIFICIDADES .....	24
1.1.1. O conceito de agricultura familiar .....	25
1.1.2. O “espaço” da agricultura familiar .....	29
1.2. JUVENTUDE RURAL .....	31
1.2.1. O conceito de juventude rural.....	31
1.2.2. A juventude rural como protagonista do desenvolvimento .....	36
 CAPÍTULO 2 O ESPAÇO EMPÍRICO DESSE TRABALHO.....	 39
2.1. A REGIÃO DE SANTA ROSA.....	39
2.1.1 O município de Santo Cristo .....	45
2.1.2 A população de Santo Cristo .....	48
2.2. A REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO .....	50
2.2.1 O município de Candelária.....	53
2.2.2 A população de Candelária.....	55

CAPÍTULO 3 A EDUCAÇÃO FORMAL DOS JOVENS RURAIS .....	59
3.1. A EDUCAÇÃO RURAL .....	63
3.2 A ESCOLA E A FAMÍLIA.....	68
3.3 AS ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS DOS JOVENS DE SANTO CRISTO E CANDELÁRIA .....	71
3.4 EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE GÊNÊRO .....	83
CAPÍTULO 4 O TRABALHO NA VIDA DOS JOVENS RURAIS .....	87
4.1. UMA VISÃO PANORÂMICA DA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL .....	88
4.2. A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS E A DIVISÃO SEXUAL NO TRABALHO..	94
4.3. CONDIÇÕES MATERIAS DAS FAMÍLIAS E ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JOVENS .....	98
4.4. AS ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JOVENS RURAIS DE SANTO CRISTO E CANDELÁRIA.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	114
GLOSSÁRIO.....	123
ANEXOS .....	124



**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 População Rural de Santo Cristo 1960 -2000 .....	49
Gráfico 2 População Rural-Urbana de Santo Cristo 1991-2000 .....	50
Gráfico 3 População Rural de Candelária 1940-2000 .....	56
Gráfico 4 População Rural-Urbana de Candelária 1991-2000.....	57
Gráfico 5 Curso universitário pretendido pelos jovens rurais de Santo Cristo e de Candelária.	76
Gráfico 6 Local preferido para morar, segundo a opção dos jovens de Santo Cristo e de Candelária.....	80
Gráfico 7 O jovem e o trabalho .....	91
Gráfico 8 Quem cozinha?.....	97
Gráfico 9 Quem compra mantimentos?.....	98
Gráfico 10 Opções de moradia segundo os jovens de Candelária.....	106
Gráfico 11 Opções de moradia segundo os jovens de Santo Cristo .....	107

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Composição da Amostra .....	20
Tabela 2 População da região Fronteira Noroeste .....	44
Tabela 3 População do município de Santo Cristo .....	48
Tabela 4 População da região do Vale do Rio Pardo.....	52
Tabela 5 População do município de Candelária.....	55
Tabela 6 Aspirações educacionais dos jovens de Santo Cristo e de Candelária.....	73
Tabela 7 Local de residência preferido pelos jovens rurais do município de Santo Cristo e de Candelária.....	78
Tabela 8 Aspirações educacionais dos jovens rurais X tamanho da propriedade.....	81
Tabela 9 Rendimento médio dos jovens de 15 a 24 anos ocupados, por sexo e setor de atividade, Brasil e Região Sul – 1995 .....	93
Tabela 10 Você gostaria de exercer a mesma atividade de seu pai?.....	101
Tabela 11 Você gostaria de exercer a mesma atividade de sua mãe? .....	103
Tabela 12 Na sua percepção qual a profissão que seu pai gostaria que você tivesse? .....	104

## INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou por muitas transformações econômicas e sociais, principalmente a partir do período pós-guerra, quando iniciou o processo de inovação tecnológica chamado modernização da agricultura.<sup>1</sup> Segundo KAGEYAMA (1987), esse processo se deu através da passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais. Nesse sentido, Graziano (1996) refere-se ao início das transformações da agricultura já no ano de 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro e implantada a Lei de Terras.<sup>2</sup>

Com a modernização da agricultura e o conseqüente avanço tecnológico, ocorreu o aumento da produtividade tanto da terra como do trabalho, o que significa a diminuição do número de trabalhadores necessários para produzir um volume maior de produção. O resultado foi a exclusão de milhões de brasileiros das oportunidades de ocupação produtiva e geração de renda que o campo pode proporcionar. O êxodo rural, que encheu as cidades com refugiados do campo, foi considerado como resultado inevitável desse processo de modernização (MARTINE e GARCIA, 1987).<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> O termo modernização da agricultura é citado por autores como KAGEYAMA (1987) e GRAZIANO DA SILVA (1996) como sendo a mudança na base técnica da agricultura com a introdução da mecanização e fertilizantes e com o aprofundamento das relações capitalistas no campo.

<sup>2</sup> A Lei de Terras, promulgada em 1850, visava fundamentalmente alcançar três objetivos: (1) proibir a aquisição de terras que não se desse por meio da compra, extinguindo, portanto, o regime de posses, (2) aumentar o preço da terra e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores rurais, para impedir a redução da mão-de-obra e a elevação dos salários, (3) os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, para ampliar a oferta de força de trabalho e impedir que os salários se elevassem (SANDRONI, 2002).

<sup>3</sup> A discussão sobre se o êxodo rural decorre de forças de atração ou de expulsão, vigente no Brasil nos anos 70 (ver, por exemplo, Martine e Garcia, 1987), perdeu espaço à medida que a migração rural-urbana se intensificou. Adota-se, neste trabalho, a perspectiva de que, antes de constituir um fenômeno de atração para as grandes cidades brasileiras, o êxodo rural representa a falta de oportunidades ou de perspectivas de permanência no meio rural. As informações da mídia focalizam as atrações do meio urbano, mas elas dificilmente teriam apelo tão significativo se não houvesse, no meio rural, dificuldades de absorção dos jovens nascidos e criados ali.

Segundo Balsadi et alii (2001), no período de 1990 – 2000, devido às mudanças tecnológicas, principalmente com a mecanização da colheita das grandes culturas, houve uma redução significativa de 21,5% na demanda de mão de obra na agricultura brasileira. No início dos anos 1990, com o plano do governo Collor, ocorreu o desmanche dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução de crédito agropecuário) juntamente com a redução de subsídios ao crédito rural, à pesquisa e à assistência técnica. Concomitantemente, houve uma abrupta abertura comercial, que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria dos casos impossibilitada de competir com os produtos internacionais. Além disso, o fracionamento das terras contribuiu para inviabilizar economicamente muitas propriedades, muitas destas transformando-se em sítios de lazer, para moradores da cidade, e outras se mantendo como local de moradia para famílias pluriativas.<sup>4</sup>

Em algumas situações, o fato de algum membro da família ter um trabalho externo à unidade de produção familiar pode proporcionar a absorção de um número maior de jovens na agricultura familiar. Em outras situações, a busca de trabalho externo é uma conseqüência da diminuição do número de trabalhadores necessários na agricultura familiar, porém possibilita a reprodução dos membros da família no que concerne à sobrevivência biológica. No entanto, as condições de reprodução geracional da unidade produtiva agrícola não ficam necessariamente asseguradas com a pluriatividade de seus membros.

Nos estados brasileiros, tem havido, nas últimas décadas, uma significativa redução da população rural. O Rio Grande do Sul é, dentre os estados brasileiros, o que tem apresentado a taxa mais baixa de redução da população rural, mas, como em outros estados, esta vem diminuindo a cada ano, segundo os dados dos censos do IBGE. Em 1960, a população rural compreendia 55,1% do total da população do Rio Grande do Sul, 46,7% em 1970, 32,45% em 1980, 23,4% em 1991, 21,3% em 1996 e 19,0% em 2001.<sup>5</sup> Os dados da PNAD - 2001 também

---

<sup>4</sup>Famílias pluriativas são aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não agrícola (SCHNEIDER, 2003).

<sup>5</sup>No Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) esses dados são contestados, tendo em vista que a contagem de todos os que residem em sedes de municípios e de distritos é realizada como se pertencessem à população urbana. Estimativas baseadas em critérios atualmente em uso nas organizações internacionais indicam ao contrário, que quase um terço da população - 52 milhões de pessoas - vive nas 500 microrregiões essencialmente rurais de um conjunto de 600 microrregiões brasileiras.

mostram que grande parte da migração rural-urbana é constituída de jovens, entre 15 e 19 anos, sendo que, entre estes, predominam os jovens do sexo feminino.

Abramovay, em seu trabalho sobre a valorização do espaço rural, chamou atenção para o fenômeno da “desertificação rural”, ou seja, o esvaziamento do campo, que, segundo o autor é, hoje, uma das maiores ameaças para o desenvolvimento rural. “*O esvaziamento dos campos, longe de garantir a preservação harmoniosa da natureza, corresponde antes de tudo a um enorme desperdício de recursos e potenciais, que poderiam ser aproveitados na luta contra a exclusão social*” (ABRAMOVAY, 1997, p.1). De acordo com os estudos desenvolvidos pelo autor, os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens, e em seu interior, o peso das moças é superior ao dos rapazes. Esse processo migratório pode levar o meio rural ao envelhecimento e à masculinização, como ocorreu na França. Bourdieu (1962), em seu trabalho **Celibat et Condition Paysanne**, considerou esses dois fatores como responsáveis pelo fenômeno ocorrido na França, chamado de *célibat paysan*.

Em sua análise sobre a agricultura familiar do Sul do Brasil, Abramovay (1997) manifesta, ainda, sua preocupação com a reprodução das novas unidades de produção familiar, pois, segundo o autor, após 1970 a possibilidade de formação de novas unidades produtivas ficou mais difícil. Para o autor, a idéia de que os filhos reproduzem os papéis dos pais cada vez mais se distancia da realidade.

A formação de novas gerações de agricultores envolve um processo que abrange a sucessão profissional (administração do negócio), a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes, e a aposentadoria da geração atual, viabilizando a transferência do trabalho e do poder sobre os ativos que compõem a unidade produtiva para a geração seguinte (GASSON & ERRINGTON, 1993 apud Abramovay et alii, 1998, p.18). Também a viabilidade econômica do empreendimento, a qualificação necessária ao novo agricultor, as oportunidades e as estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas, as relações de gênero, a escolha profissional e a valorização da profissão de agricultor, bem como a apreciação da vida

no campo, são fatores que interferem na formação de novas gerações de agricultores (BRUMER, 2004).

De acordo com Almeida (1986), as famílias reproduzem-se de duas maneiras: reprodução de ciclo curto (a obtenção de meios de manutenção da vida, tais como alimentação, habitação, cuidados com a saúde e outros) e reprodução de ciclo longo (geracional). A reprodução de ciclo curto dá-se através do trabalho e do consumo, com o objetivo de preservar a família,<sup>6</sup> enquanto a reprodução de ciclo longo ocorre via casamento, nascimento, morte e herança. A reprodução no longo prazo também compreende a perspectiva de continuidade dos meios de produção para a nova geração, significando que os produtores de hoje devem preservar a qualidade da terra e do meio ambiente.

O produtor familiar, em suas estratégias de reprodução, utiliza os recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que aprendeu a dominar ao longo do tempo: a terra, o trabalho e a família (WANDERLEY, 1999). Também para Woortmann (1990), terra, trabalho e família interpenetram-se e não podem ser considerados em separado. *“Pensar em trabalho é pensar em terra e família; pensar em troca é pensar que elas ocorrem entre pais de família, enquanto pessoas morais, e não indivíduos. Elas são categorias que ordenam o mundo rural”* (WOORTMANN 1990).

Desse modo, parte-se do pressuposto de que os produtores familiares têm interesse na continuidade do estabelecimento que dirigem, esperando que pelo menos um de seus filhos siga como produtor rural no estabelecimento familiar. Esse pressuposto se baseia na idéia dos investimentos e no trabalho acumulado no estabelecimento, que constituem um patrimônio familiar com valor não apenas econômico, mas também simbólico e afetivo.

Como a migração rural-urbana caracterizou-se, na última década, pela predominância de jovens rurais, vários pesquisadores preocuparam-se em estudar a problemática desses jovens. Entre eles estão Champagne (1986), Durston (1994,1999), Galland & Lambert (1993),

---

<sup>6</sup> A família é composta pelas pessoas que pertencem a uma unidade doméstica, compartilham a mesma casa e uma cozinha e trabalham juntas (ALMEIDA, 1986).

Abramovay (1997) e Silvestro (2001). A preocupação principal desses pesquisadores foi explicar o êxodo dos jovens rurais a partir das condições de vida e trabalho no meio rural. Praticamente todos observaram diferenças entre rapazes e moças. De um modo geral, chamam atenção para as condições de trabalho, geralmente muito duras, e para a baixa remuneração, quando a atividade agrícola é comparada com outras atividades. Seus estudos parecem indicar também uma maior chance de as propriedades familiares agrícolas terem como sucessor um dos filhos dos atuais proprietários quando a remuneração da atividade é relativamente elevada, o que garante mais vantagens às propriedades maiores, consolidadas e com boa inserção no mercado.

O entendimento das causas da migração seletiva que leva um número maior de mulheres do que de homens jovens a ir para a cidade é outra questão que requer exame. Para Brumer, as mulheres jovens têm menor interesse do que os rapazes em permanecer na atividade agrícola, porque seu trabalho nessa atividade assume um caráter apenas secundário, aparecendo geralmente como “ajuda” ao trabalho desenvolvido pelos homens. Além disso, as mulheres quase sempre são excluídas da herança da terra (BRUMER, 2004). Nessa mesma perspectiva, Paulilo (2000) manifesta-se sobre a existência de um padrão de sucessão nas propriedades, principalmente nas de colonização italiana e alemã. Para a autora, são principalmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras pelo casamento.

A juventude rural é uma categoria variável, socialmente construída, invisível para a maioria dos analistas das questões rurais e que, aos poucos, está despertando o interesse de instituições governamentais (Durston, 1999). Neste trabalho, analisam-se as perspectivas de permanência, na atividade agrícola, dos jovens oriundos do meio rural. Procura-se dar um enfoque comparativo à questão, observando-se as aspirações educacionais e ocupacionais de jovens do meio rural, diferenciados por sexo, numa perspectiva de gênero, em duas regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul.

## **1 O PROBLEMA DE PESQUISA**

A maioria das pesquisas sobre os jovens foi feita no Exterior (Galland e Lambert, Champagne e Carneiro, com dados empíricos da França; Durston trabalha com uma base empírica latino-americana). Os poucos estudos realizados no Brasil privilegiaram, em geral, o Estado de Santa Catarina, como o estudo de Abramovay, o do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, através de uma comparação entre uma amostra de ambos os estados, feita por Carneiro em 1999.

Ao mesmo tempo em que esses autores apontam algumas características que parecem ser mais ou menos generalizadas, há outras que apresentam particularidades específicas. Devido a isso, pode-se questionar se os resultados dos trabalhos de outros pesquisadores aplicam-se ao Rio Grande do Sul. Também podem ser levantadas questões novas, para explicar os diferenciais de gênero na migração campo-cidade, a partir dos depoimentos de mães e de jovens mulheres que ainda residem no meio rural.

As principais questões que se colocam para a pesquisa são: Que motivos levam os jovens, principalmente as moças, a sair do meio rural em direção à cidade? Que condições estimulam os jovens (incluindo as moças) a formularem projetos de permanência no meio rural e na atividade agrícola? Quais as oportunidades existentes para a inserção de jovens (rapazes e moças) na unidade de produção familiar? As perspectivas de permanência dos jovens rurais na atividade agrícola variam em sub-regiões distintas de uma mesma região (o Estado do RS)? Se isso ocorre, quais os principais fatores que explicam essas diferenças?

## **2 OBJETIVOS**

Identificar as características sociais e econômicas (sexo, escolaridade, tamanho da propriedade) que influenciam na intenção de permanência ou não do jovem rural na unidade de produção familiar.



Descrever os fatores (gênero, divisão do trabalho entre os membros da família) que interferem na intenção dos jovens de permanecer ou não na unidade de produção familiar.

Identificar os fatores (possibilidade de trabalho na agricultura, ou não, valorização do meio rural) que contribuem para a intenção dos jovens de permanecer no meio rural.

Verificar como os pais influenciam as perspectivas dos filhos de permanecerem, ou não, na agricultura.

Examinar as principais diferenças nas perspectivas de inserção dos jovens rurais nas atividades agrícolas da agricultura familiar, em dois municípios situados em regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul.

### **3 HIPÓTESES**

O sexo e a educação exercem um papel fundamental nas perspectivas dos jovens de permanecerem, ou não, na agricultura: os rapazes, que possuem a expectativa de herdar a terra, valorizam menos a escolaridade e mais a atividade agrícola; as moças, que vêem no estudo uma alternativa para a busca de uma outra atividade, valorizam mais a formação escolar e não vêem perspectivas de assumir a atividade agrícola profissionalmente.

A rejeição da atividade agrícola das jovens mulheres decorre de um processo de socialização, através do qual elas não são consideradas como trabalhadoras principais da unidade de produção familiar e são estimuladas a estudar para buscar uma atividade ocupacional não agrícola. Elas também têm escassas perspectivas de herdar a terra.

A sucessão profissional na unidade de produção familiar depende das condições econômicas da unidade produtiva (tamanho do estabelecimento): quanto melhores forem as condições materiais de produção dos estabelecimentos maiores serão as perspectivas de pelo menos um dos filhos permanecer na propriedade.

As perspectivas dos jovens de permanecer ou não na atividade agrícola variam conforme a região do estado onde se inserem; devido a características contextuais distintas.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa envolve um estudo comparativo – sob as perspectivas de inserção dos jovens rurais na atividade agrícola – em duas regiões distintas do Rio Grande do Sul: a região Noroeste e a Depressão Central. Na primeira, foi selecionado o Município de Santo Cristo, e, na segunda, foi escolhido o Município de Candelária. As razões para a escolha desses municípios devem-se a: (a) sua situação geográfica, que os distancia entre si; (b) diferenças na organização dos jovens rurais<sup>7</sup>; (c) diferentes sistemas de produção agropecuária, com ênfases diferenciadas na ocupação da mão de obra.

Em cada um dos municípios incluídos na pesquisa foram combinados os métodos quantitativos e o qualitativo. A pesquisa quantitativa envolveu a aplicação de um questionário padronizado a alunos do ensino médio, de escolas públicas, em ambos os municípios. A pesquisa qualitativa envolveu a coleta de dados com base em roteiro semi-estruturado, com jovens rurais, supervisoras pedagógicas e diretoras das escolas, e técnicos da EMATER-RS nos municípios de Montenegro, Candelária e Santo Cristo.

---

<sup>7</sup> Segundo informação de técnicos da Emater, durante a pesquisa exploratória em Santo Cristo, ocorreu a organização de grupos de jovens para a obtenção de recursos, através do RS - Rural, visando à obtenção de terras via microcrédito e a implantação de atividades produtivas geradoras de renda, o que não se verificou em Candelária. No Município de Candelária, por sua vez, a maioria dos jovens faz parte do Conselho Candelariense de Juventude Rural (COCANJUR), que integra o Conselho Regional de Juventude Rural (COREJUR), formado por 20 municípios (EMATER, 2000).

Para a pesquisa quantitativa, elaborou-se uma versão preliminar do questionário, que foi submetida a teste, em maio de 2002, numa escola do Município de Montenegro que contava com alunos oriundos do meio rural.<sup>8</sup> O questionário utilizado no pré-teste foi respondido por 19 alunos, selecionados pela diretora da escola, sendo todos residentes no meio rural. Após essa fase foi necessário fazer algumas alterações na formulação das perguntas, com o objetivo de torná-las mais claras e reduzir o tempo de preenchimento, bem como uma nova formatação codificando as questões, para a informatização dos dados.

A aplicação dos questionários padronizados, nos dois municípios incluídos no estudo, foi feita em abril de 2003, em Santo Cristo, e em junho de 2003, em Candelária. Em ambos os casos, selecionaram-se as escolas com o auxílio de técnicos da Emater com exercício naqueles municípios, e contataram-se as respectivas diretoras e supervisoras pedagógicas (que, em ambos os casos, acompanharam a aplicação dos questionários).

Uma vez indicadas, pela direção das escolas, as turmas de alunos a serem estudados, após uma breve introdução explicando os objetivos da pesquisa, os questionários foram distribuídos e respondidos por eles próprios.

Em Candelária, a supervisora pedagógica solicitou aos alunos residentes no meio urbano que deixassem a sala, sendo os questionários respondidos apenas pelos alunos residentes no meio rural. A amostra nesse município foi composta por 55 jovens, sendo 24 do sexo masculino e 31 do sexo feminino.

Em Santo Cristo, como não houve uma seleção prévia dos alunos, os questionários foram respondidos tanto por aqueles residentes no meio urbano como por residentes no meio rural. Posteriormente, após um exame dos questionários, foram excluídos oito, cujas respostas estavam incompletas; também foram separados os questionários respondidos por alunos do meio rural e urbano. Para essa pesquisa, foram considerados apenas os questionários

---

<sup>8</sup> Os dados que resultaram do pré-teste do questionário não foram incluídos na pesquisa propriamente dita.

respondidos por alunos residentes no meio rural.<sup>9</sup> A amostra, nesse município, foi formada por 69 jovens, sendo 30 do sexo masculino e 39 do sexo feminino.

Conforme a tabela 1, a amostra total da pesquisa foi formada por 124 jovens, sendo 55 do município de Candelária e 69 do município de Santo Cristo. É importante observar-se que os jovens rurais, objeto desse estudo, são todos filhos de agricultores.

**TABELA 1**  
**Composição da Amostra**

Faixa Etária	Santo Cristo						Candelária					
	Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Entre 14 e 15 anos	11	15,9	7	17,9	4	13,3	21	38,2	14	58,3	7	22,6
Entre 16 e 18 anos	52	75,4	31	79,5	21	70,0	29	52,7	9	37,5	20	64,5
Entre 19 e 25 anos	6	8,7	1	2,6	5	16,7	5	9,1	1	4,2	4	12,9
Total	69	100,0	39	100,0	30	100,0	55	100,0	24	100,0	31	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

As escolas incluídas na pesquisa foram a Escola Estadual de 1° e 2° grau Gastão Bragatti Lepage, no Município de Candelária, e a Escola Estadual de Educação Básica Leopoldo Ost, Município de Santo Cristo. A amostra contemplou alunos do 1°, do 2° e do 3° ano do segundo grau, de ambos os sexos, estudantes do turno da manhã e da noite, na faixa etária de 14 a 25 anos.

A escolha desse processo de coleta de dados pode implicar conseqüências para a pesquisa. Por um lado, a aplicação dos questionários foi bastante simples, viabilizando coleta de dados simultânea de uma amostra relativamente grande. Por outro lado, (a) como os próprios alunos leram e preencheram os questionários, há o risco de que nem todos tenham entendido as questões

<sup>9</sup> Uma análise contemplando algumas informações dos alunos da escola de Santo Cristo, comparando as respostas dos residentes no meio rural (69 alunos) com as dos residentes no meio urbano (42 questionários), foi apresentada no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2003 (SIQUEIRA, 2003).

da mesma maneira;<sup>10</sup> (b) não há segurança de que os dados sejam representativos dos jovens dos municípios incluídos na pesquisa, pois não se conhecem as características de suas respectivas populações de jovens; (c) o fato de a educação, principalmente a partir do segundo grau, envolver, de um modo geral, predominantemente jovens que não pretendem assumir a atividade agrícola e/ou a propriedade dos pais, pode implicar que, no caso deste estudo, os jovens entrevistados já tenham feito essa opção e que suas respostas sejam indicativas da mesma.

Lembra-se aqui que a pesquisa realizada por Patrick Champagne, na região de Bresse, na França, utilizou um método semelhante. Mas, no caso francês, a escolaridade é obrigatória até o término do segundo grau, que geralmente os jovens concluem entre os 16 ou 17 anos. Na pesquisa aqui considerada, tratando das perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar (UPF) agrícola, ficam dúvidas sobre o processo sucessório nas unidades de produção familiar (não examinado, porque a unidade de análise era o jovem estudante e não a UPF)), pois os possíveis sucessores talvez não tenham sido entrevistados. Essas questões serão levadas em conta durante a análise dos dados, de modo a evitar conclusões e generalizações que possam distorcer a realidade.

O questionário foi estruturado em quatro blocos, a saber:

- identificação (sexo, idade, instrução, estado civil, local de moradia);
- aspiração profissional (profissão, profissão dos membros da família, formas de trabalho);
- estrutura familiar (composição do grupo familiar, indicadores de qualidade de vida (bens domésticos, uso da mão-de-obra familiar);
- organização social (formas de lazer, religião, vinculação a grupos de jovens).

A elaboração e tabulação dos dados foram realizadas através do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 11.0.

---

<sup>10</sup> Na verdade, há risco semelhante em coletas de dados em que o entrevistador formula as perguntas e o entrevistado responde.

Para a pesquisa qualitativa foi elaborado um roteiro de entrevista. Com base neste roteiro foram realizadas, no pátio da escola, na hora do recreio, as entrevistas com os jovens rurais. Nas primeiras entrevista utilizou-se o gravador, que logo foi deixado de lado por notar-se que ele era um elemento inibidor para os jovens, utilizando-se, então, somente o roteiro de entrevista, elaborado previamente. Entrevistaram-se 12 jovens do município de Candelária e oito jovens do município de Santo Cristo, transcrevendo-se somente os trechos mais representativos das mesmas.

Sobre a técnica da entrevista Riesman (1964) mostra que alguns “vieses” podem afetar o resultado da mesma na medida em que essa técnica pressupõe, na maior parte do tempo, a aptidão dos sujeitos para se ajustarem ao que, convencionalmente, se entende por entrevista. Segundo o autor *“como caso particular da troca social, ela não escapa às convenções relativas ao que se deve dizer e calar, convenções essas que variam segundo as classes sociais, regiões e grupos étnicos”*. (RIESMAN apud BOURDIEU, 1999, p.201).

Como se admite existirem diferenças importantes entre as classes sociais, é necessário que o entrevistador distinga essas diferenças, optando por estratégias de comunicação, na condução da entrevista, que facilitem os resultados de seu trabalho. Ghiglione e Matalon, a esse respeito, dizem que *“(...) o entrevistador deve conhecer todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como irá introduzir são deixados ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista”* (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p.64).

Para Schneider (1999), em sua análise sobre a pluriatividade na agricultura familiar, *“essa técnica é um instrumento importante para a investigação sociológica, porque permite ao sujeito investigado a estruturação de explicações sobre sua condição e a realidade em que vive”* (SCHNEIDER, 1999, p.224).

Para melhor compreensão desse trabalho ele está dividido em quatro capítulos. No Capítulo 1, abordam-se as especificidades da agricultura familiar e examinam-se os diversos conceitos de juventude rural, tentando mostrar como essa categoria está sendo vista pelos

pesquisadores sociais, instituições governamentais, entre outros. Também se discute a perspectiva de os jovens serem os principais atores sociais do espaço rural, pois “*não existe desenvolvimento rural sem jovens*” (SILVESTRO, 2001).

No Capítulo 2, abordam-se as características do espaço empírico onde se desenvolveu o trabalho, procurando-se descrever alguns aspectos históricos e socioeconômicos da região e do município escolhido, sua estrutura educacional e fundiária, bem como a variação do tamanho e das características da população.

No Capítulo 3, examinam-se as aspirações educacionais dos jovens dos municípios pesquisados, busca-se fazer uma abordagem conceitual sobre a educação e a educação rural e procura-se mostrar que os jovens rurais consideram a educação formal uma importante estratégia para melhorar de vida.

No capítulo 4, apresentam-se dados sobre a situação dos jovens (rurais - urbanos) frente ao mercado de trabalho. Examina-se como é a divisão sexual do trabalho na agricultura e as desigualdades de gênero que dela decorrem. Posteriormente, analisam-se as perspectivas profissionais dos jovens rurais de Santo Cristo e de Candelária.

Nos Anexos apresentam-se o questionário utilizado na pesquisa de campo e o roteiro da entrevista.

## **1 JUVENTUDE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR**

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira parte pretende-se contextualizar a agricultura familiar e suas especificidades, examinando as diversas posições teóricas sobre o conceito de agricultura familiar. O objetivo é fazer uma reflexão sobre a importância da agricultura familiar e sobre suas possibilidades de reprodução geracional. Na segunda parte do capítulo aborda-se o conceito de juventude rural e o seu papel no desenvolvimento rural, tentando mostrar como o tema abordado nesta dissertação é importante para a continuidade da agricultura familiar.

### **1.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESPECIFICIDADES**

Na introdução do livro que organizou, “*A agricultura familiar; uma realidade multiforme*”, Hugues Lamarche considera que, para compreender a agricultura familiar na atualidade, é preciso levar em conta duas referências fundamentais, que informam o seu modo de funcionamento. Por um lado, o que ele chama de modelo original, isto é, o patrimônio sócio-cultural, herdado das gerações precedentes, suas raízes. Por outro lado, o modelo ideal, que expressa os projetos dos agricultores em relação ao seu futuro e orienta suas estratégias de reprodução (LAMARCHE, 1993).

Nessa perspectiva, a agricultura familiar é considerada fruto de um longo processo histórico, pois desde a história do Brasil algum tipo de agricultura já era praticado. “*A agricultura familiar sempre coexistiu de forma periférica ao modelo agrário exportador, baseado na monocultura (açúcar, café e outros), que prevaleceu desde o período colonial (INCRA, 2000)*”.



Os primeiros agricultores familiares que surgiram foram os índios aculturados e negros fugidos ou libertos que, no período colonial, praticavam a agricultura de subsistência e produziam alimentos para a comunidade onde viviam. Segundo Lopes et alii (1995), grande parte da variedade das formas de organização da agricultura familiar nas regiões brasileiras deve-se à herança deixada pelas culturas indígena e negra, na formação da nossa população rural. De acordo com o mesmo autor, o negro veio para o Brasil para assumir o papel de trabalhador rural e doméstico. Esse papel foi assumido sem que ele tivesse qualquer relação de propriedade da terra ou opção de escolha sobre as atividades de plantio (LOPES, 1995).

Independente de quais sejam as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países em que um mercado organiza trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações de cuja produção a família participa (LAMARCHE, 1993).

Atualmente, a formação dessa categoria de agricultores é bastante heterogênea, apresentando características diferenciadas em diferentes países e nas diversas regiões de um mesmo país, de acordo com as influências culturais, econômicas e políticas.

### **1.1.1 O conceito de agricultura familiar**

A discussão em torno do conceito de agricultura familiar e a sua importância no desenvolvimento do país vem ganhando força nos últimos anos, devido ao debate entre os cientistas sociais sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local.

Segundo Medeiros (1997) o termo “agricultura familiar” começou a ganhar terreno, também, pela necessidade de unificar-se uma série de novas identidades sociais, que emergiram, através dos movimentos sociais, nos anos 1990. A emergência da agricultura familiar como categoria sindical apareceu intimamente articulada com a idéia de um novo modelo de reivindicação. Temas que eram antes considerados de menor importância, tais como alternativas de comercialização, estímulo à construção de agroindústrias, dimensões ambientais da produção

agrícola, educação formal e profissional dos jovens no campo, ganharam espaço no movimento sindical e na esfera governamental.

*Embora as ações empreendidas pelo movimento sindical tenham produzido resultados fragmentados e de pouca repercussão política, pode-se afirmar que esse movimento constituiu-se em marco decisivo para a unificação do discurso em defesa dos interesses dos agricultores familiares. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma identidade política (MEDEIROS, 1997, p.70).*

Para Maria José Carneiro existe um consenso entre os analistas sociais sobre o conceito de agricultura familiar: “*trata-se de uma unidade de produção onde trabalho, terra e família são intimamente relacionados*”. Entretanto, segundo a autora, esta noção acaba por se tornar limitadora tendo em vista englobar em um único conceito uma grande variedade de agricultores; trata-se de uma noção ampla que inclui um grau de ambigüidade elevado por integrar em um único rótulo grupos sociais bastante heterogêneos e princípios definidores divergentes (CARNEIRO, 1999).

Abramovay (1997) caracteriza a agricultura familiar e a distingue das formas sociais dominantes em todos os outros grandes setores da economia. Para o autor:

*a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).*

Fazendo referencia ao trabalho familiar, Abramovay (1997) chama a atenção para as características da família: ela não é simplesmente um “subsistema” dentro do sistema produtivo: ela possui regras, padrões sociais de comportamento, que devem ser observados, estudados para não comprometerem o processo como um todo. A reprodução da unidade reprodutiva é também a reprodução da família agrícola e, se não for pensada assim, não está se falando de agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1997).

Para Lamarche (1993), a agricultura familiar não é apenas “*um elemento da diversidade, mas contém nela mesmo toda uma diversidade*”, pois os agricultores familiares estão em maior ou menor intensidade em todas as partes do mundo, constituindo grupos heterogêneos diversos. Inúmeros estudos nas últimas décadas têm demonstrado como, em um mesmo lugar ou em um mesmo modelo de funcionamento, os agricultores familiares diferem profundamente conforme suas condições objetivas de produção (LAMARCHE, 1993).

Embora se tenha abordado vários entendimentos sobre o que significa essa categoria “agricultura familiar”, deve-se ressaltar que, no Brasil, esta discussão só foi intensificada quando o governo elegeu essa forma de produção como protagonista do desenvolvimento rural em suas políticas públicas para a agricultura, baseando-se em análises que atribuem à agricultura familiar condições mais favoráveis de competitividade quando comparada à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão-de-obra (VEIGA, 1994; FAO – INCRA, 1994).

Para fins de financiamento no Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF), o Manual de Crédito Rural (2001) descreve os agricultores familiares passíveis de receber seus benefícios como sendo:

*todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas e que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:*

1. *não possua, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais<sup>11</sup>, quantificados na legislação em vigor,*
2. *utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do empreendimento ou estabelecimento;*
3. *residam no próprio estabelecimento ou em local próximo.*

Para a definição de público prioritário, em seus programas de desenvolvimento rural sustentável, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o

---

<sup>11</sup> O módulo fiscal corresponde a área de terras necessária e suficiente para uma família de agricultor produzir e se desenvolver. O tamanho dessa área varia de município para município em função da qualidade das terras, da sua localização geográfica, da proximidade e acesso aos mercados e dos sistemas de produção predominantes (INCRA-1996).

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

*O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão -de -obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (FAO-INCRA, 1996).*

José Souza Martins, em seu trabalho sobre os impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil, refere-se à agricultura familiar como uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Porém, para Martins (2001), a multiplicidade de ganhos familiares (aposentadoria, remessas econômicas dos filhos oriundas de ganhos fora da agricultura, bolsa-trabalho) faz da agricultura familiar mais uma “*rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento familiar nuclear como supõem os organizadores dos censos e supõem, no geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos*” (MARTINS, 2001, p. 2). Ainda para esse autor, essa rede concede à agricultura familiar mais duas características: a “*multiespacialidade e a multitemporalidade*”.

Soares (2000) remete à agricultura familiar mais uma característica, “*a multifuncionalidade*”, que segundo o autor, se traduz pela contribuição desse segmento à segurança alimentar, a função ambiental, a função econômica e a função social.

### 1.1.2 O “espaço” da agricultura familiar

A agricultura familiar passa a ocupar espaço nas agendas governamentais a partir do conhecimento do seu tamanho e importância, divulgado através de estudos feitos por cientistas sociais interessados nesse tema.

De acordo com Guanziroli e Cardim (2000), a agricultura familiar representa 85,2% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupa 30,5% da área total (cerca de 108 milhões de hectares) e é responsável por 37,9% do valor bruto (VBP) da agropecuária nacional e por 76,9% do pessoal ocupado. No entanto, os agricultores familiares recebem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Além disso, como mostram os autores, a renda total por hectare demonstra que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, produzindo em média R\$ 104/ha/ano, contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais.

A região Sul do Brasil é a mais forte do País em termos de agricultura familiar, representando 90,5% de todos os estabelecimentos da região (907.635 agricultores familiares). A agricultura familiar ocupa nessa região 43,8% da área e responde por 57,1% do VBP agropecuário e 83,9% do pessoal ocupado e os agricultores familiares recebem 43,3% do total de financiamentos destinados à agricultura (55% do crédito rural utilizado pelos agricultores familiares do Brasil).

Picinatto *et alii* (2000, p.4) destacam que, entre os agricultores brasileiros, os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, são responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitam mais o meio ambiente e, principalmente, potencializam a economia dos municípios onde vivem. No entanto, esses dados não demonstram os sérios problemas estruturais e conjunturais vividos pelos agricultores familiares no Brasil. Uma parte significativa desses não tem acesso à terra, sendo que 39,8% deles possui, sob qualquer forma, menos de cinco hectares de área total e apenas 16,7% têm acesso a algum tipo de assistência técnica.

Uma questão fundamental para a agricultura familiar é sua perspectiva de reprodução geracional, com frequência chamada de reprodução no longo prazo (ALMEIDA, 1986). De um modo geral, os autores que se dedicaram ao estudo da agricultura familiar (TAVARES DOS SANTOS, 1984; SEYFFERT, 1985; ALMEIDA, 1986; ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 1998; CHAMPAGNE, 1986; TEDESCO, 1999; WOORTMAN, 1995; LAMARCHE, 1993) argumentam que os produtores familiares têm como meta tanto a reprodução de si mesmos e de seus familiares, no prazo curto, como a continuidade da unidade de produção familiar através de pelo menos um de seus filhos.

No início do processo de colonização, no Sul do Brasil, os camponeses (ou agricultores familiares, na expressão usada hoje) tinham muitos filhos e dividiam a terra no máximo em duas partes, uma vez que sua divisão em partes maiores poderia inviabilizar a continuidade do empreendimento. O mais comum, porém, é que um dos filhos fosse o escolhido para continuar como responsável por aquela propriedade agropecuária (o filho mais jovem, como mostrou Tavares dos Santos, em *“Os colonos do vinho”*, ou o filho mais velho, como foi observado por Seyffert entre colonos de origem alemã). Os demais filhos eram encaminhados para novas áreas de colonização agrícola, quando a fronteira agrícola ainda estava em expansão, no País; pelo menos um dos filhos deveria ser padre ou freira (entre os católicos), alguns seriam professores, ou iriam para as cidades. O filho que permanecia com o estabelecimento familiar encarregava-se do cuidado dos pais em sua velhice. Mais recentemente, o número de filhos por casal diminuiu, e também é mais reduzido o tamanho dos estabelecimentos familiares. Além disso, o Estado, com base na Previdência Social, assume parte das responsabilidades que antes cabiam aos filhos. De qualquer modo, prevalece a idéia da transmissão geracional e a perspectiva de apenas um filho herdar a propriedade, de modo a garantir sua capacidade de reprodução de uma família no curto prazo.

Em estabelecimentos agropecuários familiares, pouco mecanizados, os filhos eram socializados para serem trabalhadores, o que se fazia (e ainda se faz) através do trabalho. Não é de se estranhar, assim, que muitos industrialistas da região Sul mostrassem preferência por operários de origem rural das colônias de imigrantes europeus não-lusos (ANJOS, 1995). Ao mesmo tempo, a educação formal, disponível nas áreas rurais, até as quatro primeiras séries do

primeiro grau, em classes multiseriadas, não era considerada como importante para os que continuariam as atividades dos pais como agricultores.

## **1.2 JUVENTUDE RURAL**

A discussão em torno do tema juventude, principalmente no meio urbano, centra-se nos problemas que os jovens causam aos pais ou à sociedade. Violência, drogas, evasão escolar são as principais causas que fazem com que a juventude faça parte da mídia, segundo informa a Organização Internacional da Juventude (OIJ, 2002).

No meio rural a discussão sobre a juventude expõe o papel que os jovens desempenham na continuidade da agricultura. Como se manifesta Abramovay (1998), no meio urbano a formação profissional não se faz sem algum tipo de política de acompanhamento ou de estímulo. No meio rural o exercício profissional dos jovens requer mais do que a aprendizagem de um ofício, envolve também a gestão de um patrimônio imobilizado em terra e capital. (ABRAMOVAY, 1998, p.18)

O tema Juventude Rural, apesar dos esforços de algumas instituições, ainda não obtém a atenção, a dedicação e a importância que merece entre aqueles que têm responsabilidade na execução de programas e projetos de desenvolvimento rural. Invisível para a maioria das pesquisas e projetos voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais. (DURSTON, 1996).

### **1.2.1 O conceito de juventude**

Para delimitar o objeto de estudo, é necessário adotar-se um conceito de “juventude”. Vários autores se debruçaram sobre esse tema, cada um com enfoques diferentes; uns abordam a juventude pela ordem cronológica, outros pelo início da vida adulta; há, ainda, aqueles que fazem

referência ao advento do casamento como término da juventude. Procura-se, aqui, mostrar as diversas abordagens mais contemporâneas sobre juventude.

A juventude começa a aparecer nos estudos, preponderantemente, como uma questão de desvio social, na década de 1920, quando os sociólogos de Chicago, conforme Carrano (2003), se dedicaram ao estudo das gangs de jovens que se formavam nos guetos norte-americanos. Nos anos de 1950 e 1960, fortaleceram-se os estudos geracionais, e a juventude passou a ser encarada como um fator de inovação social.

Pais (1996), em seu trabalho sobre as correntes sociológicas da juventude, ressalta que, de acordo com a corrente geracional, as discontinuidades intergeracionais estariam na base da formação da juventude como uma *geração social*. De acordo ainda com ele, “(...) na *corrente geracional, admite-se a existência de uma cultura juvenil que, de certa maneira, se oporia à cultura de outras gerações (das gerações adultas, mais concretamente)*” (PAIS, 1996).

Mannheim (1978), nessa perspectiva, localiza a juventude no fulcro da problemática dos conflitos das gerações. Para ele a adolescência e a juventude são elaboradas como categorias analíticas especiais, nas quais se refletem e se acumulam as características mais gerais de outras categorias de idade. É nessa passagem - que é mais de crise do que de transição -, que as diferentes abordagens, implícita ou explicitamente, se apóiam.

*O importante, todavia, é registrar que o estado de crise que marca sociologicamente e psicologicamente a juventude é o ponto de convergência das diferentes caracterizações. As relações entre as gerações, o conflito ou a continuidade entre elas se estabelecem, são analisadas como base na crise da juventude, ou mais precisamente na crise da geração. Dessa colocação a juventude surge como um problema particular e como um conceito a ser examinado* (MANNHEIM, 1978:24).

Na América Latina, a juventude tornou-se visível somente a partir da década de 1960, com a crise do modelo econômico excludente que atingiu a maioria dos jovens filhos de trabalhadores. Segundo Ianni:

*(...) a história do capitalismo tem sido a história do advento político da juventude. Para instaurar-se, ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de forma tão drástica as condições de vida de grupos humanos, que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais* (IANNI, 1968, p.225).



Entretanto, a preocupação maior com a juventude deu-se a partir de 1982, com seu evidente protagonismo nas questões econômicas e sociais, o que acabou influenciando as Nações Unidas a realizar o Ano Internacional da Juventude em 1985.

Com a comemoração do Ano Internacional da Juventude, a Assembléia Geral das Nações Unidas também produziu um referencial inicial para os países, em termos de políticas de juventude - *Guidelines for Further Planning and Suitable Development in the Field of Youth*<sup>12</sup> (CHAVES, 2004). O documento estabelece orientações para que os países construam as bases para uma política de juventude, focalizando como prioridade os temas participação, desenvolvimento e paz. As Nações Unidas entendem os jovens como indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, com a devida salvaguarda que cada país, de acordo com a sua realidade, tem para estabelecer sua "faixa jovem". Alguns países, como o Japão, chegam ao aparente paroxismo de classificar como jovens os indivíduos com idade até cerca de 35 anos. Essa mudança para a realidade japonesa é perceptível e legítima, já que o conceito de juventude, enquanto grupo populacional mutável, sofre variação de acordo com o contexto social.

De acordo com Sposito (1997), existe um reconhecimento quase universal da condição de transitoriedade como elemento indispensável à definição de juventude. Dessa maneira “(...) a transição da heteronomia da criança para a autonomia do adulto - o modo como se dá esta passagem, suas características, varia nas formas de abordagens dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema” (SPOSITO, 1997, p.38). Ainda segundo a autora, por ser tema recente, tem escasso tratamento dentro das Ciências Sociais, que não consideraram, na elaboração de seus trabalhos teóricos, a juventude como sujeito de investigação social.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Guidelines for further planning and suitable development in the field of youth (1985) - Resolução 40/14 da Assembléia Geral da ONU.

<sup>13</sup> No artigo “Estudos sobre Juventude em Educação, a autora constatou que a distribuição geográfica da produção sobre o tema revela que a Região Sudeste reuniu 61,3% dos trabalhos defendidos no período de 1980-95, seguida da Região Sul com 25,1%. Também se verifica a participação marcante do Rio Grande do Sul, em cursos de pós – graduação, com 21,5% da produção nacional, nos estudos sobre juventude, reunidos em duas instituições: PUC/RS e UFRGS (SPOSITO, 1997, p.43).

Nesse sentido, Ariés (1978) relata que, na sociedade medieval, não havia separação entre o mundo infantil e o adulto, assim como não havia uma separação pronunciada do universo familiar em relação ao universo social mais amplo. O desenvolvimento social do indivíduo fazia-se sem grandes rupturas; a fase de transição, portanto, não se destaca enquanto tal. Ele argumenta que a criança “(...) *mal adquiria algum desembaraço físico era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude*” (ARIÉS, 1978).

A partir do século XVII, segundo o autor, a escola começou a substituir a aprendizagem informal como meio de educação, a criança deixa de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente pelo contato com eles, aparecendo, assim, a consistência e a visibilidade da etapa intermediária entre infância e mundo adulto: a adolescência e a juventude. O processo de especialização das classes de aprendizado auxiliou a distinção entre essas diferentes faixas de idade. Ariés afirma, assim, que, se o sentimento moderno de infância começou a se constituir nas sociedades européias, no século XVII, foi somente no século XX que a adolescência apareceu como uma etapa socialmente distinguível.

Galland (1993; 1996), um dos principais sociólogos da juventude na França, concebe a mesma sob a luz da noção de “entrada na vida adulta”. Dessa maneira, ela é vista como uma passagem que se efetua sobre três principais etapas: a partida da família de origem, a entrada na vida profissional e a formação de um casal (GALLAND, apud STROPASSOLAS, 2002, p.151).

Guigou (1968), em sua definição de jovens rurais, dividiu-os em três faixas etárias, considerando a faixa etária de 22 a 24 anos como a fase do conflito de gerações. O jovem rural vê-se diante de três alternativas; ou ele se submete à vontade das gerações adultas e sucumbe às suas potencialidade, ou ele enfrenta o conflito familiar, particularmente no que diz respeito às relações pai-filho, ou escolhe o êxodo, definindo, assim, sua opção profissional.

Martins (2002), em seu artigo *A Juventude no Contexto da Reestruturação Produtiva*, questiona o que é ser jovem e o que se entende por juventude; onde começa e onde termina a juventude. Como existem várias definições e muitos debates em torno desse conceito, a autora

adota a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que divide a juventude em dois períodos: o da adolescência (dos 15 aos 19 anos) e o da juventude propriamente dita (dos 20 aos 24).

A adolescência constitui a fase inicial da juventude. Ela é a etapa da vida em que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade (MELUCCI, 1996). Para esse autor, a juventude não é mais somente uma condição biológica, mas uma definição sociológica. “*As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade*” (MELUCCI, 1997, p.13).

O conceito sociológico de juventude, segundo Abramo (1997), é baseado no conceito pelo qual a Sociologia funcionalista a constitui como categoria de análise: “*Momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico dramático de socialização*” (ABRAMO, 1997, p. 29). Ainda segundo a autora, esse momento é muito importante, pois se consagram os papéis que o indivíduo irá desempenhar na sua vida social. O desempenho desses papéis poderá ser ruim, ou não, tanto para ele como para a sociedade; vai depender do processo de socialização.

Em sua discussão sobre o conceito de juventude, Regina Novaes (2002) levanta a hipótese de existirem várias juventudes em um mesmo espaço social. Os jovens diferem em decorrência das classes sociais, das relações de gênero, de estilos de vida, do local em que habitam. A autora até sugere que juventude é uma palavra “vazia”. Segundo esta, “*(...) nas definições de juventude sempre há alguém empurrando alguém para ser jovem e não ter poder, ou alguém que está retirando alguém da juventude e levando-o a entrar na maturidade para trabalhar*” (NOVAES, 2002, p.47). É neste mesmo sentido que Bourdieu considera que a “juventude” é apenas uma palavra (BOURDIEU, 1983, p.112).

Diante dessa diversidade de conceitos e percepções sobre a juventude, torna-se difícil estabelecer um critério para delimitar o público alvo, no entanto, torna-se necessário sob a ótica dos objetivos do trabalho, e, nesse caso escolhe-se como critério a delimitação da faixa etária que

vai dos 15 aos 24 anos de idade<sup>14</sup>, divisão esta também utilizada pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD).

### 1.2.2 A juventude rural como protagonista do desenvolvimento local

A juventude rural começou a fazer parte do cenário de pesquisas brasileiras principalmente a partir de 1994, quando o Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural para os Países do Cone Sul (PROCORDER) introduziu em seu programa de trabalho esse tema, com o objetivo de induzir e motivar tanto as organizações internacionais quanto as instituições de pesquisa que atuam no desenvolvimento rural dos países do Cone Sul (EMATER-RS, 1994). A importância da juventude rural despontou no momento em que ocorreram profundas transformações no campo com o impacto da modernização. Segundo Abramo (1997) ainda é pequena a incidência dos estudos dedicados ao modo de vida dos jovens e a suas expectativas futuras. Nas últimas décadas, os estudos sobre juventude destinaram-se a discutir os sistemas e as políticas que interferem na vida dos jovens.

Durston (1994), em sua análise sobre a juventude e os desafios para os anos 1990, refere-se a esse período como crítico para a juventude rural, dizendo que esta será “(...) *a coorte que terá que protagonizar logo as transformações já iniciadas, que continuarão durante a próxima década e que definirão as condições de existência de várias futuras gerações rurais*” (DURSTON, 1994, p.14). Para esse autor faz-se necessário abordar quatro pontos, que ele considera muito importantes para se entender a juventude rural. O primeiro deles é o questionamento sobre se realmente existiria uma juventude rural. Segundo ele, “*questiona-se sua existência na literatura sociológica latino-americana, pelo fato de as exigências da vida agrícola e da pobreza obrigarem a maioria da população rural a assumir responsabilidades adultas muito cedo, inclusive a partir da meninice*” (DURSTON, 1994, p.15).

---

<sup>14</sup> A UNESCO e a OBJ também adotam esta faixa etária em suas pesquisas sobre o tema. O IICA, para efeito de análise quantitativa, adota, para as áreas rurais da América Latina e Caribe, a faixa compreendida entre 12 e 24 anos (IICA, 1998).

O segundo ponto em questão é a importância de não se considerar todos os jovens rurais como agricultores; segundo o autor,

*(...) a metade ou mais dos jovens rurais que trabalham na agricultura o fazem principalmente como assalariados (até 80% em alguns países) e entre 20 e 40% dos jovens rurais ativos nem sequer trabalham na agricultura, e sim numa ampla gama de outras ocupações que vão desde pedreiro até mestre escolar (DURSTON, 1994, p.15).*

O terceiro ponto é a necessidade de entender as perspectivas dos jovens quanto ao futuro. *“Os jovens rurais têm tanto um pensamento como uma ação estratégica. Isto é relevante para a política social rural, cuja principal prioridade deveria ser simplesmente abrir-lhes oportunidade (...)” (DURSTON, 1994, p.15).*

O quarto ponto a ser considerado é o mais importante, na ótica dos estudiosos desse tema, pois é a valorização do conhecimento e da capacitação da juventude rural. Com a política do transporte escolar municipal, os jovens ampliaram seu nível escolar, incorporando novos conhecimentos e adaptando-os ao mundo rural. Para Durston, isso significa que *“(...) os jovens rurais de hoje têm conhecimentos e capacidades suficientes para se constituírem no principal motor de desenvolvimento rural (...)” (DURSTON, 1994, p.15).* Para o autor, dar um papel protagonista no desenvolvimento rural pode ser a opção que muito jovens necessitam ter para não abandonarem a agricultura (Durston, 1994).

Nesta mesma perspectiva, a Propuesta del Documento Orientador 1998- 2002 da Dirección de Desarrollo Rural Sostenible del IICA (1998), elaborado com a participação de William Reuben, para análise e reflexão dos países da América Latina, trata a participação dos jovens rurais como atores do desenvolvimento rural sustentável<sup>15</sup>. *“A inclusão dos jovens e das jovens como atores do desenvolvimento local em vez de beneficiários passivos deste, marca uma virada fundamental nas estratégias de desenvolvimento” (IICA, 1998).* O documento enfatiza uma nova realidade, onde a agricultura adquire uma condição multifuncional, produzindo uma inter-relação entre a zona rural e a zona urbana. Isso gera a necessidade da criação de estratégias para a inclusão dos jovens rurais nas novas formas de desenvolvimento.

---

<sup>15</sup> O desenvolvimento rural sustentável é concebido como o processo de transformação das sociedades rurais e suas territorialidades, centrado nas pessoas, ampliando as oportunidades humanas a partir de estratégias nacionais e políticas específicas para superar os desequilíbrios sociais, econômicos, ecológicos e institucionais (IICA-1998).

Segundo Durston (1999), a criação dessas estratégias requer anular a invisibilidade que caracteriza os jovens na agricultura, pois a juventude é invisível para a grande maioria de projetos de combate à pobreza rural, é invisível para as organizações que tratam do tema no setor urbano e é também invisível aos próprios sociólogos, que, em suas pesquisas sobre os jovens, esquecem que existe uma juventude rural. Para Carneiro (1998), os jovens rurais ou “filhos de agricultores” (ou *aide familial*, para os franceses) ficam preenchendo o vazio estatístico formado pelos que ainda não ingressaram na vida ativa, esperando atingir a maioridade para se tornarem visíveis à sociedade.

Para Reuben (1990), a invisibilidade é um dos principais fatores que inibem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, o que os impede de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. A primeira barreira é de ordem cultural e está associada aos conflitos dos jovens na família. O jovem não consegue ser ouvido em seu ambiente familiar. A estrutura patriarcal, ainda existente na maioria das áreas rurais, limita o acesso dos jovens a manifestações e até mesmo na tomada de decisões.

Também Silvestro (1998), em pesquisa realizada no oeste catarinense, constatou que “(...) *a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros*” (SILVESTRO, 1998, p.8). Isso significa que a relação dos jovens com sua família e a sua valorização, tanto através da educação formal recebida quanto pelas suas habilidades adquiridas, vai definir suas estratégias de vida.

O papel dos jovens rurais está intimamente ligado à formação do capital social<sup>16</sup>, pois a existência de instituições estruturadas constitui uma importante base facilitadora para o avanço do desenvolvimento rural.

---

<sup>16</sup> Capital social significa o conjunto de instituições que organizam e canalizam o trabalho humano, que regem e dão sentido às relações de reciprocidade, cooperação e intercâmbio (IICA-1998). Para Coleman (1994) capital social não é uma simples entidade, mas várias, tendo como característica em comum facilitar as ações individuais nessas estruturas. Vários outros autores se manifestam sobre a definição de capital social; entre as quais estão Abramovay (2000); Putnam, (1996) e Bourdieu (1998).

## **2 O ESPAÇO EMPIRICO DESTE TRABALHO**

Neste capítulo, pretende-se mostrar as características e peculiaridades das regiões onde foi realizada a pesquisa com os jovens rurais. Para um melhor entendimento, adota-se a divisão administrativa, por região, abrangida pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Primeiramente descreve-se a região onde se insere o município e posteriormente a estrutura socioeconômica dos mesmos.

### **2.1 A REGIÃO DE SANTA ROSA**

A região de Santa Rosa é formada por 20 municípios<sup>17</sup> e está situada a noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Para poder compreender a história e a evolução da região de Santa Rosa é necessário fazer uma retrospectiva sobre sua colonização. Segundo Dallabrida (2001), até 1801, a região noroeste era de domínio espanhol, fazendo parte do território das Missões Orientais. Essa região foi a última a ser incorporada à província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. O modelo de organização social que surge com as Missões, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, diferenciava-se em muito daquele gestado pela ocupação portuguesa no restante do território gaúcho que tinha por base as estâncias.

Os contínuos conflitos entre Portugal e Espanha pela delimitação de suas fronteiras coloniais transformaram a região das Missões em objeto de luta pela apropriação de suas terras, sua gente e suas riquezas naturais, até que, em 1801, os portugueses conquistaram

---

<sup>17</sup>Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campinas das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Senador Salgado Filho, Santo Cristo, São José Inhacorá, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

definitivamente o território dos Sete Povos das Missões, destruindo quase que por completo aquela civilização. Entre os poucos índios missioneiros que conseguiram se salvar, alguns fugiram em direção à margem direita do rio Uruguai; outros se refugiaram na mata densa da própria região, vivendo de forma dispersa; outros, ainda, transformaram-se em peões de estância, mão-de-obra barata para o latifúndio pastoril (ROTTA, 1999).

A consolidação do domínio português sobre as Missões deu início à estruturação de um modelo de sociedade que rompeu radicalmente com a estrutura agrária e social do período jesuítico. Sendo região de fronteira e dotada de recursos naturais que facilitavam a atividade pastoril e extrativa (no caso da erva-mate), foi alvo da disputa entre uruguaios e rio-grandenses até a década de 1820 (DALLABRIDA, 2001).

Com a destruição da sociedade missioneira e a consolidação do domínio português sobre a região, tem início um processo de apropriação da terra por parte dos estancieiros-militares, exploradores de erva-mate, e do próprio Estado, que vai encurralando os antigos donos, legítimos, mas não legais, em áreas restritas (reservas), impossibilitando o processo de reprodução de seu modelo de organização social e forçando uma integração marginal ao “novo” modelo, resultando uma formação sócio-espacial liderada pelos exploradores de erva-mate.

A partir do final do século XIX, com a perda da importância econômica dos ervais e a inserção do planalto gaúcho nos objetivos da política de desenvolvimento econômico do estado e do país, incentivou-se o ingresso de imigrantes europeus e seus descendentes em substituição ao caboclo nacional, que passa a sofrer um processo de exclusão semelhante ao ocorrido anteriormente com os índios. Forma-se então a Colônia Santa Rosa, criada em 1915, que mais tarde junto com a Colônia Boa Vista e parte da Colônia Guarani dão origem à Grande Santa Rosa (BERTHOLDI, 2001).

A denominação deve-se ao fato de a região abranger quase a totalidade do território pertencente ao distrito de Santa Rosa, criado em 1876 e emancipado de Santo Ângelo em 1931. Esta região também recebe a denominação de Fronteira Noroeste, devido à sua localização



geográfica no mapa do estado e segundo a constituição dos conselhos regionais de desenvolvimento, criados pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 1991.

O desenvolvimento da Grande Santa Rosa caracteriza-se por dois períodos distintos: o primeiro é o de imigração, a partir de 1900 até 1950, principalmente por parte dos colonizadores alemães, italianos e poloneses; e o segundo, a partir de 1950, com a Revolução Verde e a introdução do trigo e a mecanização agrícola (EMATER, 2000). Segundo Salles Filho, o uso de máquinas agrícolas, representadas, em primeiro lugar, pelas semeadeiras e colheitadeiras, iniciou uma verdadeira revolução tecnológica na agricultura, pois *“elas não apenas retinham a capacidade de muitos homens trabalhando juntos e ao mesmo tempo, como também possibilitavam a incorporação de fronteiras agrícolas tal como ocorreu nos E.U. A”* (SALLES FILHO, 1993, p.7).

De acordo com o estudo socioeconômico da Emater/RS (1998), este primeiro período caracteriza-se pelos desmatamentos, que tinham por objetivo estabelecer as primeiras lavouras para consumo familiar, pela cooperação mútua entre as famílias, que foi determinante para o enfrentamento das dificuldades inerentes à época, pois umas dependiam das outras para sua manutenção. Comunidades, igrejas e escolas foram construídas com o trabalho e recursos dessas famílias pioneiras. A educação era de responsabilidade das comunidades, que tinham a missão de manter a escolaridade por conta própria, preservando o patrimônio cultural (a língua) e a preparação das pessoas para o trabalho. Segundo Bertholdi (2001), o mercado caracterizava-se através de trocas de produtos entre as famílias.

O segundo período caracteriza-se pelo início da Revolução Verde, da mecanização agrícola<sup>18</sup>, do crédito rural e da expansão rápida das primeiras lavouras de trigo. Nesse período ocorre uma mudança na base técnica da produção agrícola. Máquinas agrícolas e novos elementos químicos são introduzidos no campo. Segundo os dados do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), em 1970 existiam na região da Fronteira Noroeste 1.650 tratores e em 1995 este número passou para 7.345 enquanto que o número de

---

<sup>18</sup> Entre 1940 e 1950 o número de tratores utilizados na agricultura brasileira cresceu de apenas 3.380 unidades para 8.372 unidades, mas já na década de 1950 ocorre um salto maior, chegando-se a 1960 com 61.345 unidades utilizadas na agricultura brasileira. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.18)

arados de tração animal passou de 42.374 em 1970 para 24.021 em 1995 (UNIJUÍ-2004). É o início do processo de modernização da agricultura; as casas de madeira dão lugar às de alvenaria, o arado e as juntas de boi dão lugar ao trator, o candeeiro e o lampião dão lugar à luz elétrica. O produtor entra na era do consumismo.

A partir de 1965 até meados de 1980, estabelece-se o período da monocultura da soja, a qual se transforma em dinheiro, tanto na venda como na compra de bens de consumo. Segundo Bertholdi (2001), é a época da expansão do capitalismo na agricultura. *“O colono deixa de produzir alimentos para consumo próprio e urbano e passa a produzir soja.”* (BERTHOLDI, 2001).

De acordo com Kageyama (1987), a modernização da agricultura culminou na própria industrialização da agricultura. *“Esse processo representa a subordinação da natureza ao capital, que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizer necessário.”* (KAGEYAMA, 1987, p. 2). Também Graziano da Silva (1996) refere-se à modernização da agricultura como sendo *“um processo crescente de integração da agricultura ao sistema capitalista industrial, através de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas”*. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.30).

No período pós-1980, a soja, que até então era responsável pelo crescimento socioeconômico da região, passa a ser responsável pela descapitalização dos agricultores familiares, donos de pequenas áreas impróprias à produção de grãos. Segundo Graziano da Silva (1996), a mudança na política de crédito rural com um aprofundamento da incapacidade financeira do Estado de manter os mecanismos de financiamento, também contribuiu para a inviabilização do pequeno produtor. Para Pereira Filho (1991), *“A Revolução Verde conseguiu elevar a produtividade e o rendimento econômico de algumas culturas, mas, ao mesmo tempo, aumentou a concentração das riquezas, agravou problemas sociais, elevou o consumo energético nos agros ecossistemas, acelerou o processo de degradação ambiental e o aumento dos custos de produção”* (PEREIRA FILHO, 1991).

Dentro deste cenário, acaba o modelo de produção agrícola baseado no binômio trigo – soja, e começa uma nova matriz produtiva, que contempla a diversificação de culturas e o conseqüente desenvolvimento integrado das propriedades. Os suínos, o leite, o milho, e os pequenos cereais passam a dinamizar e a representar novas fontes de renda para as famílias rurais da Grande Santa Rosa (EMATER-SANTA ROSA, 1992).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD/81 mostra os impactos do processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. Conforme o trabalho de Schneider (1999), nos anos de 1981 a 1997 houve uma redução absoluta da população rural em idade ativa de precisamente 492 mil pessoas. Para o autor,

*O processo de modernização implicou em intensa redução de postos de trabalho, com a eliminação freqüente de formas transitórias de trabalho antes vigentes, como o pequeno arrendamento, a parceria e a multiplicação de agregados nas propriedades maiores antes dedicadas principalmente à triticultura, o mesmo acontecendo na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio (SCHNEIDER, 1999, p.3).*

As dificuldades sentidas pelos agricultores nessa época contribuíram para intensificar o êxodo rural, conforme se pode observar na Tabela 2. A população da região vem diminuindo a cada década, sendo que o período de maior redução ocorreu quando se esgotou a modernização da agricultura e seus mecanismos, entre 1980 e 2000. Com a redução da população rural, há um aumento gradativo da população urbana, o que significa que a migração é para a cidade.

Segundo o censo de 2000, dos 20 municípios que compõem a Grande Santa Rosa, apenas dois tiveram crescimento populacional em relação ao censo de 1996. É importante observar que todos os demais municípios da região apresentaram densidade demográfica menor no meio rural. A população rural da região que, em 1960, tinha 140.469 pessoas residentes, em 2000 apresenta uma redução em torno de 41%, passando para 81.917 (IBGE-2000).

**Tabela 2**  
**População da região Fronteira Noroeste**  
**Período 1960-2000**

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	29942	140469	170411
1970	47781	150835	198616
1980	86326	126219	212545
1990	87458	121454	208912
1996	120214	89753	209967
2000	128449	81917	210366

Fonte: IBGE -2000

Os 20 municípios da região contam atualmente com uma área total abrangendo 4.721,29 km<sup>2</sup> e população total de 210.366 habitantes. Desses, 128.449 residem nas cidades (61%), e 81.917 habitantes residem na área rural (39%). A estrutura fundiária da região é composta predominantemente por pequenas propriedades (95,85%), ocupando uma área de 73,77%. As propriedades que possuem área entre 50 e 500 hectares (4,07%) ocupam 22,45% da área total agropecuária, e as maiores de 500 hectares possuem uma pequena participação, com apenas 0,08% do total de estabelecimentos, ocupando uma pequena faixa de 3,79% da área rural.<sup>19</sup>

Entre os principais produtos da região destaca-se a soja, com 55% do valor da produção agrícola regional; o milho com 14%, e a mandioca com 13%. Na pecuária, a região destaca-se com 7% do rebanho suíno do Estado. Ainda contribui, também, com 10% da produção leiteira (Emater/RS, 2001).

No que se refere à qualidade de vida, o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA<sup>20</sup>), que permite estabelecer uma hierarquia entre os municípios e as regiões, constatou que a Fronteira Noroeste apresentou ISMA de 0,58, o segundo maior índice do Estado. Entretanto, como a

<sup>19</sup>Censo Agropecuário IBGE- 1996

<sup>20</sup> ISMA- Índice Social Municipal Ampliado é calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e resulta da média ponderada dos indicadores rendas, saúde, educação e condições de domicílio/ saneamento, e varia de 0 a 1.

atividade econômica da região está baseada na produção de soja, milho e trigo e na produção de suínos e leite, a utilização de insumos químicos e agrotóxicos acaba por resultar na contaminação do solo e da água, assim como o uso intensivo da mecanização provoca a perda das camadas do solo por erosão.

### **2.1.1 O município de Santo Cristo**

A origem do nome Santo Cristo remonta às épocas áureas das reduções jesuítas, quando os índios vinham colher erva-mate nas margens do rio, que era vendida em Buenos Aires. Existia uma redução que servia de acampamento aos índios que trabalhavam na colheita dos ervais e à qual os padres Jesuítas chamavam de Santo Cristo. Assim, passou a denominar-se o rio de Rio Santo Cristo e, posteriormente, a sede da colonização posterior de Sede Boa Vista, de Santo Cristo.

Em 1910, com a projeção das frentes de expansão foi fundada a Colônia Boa Vista (parte de Santo Cristo e parte de Cândido Godoi) e, em 1911, a segunda etapa da mesma colônia. A colônia Boa Vista foi fundada para ser o núcleo de Colonização entre os Rios Boa Vista (hoje Amandaú) e Santo Cristo. Os lotes, no entanto, foram demarcados sem levar em conta as condições do meio para acesso e as necessidades dos colonos. Com o povoamento de Santo Cristo, a Colônia deslanchou e, a partir daí, obedeceram-se critérios para a demarcação das áreas e escolha das sedes, combinando cursos dos rios e estradas (construídas e planejadas).

O município de Santo Cristo pertencia, na época, ao município de Santo Ângelo das Missões, e em 1932, passou à condição de distrito, até emancipar-se em 1955. As tradições cultivadas pela população são de origem étnica e religiosa. É tradicional a organização comunitária tendo como centro o núcleo religioso, sociedades esportivas e recreativas. Através dessa organização comunitária são proporcionados os festejos populares, muito relacionados aos eventos religiosos.

Santo Cristo está localizado a Noroeste do Estado, conforme se observa no mapa número 1, microrregião homogênea Colonial de Santa Rosa, e é o município pólo de Alecrim, Porto Lucena e Porto Vera Cruz, mas é dependente de Santa Rosa, do qual está distante 17 km, pois este município exerce uma grande influência econômica, uma vez que os excedentes da produção de milho, soja, trigo, leite e suínos são lá comercializados.

Em Santo Cristo predominam pequenas propriedades agrícolas (média de 12 ha), tendo por base a agricultura familiar. A produção principal é a combinação soja-suíno - milho.<sup>21</sup> Outras práticas, como a pecuária de leite e a piscicultura, somam-se à agricultura na consolidação do potencial econômico do município. Santo Cristo é hoje o maior produtor de suínos do Rio Grande do Sul.

Quanto à posse de terra, 82,75% são proprietários e detêm 90,21% da área; 4,84% são arrendatários e detêm 3,19% da área; 6,82% são parceiros e ocupam 3,81% da área; 5,59% são ocupantes e utilizam 2,79% da área. Existem 305 estabelecimentos com área até 5 ha, 517 estabelecimentos com área entre 5,0 e 10,0 ha; 994 estabelecimentos com áreas entre 10,0 a 20,0 ha; 495 estabelecimentos com área entre 20,0 a 50,0, 27 estabelecimentos com área entre 50,0 a 100,0 ha e quatro estabelecimentos com área superior a 100,0 ha.<sup>22</sup>

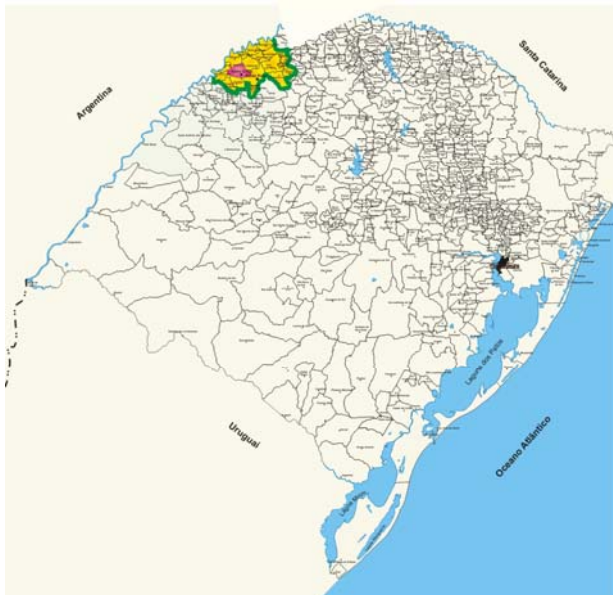
No que se refere à educação, o Município conta com 14 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 23 com 1º grau incompleto, seis com o ensino fundamental completo e um estabelecimento com 1º e 2º grau. A taxa de alfabetização de adultos é de 99,8%. O ingresso de crianças no primeiro grau é de 100%. Os jovens rurais, para freqüentarem o 2º grau, precisam se deslocar para a sede, o que é possibilitado pelo transporte escolar gratuito, fornecido pela Prefeitura Municipal; para freqüentarem o 3º grau precisam se deslocar a outros municípios.

---

<sup>21</sup> Considerando-se a produção média de 1998 até 2003, o Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do Brasil, com 16,52% do total produzido. Ao longo da última década do século XX, essa participação tem oscilado, crescendo de forma mais lenta que o restante do país e perdendo espaço para os estados do Paraná e Mato Grosso (IBGE - Agropecuário 2000).

<sup>22</sup> Censo Agropecuário 1996.

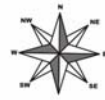
Estado do Rio Grande do Sul  
 Região Fronteira Noroeste



**LEGENDA**

- Sede Municipal
- Limite Municipal
- Município de Santo Cristo

EMATER/RS - Gerência Técnica  
 Laboratório de Geoprocessamento  
 Elaboração:  
 Maria Bernadete Sutzbach de Silva  
 Base: divisão municipal SAA/DACC - 1997  
 Fonte: IBGE/IBGE  
 Mapa ilustrativo, sem rigor geométrico - Julho/2004



Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santo Cristo foi de 0,803. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Santo Cristo apresenta uma situação boa: ocupa a 497ª posição, sendo que 496 municípios (9,0%) estão em situação melhor e 5.010 municípios (91,0%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Santo Cristo apresenta uma situação intermediária: ocupa a 156ª posição, sendo que 155 municípios (33,2%) estão em situação melhor, e 311 municípios (66,8%) estão em situação pior ou igual.

### 2.1.2 A população de Santo Cristo

A população total do município é de 14.890 habitantes, segundo dados do IBGE-2000, 60% residem no meio rural. Como se observa na tabela 3, ocorreu uma migração em todos os municípios da região da Grande Santa Rosa devido à crise que envolveu a Fronteira Noroeste após a modernização da agricultura. A população de Santo Cristo também diminuiu, como se pode observar na tabela 3, e esta diminuição é mais significativa na população rural. O município de Santo Cristo em 1960 tinha uma população de 26.489 habitantes e em 1970 passou para 13.162 habitantes.

**Tabela 3**  
**População do município de Santo Cristo**  
**Período 1960-2000**

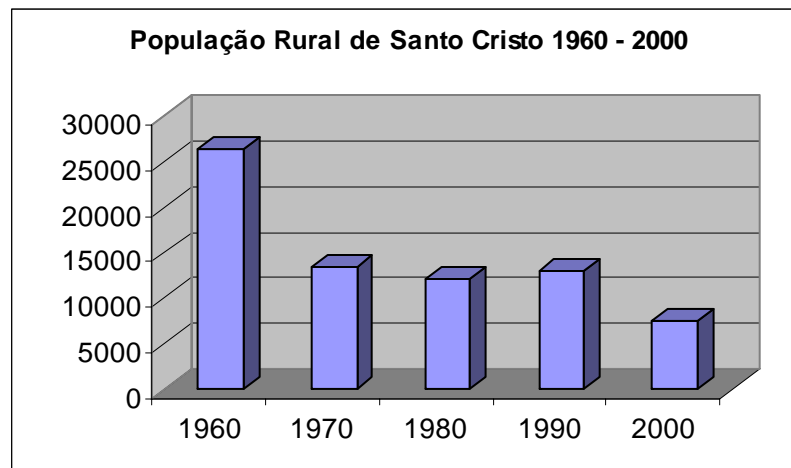
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	1599	26489	28088
1970	1914	13162	15076
1980	3152	12160	15312
1990	3290	13112	16402
2000	7284	7606	14890

Fonte:IBGE-2000



Observa-se que, entre 1960 e 2000, houve uma redução drástica de 51% na população rural e de 47% no total da população do município. Este fato se deu porque, além da migração rural-urbana, houve um desmembramento de uma parte do município, que se emancipou tornando-se o novo município de Alecrim.

Entre 1970 e 1990, a migração ocorreu, porém em índices menores, conforme indicam a tabela 3 e o gráfico1. Nessas três décadas, a população rural manteve praticamente o mesmo tamanho (em torno de 13 mil habitantes), enquanto que a população urbana aumentou cerca de 65% entre 1970 e 1980 e 4,4% entre 1980 e 1990. A pouca variação no número de habitantes rurais entre 1970 e 1990 não significa a inexistência de emigração, pois o número de nascimentos superou o número de falecimentos registrados no município nesse período<sup>23</sup>.

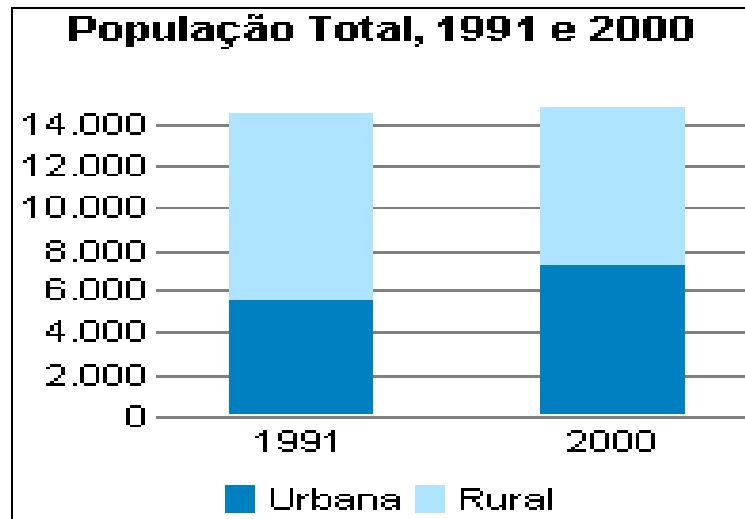


**Gráfico 1 - Santo Cristo 1960-2000**

Já entre 1990 e 2000, os movimentos populacionais foram mais significativos: a população rural diminuiu em 58% e a população urbana aumentou 121,4% conforme mostra o gráfico 2. Segundo a contagem da população do IBGE em 2000, a população rural é de 7.606

<sup>23</sup> A Região da Fronteira Noroeste, na qual se insere o município de Santo Cristo, no período de 1991 a 2000, apresentou uma taxa negativa de crescimento demográfico de -0,86% ao ano, enquanto que a média do Estado foi de 1,21% (Censo Demográfico IBGE 2000). Além disso, no período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 1,90%, passando de 15,83 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 15,53 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 1,07 anos, passando de 71,64 anos em 1991 para 72,71 anos em 2000 (UNIJUÍ/2004).

habitantes, correspondendo a 51,1% do total do município (14.890 pessoas). É surpreendente, no entanto, a aceleração da taxa de urbanização do município de Santo Cristo na década de 1990, devido principalmente à criação de empregos na construção civil, administração pública, indústria de transformação, serviços e comércio.<sup>24</sup>



**Gráfico 2-População Rural-Urbana de Santo Cristo  
Período 1991 – 2000**

## 2.2 A região do Vale do Rio Pardo

A colonização no Rio Grande do Sul estabeleceu-se sob o regime da pequena propriedade. Os alemães em 1824 receberam lotes coloniais de 77 hectares. Em 1848, os lotes coloniais foram reduzidos para 48 hectares, parecendo ser um tamanho ideal para um lote a ser ocupado com agricultura intensiva. Em 1875, os lotes foram novamente alterados para 25 hectares, medindo 200 a 250 m de frente e 1.000 a 1.250 de profundidade, conforme descreve Jean Roche (1977) em seu estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, as regiões diferem quanto ao seu perfil agrícola, até mesmo pelo sistema de colonização adotado. Apresentam uma diversidade considerável na produção, destacando-se a produção de cereais, e a pecuária.

<sup>24</sup> De acordo com o Perfil da Região Fronteira Noroeste (Governo do Rio Grande do Sul, 2002), entre os municípios da Região, Santo Cristo foi o que mais criou empregos no período de 1991 a 2000.

A história da colonização do Vale do Rio Pardo começa em 1849, quando ali aportaram os primeiros imigrantes alemães. Eram, ao todo, 12 pessoas, que se fixaram na assim chamada Picada Velha, no atual município de Santa Cruz do Sul. Nos anos seguintes vieram sempre novas levadas de imigrantes e a estas foram sendo acrescentadas pessoas provenientes das colônias velhas: de São Leopoldo e arredores.

A região do Vale do Rio Pardo assume um caráter bastante heterogêneo no que se refere à estrutura de sua produção agrícola: existem grandes propriedades rurais exploradas de forma empresarial, e pequenas propriedades em que predomina a exploração familiar (Emater/RS-1998). O grupo das pequenas propriedades divide-se ainda em dois grupos: o das pequenas propriedades que desenvolvem atividades como a fruticultura e a hortifruticultura, que propiciam uma renda mais elevada, e o que se caracteriza pela exploração de subsistência. O grupo das grandes propriedades rurais desenvolve basicamente a pecuária extensiva, consorciada com o cultivo de arroz e algumas outras culturas comerciais, como a soja, o trigo e o milho.

As pequenas propriedades representam 91,28% do número total de estabelecimentos da região, ocupando uma área de 39,5% da área total. A produção agropecuária do Vale do Rio Pardo é uma das maiores do Estado (6,8%). Entre os seus principais produtos destaca-se o plantio de fumo<sup>25</sup>, com 52,2% da produção estadual, o qual traz problemas de contaminação do solo e da água devido ao uso elevado de insumos químicos e agrotóxico nas lavouras (EMATER/RS 1998).

No Estado, a cultura do fumo é típica de pequena propriedade, e a maior produção está localizada no entorno das indústrias de transformação e beneficiamento. A região do Vale do Rio Pardo é a maior produtora do Estado com 135.084 toneladas, ou 48,43% da produção gaúcha, destacando-se três municípios: Venâncio Aires, com 18.987 toneladas, Candelária, com 16.283 toneladas, e Santa Cruz do Sul, com 12.498 toneladas.

---

<sup>25</sup> O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta maior produção de fumo em folha, com 278.928 mil toneladas, representando 48,80% da produção nacional, destacando-se também por apresentar o maior rendimento desta cultura no país - 1.862kg/ha (AFUBRA, 2001).

A região do Vale do Rio Pardo é composta por 22 municípios<sup>26</sup> e apresenta uma população de 393.879 habitantes, o que corresponde a 4,07% da população do estado, da qual 60,1% residem na área urbana, e 39,9% na área rural. Segundo os dados do IBGE-2000, essa é a região do estado que possui o maior contingente populacional vivendo no meio rural. Na tabela 4 observa-se que a população rural dessa região teve uma redução significativa de 1960 até o ano de 2000, destacando-se a década de 1990, quando a população rural diminuiu 27,1% (no mesmo período a população urbana da região aumentou 68,3%).

A população rural em 1960 representava 76,6% do total da população da região, em 1980, quando se esgotou a política de crédito facilitado e o chamado momento de “euforia” (Navarro, 1999), esta população já era somente 58%; e em 2000, representa 39,9% do total da região. Os dados mostram que não houve redução do total da população, ao contrário, esta também cresceu em torno de 36,6%.

**Tabela 4**  
**População da região do Vale do Rio Pardo**  
**Período 1960-2000**

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	67285	220953	288238
1970	90727	223724	314451
1980	133614	189369	322983
1990	140517	215763	356280
1996	210672	165384	376056
2000	236504	157375	393879

Fonte: IBGE-2000

<sup>26</sup>Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

No que se refere à qualidade de vida, a região também apresenta problemas de contaminação do solo e da água devido ao elevado uso de insumos químicos e agrotóxicos utilizados nas lavouras de fumo. Além das indústrias fumageiras, também a indústria coureiro calçadista, localizadas principalmente no município de Santa Cruz e Venâncio Aires, contribuem para o surgimento de problemas relacionados à geração de efluentes líquidos industriais e resíduos sólidos.

Apesar dos efeitos negativos da cultura do fumo sob ponto de vista ambiental e social, ainda se apresenta como uma alternativa de reprodução social e econômica para os agricultores dessa região, no momento atual. Isto ocorre em função da possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra, abundante nas unidades de produção, pela geração de um produto bruto elevado por unidade de área em relação a outros sistemas de cultivo praticados no local e, especialmente, pela garantia de mercado para a produção.

### **2.2.1 O município de Candelária**

Em 1807 o Rio Grande do Sul é elevado à categoria de Capitania e, nesse período, havia cerca de quatro grandes municípios: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio e Rio Pardo. O atual município de Candelária fazia parte de Rio Pardo, estando numa situação privilegiada, pois ficava entre a vila de Rio Pardo e os Campos da Serra, como era então denominado o planalto rio-grandense.

Candelária era o mais importante distrito de Rio Pardo, tanto que, quando ocorreram os primeiros rumores de emancipação, vultos mais importantes começaram a fazer oposição, pois acreditavam que Rio Pardo muito perderia. Depois de muita luta, em 1925 é criado o município de Candelária. A predominância de alemães entre seus primeiros moradores fez com que a povoação fosse inicialmente denominada Germânica.

O município de Candelária está localizado na região denominada de colônia baixa, entre a depressão central e o planalto rio-grandense, conforme se observa no mapa 2. Faz divisa ao norte

com o município de Sobradinho, ao sul com Rio Pardo, ao leste com Vale do Sol e a oeste com Cerro Branco e Cachoeira do Sul.

Em Candelária predominam pequenas propriedades agrícolas (média de 19 ha), com base na agricultura familiar. Sua economia é baseada na agropecuária, com o cultivo de arroz, soja, milho, fumo e mandioca, e com a criação de bovinos e suínos. Quanto à estrutura fundiária, no município existem 883 estabelecimentos com área entre 0 e 5 ha, 758 estabelecimentos com área entre 5 e 10 ha, 845 estabelecimentos com área entre 10 e 20 ha, 679 estabelecimentos com área entre 20 e 50 ha, 138 estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha, 45 estabelecimentos com área entre 100 e 200 ha, 30 estabelecimentos com área entre 200 e 500 ha, e 9 estabelecimentos com área acima de 500 ha.

No que se refere à educação, o município de Candelária conta com 12 escolas de ensino pré-escolar, 61 escolas com 1º grau completo e quatro escolas com o 2º grau. A taxa de alfabetização é de 87,26%. Na área rural não existem escolas de ensino médio, tendo os jovens rurais de se deslocar até a cidade.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Candelária foi de 0,756. No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Candelária cresceu 11,67%, passando de 0,677 em 1991 para 0,756 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 43,0%, seguida pela Longevidade, com 32,9%, e pela Renda, com 24,1%.

Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Candelária apresenta uma situação boa: ocupa a 1692ª posição, sendo que 1.691 municípios (30,7%) estão em situação melhor, e 3.815 municípios (69,3%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Candelária apresenta uma situação desfavorável: ocupa a 359ª posição, sendo que 358 municípios (76,7%) estão em situação melhor e 108 municípios (23,3%) estão em situação pior ou igual.

### 2.2.2 A população de Candelária

A população total do município é de 29.585 habitantes, segundo dados do IBGE 2000. Através da tabela 5 pode-se observar a migração da população rural em direção à cidade, pois, em 1940, esta representava 91,1% do total do município e, em 2000, ela representa somente 53%.

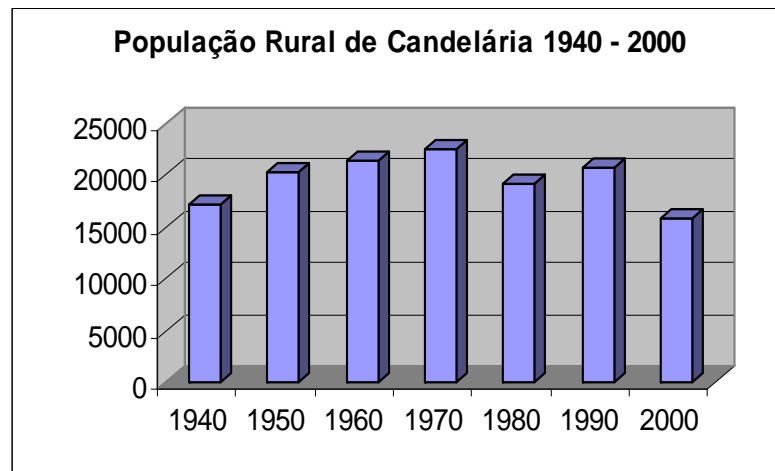
Para os técnicos da Emater/RS do escritório local, em sugestões apresentadas no estudo da situação, isto se deve à falta de financiamento para a pequena propriedade com vistas a diversificar a produção com culturas não tradicionais no município, procurando assim viabilizar economicamente as propriedades rurais, bem como a falta de políticas públicas que possibilitem a fixação do jovem no campo. (EMATER/RS-2000).

**Tabela 5**  
**População do município de Candelária**  
**Período 1960-2000**

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	1664	17143	18807
1950	1909	20377	22286
1960	3098	21491	24589
1970	4010	22549	26559
1980	7173	19211	26384
1990	7397	20699	28096
2000	13800	15785	29585

Fonte: IBGE-2000

No gráfico 3 pode-se observar que a população rural teve seu “ápice” na década de 1970, período em que, com a modernização da agricultura, houve a instalação das indústrias fumageiras, acarretando um maior número de postos de trabalho na agricultura.



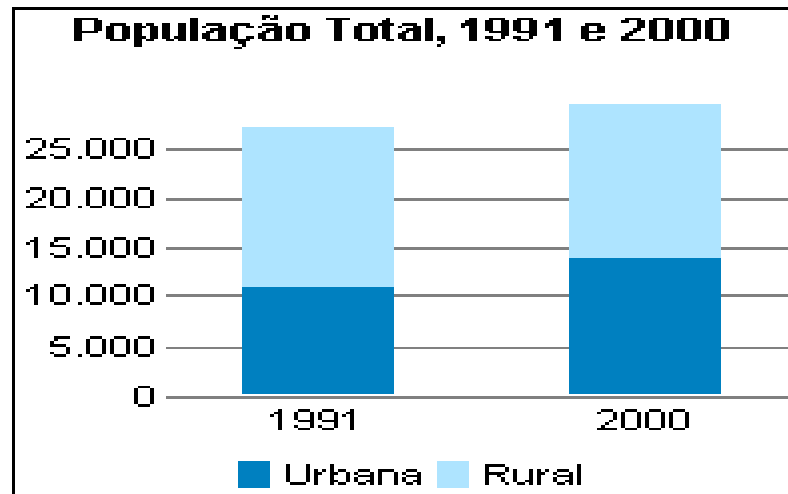
**Gráfico 3 - Candelária 1940-2000**

Fonte: IBGE-2000

No período 1991-2000, a população de Candelária teve uma taxa média de crescimento anual de 1,07%, passando de 26.980 habitantes em 1991 para 29.585 em 2000, conforme gráfico 4. Neste período, a população rural diminuiu 28,6% e a população urbana aumentou 87,9%. Houve uma redução acentuada na população rural devido à crise na orizicultura, a qual enfrentou problemas de preço e concorrência com produtos importados, causando a redução da área plantada e conseqüentemente a extinção de muitos postos de trabalho (EMATER-1999). O aumento da população urbana deve-se basicamente à criação de empregos não agrícolas.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> De acordo com o Perfil da Região do Vale do Rio Pardo – Governo do Rio Grande do Sul, 2002 – foram criados 243 novos empregos em Candelária, entre 1991 e 2000.



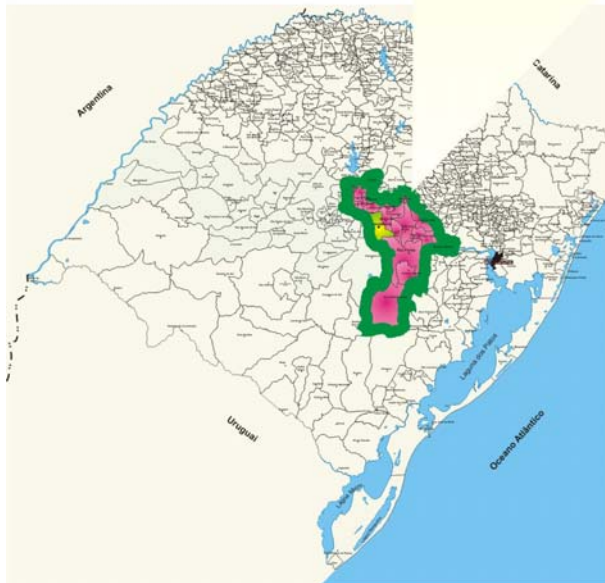
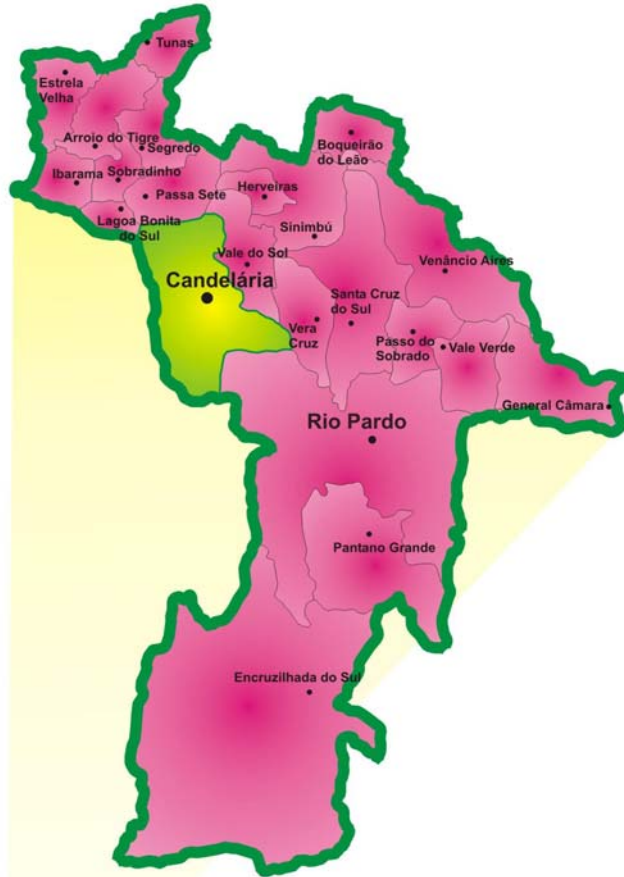


**Gráfico 4 - População Rural – Urbana de Candelária**  
**Período 1991-2000**

O município de Candelária destaca-se na região pela organização de jovens. Na zona rural existem 14 grupos, num total de 198 jovens que fazem parte do Conselho Candelariense de Juventude Rural (COCANJUR). Este conselho possui um plano de trabalho anual, conta com recursos da Prefeitura Municipal para suas atividades e tem um cronograma mensal de reuniões.

# Estado do Rio Grande do Sul

## Região Vale do Rio Pardo



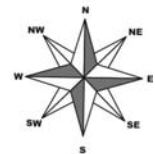
**LEGENDA**

- Sede Municipal
- Limite Municipal
- Município de Candelária

EMATER/RS - Gerência Técnica  
Laboratório de Geoprocessamento

Elaboração:  
Maria Bernadete Szobach de Silva

Base: divisão municipal SAADACC - 1997  
Fonte: DORU/SCP  
Mapa ilustrativo, sem rigor geométrico - Julho/2004



### 3 A EDUCAÇÃO FORMAL DOS JOVENS RURAIS

A educação formal nos últimos anos vem ganhando maior importância junto aos jovens, que vêem a educação como uma forma de “melhorar de vida” ou “subir na vida”. Para alguns autores como Abramo (1997), Marques (1995) e Esteves (1995), isto começou a ocorrer por exigência do mercado de trabalho, que cada vez mais seleciona sua mão-de-obra.

Para Jentsch e Schuksmith (2002), isto ocorre porque o mundo em que as crianças e jovens crescem está mudando de diversas maneiras, como resultado da globalização e de outros processos de reestruturação. Da mesma forma como está ocorrendo no Brasil e em outros países da América Latina, na Escócia, região estudada por esses pesquisadores, está ocorrendo uma mudança estrutural, caracterizada pelo declínio de empregos na agricultura e em indústrias tradicionais com base na produção agropecuária e pelo aumento de empregos no setor de serviços.

Para fazer face a essas mudanças estruturais que envolvem tanto as atividades agrícolas como as não agrícolas, a educação formal ocupa uma posição fundamental, pois antes de ingressar no mercado de trabalho os jovens precisam preparar-se profissionalmente. Eles, também, precisam tomar decisões sobre sua educação formal, “*num contexto de crescentes demandas de títulos*” (JENTSCH e SCHUKSMITH, 2002: p.39) e de incertezas sobre o futuro.

Como se verá no capítulo seguinte, no Brasil parece existir uma relação positiva entre nível de escolarização e renda, o que leva a destacar a importância da educação formal pelos jovens. Assim, não é de se estranhar a existência de políticas públicas que associam o investimento em educação com a realização econômica, como principal determinante da integração dos jovens na sociedade adulta.

Neste capítulo, procura-se mostrar a importância que os jovens rurais atribuem à educação formal e como ela se transforma numa estratégia para mudar suas vidas. Procura-se, também, mostrar, com base nas respostas dos questionários e nas entrevistas, que os jovens rurais têm convertido a educação em uma variável essencial em suas vidas, que lhes pode dar emprego, bons rendimentos e um *status* elevado. Como assinala Reuben (1990, apud Durston, 1999), um maior conhecimento formal permite ao jovem rural contribuir para a sua família e a comunidade, e a melhorar a relação com o mundo exterior; de outro lado, o maior conhecimento tem grande importância como recurso para suas próprias estratégias de vida pessoal.

Nessa perspectiva, parte-se da hipótese de que o sexo e a educação exercem um papel fundamental nas perspectivas dos jovens de permanecerem, ou não, na agricultura: os rapazes que possuem a expectativa de herdar a terra valorizam menos a escolaridade e mais a atividade agrícola; as moças, que vêm no estudo uma alternativa para a busca de uma outra atividade, valorizam mais a formação escolar e não vêm perspectivas de assumir a atividade agrícola profissionalmente.

Ao falar em *educação*, referimo-nos a processos os mais variados, enfatizando sua dimensão formal, informal e outras. Efetivamente, ela acontece em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no interrelacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola. Convencionou-se, por isso, tratar de *educação formal* a ministrada e trabalhada pelas escolas, pela rede de ensino; e de *educação informal* as outras formas de educação (BATISTA, 2003).

Segundo Paoli (1999), a educação e a escola são integrantes de uma ordem civilizadora em desenvolvimento na sociedade e se configuram como processos necessários, eminentemente sociais e políticos. Seus objetivos básicos devem ser a instrução, conhecimento, formação, a promoção do saber-fazer e saber-pensar, além de assegurar a possibilidade de integração social.

De acordo com Durkheim (1975, p.17), “*educação é acima de tudo o meio pelo qual a sociedade recria perpetuamente as condições da própria existência, transmitindo de uma geração para outras crenças firmadas, conhecimentos, valores e habilidades; concorre para a*

*continuidade e a persistência de uma vida social organizada*”. Isto significa que o velho se impõe sobre o novo, definindo também as relações entre ambos.

Com a concepção e o nascimento, os pais assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento e educação dos filhos, o que faz com que eles sejam os primeiros a transmitir algum tipo de aprendizado ao jovem. No passado, por exemplo, o filho do lavrador aprendia somente a cultivar a terra e a compreender as necessidades do solo, a previsão do tempo e o comportamento dos animais, seguindo as pegadas de seus pais.

Neste sentido, considera-se a família como a principal agência socializadora, sendo a escola a segunda agência mais importante. A escola é uma agência difusora do fundo social de conhecimento produzido pela sociedade, cumprindo tarefas de socialização e tendo como finalidade a promoção da autonomia, cidadania, profissionalização e o diálogo (PAOLI, 1999).

Assim como a socialização, a educação também se apresenta de forma variável nos diversos países; pode-se observar diferenças de acordo com a religião, economia e até mesmo por classes sociais. Segundo Durham (1993), a universalização do acesso à escola não garante a igualdade de oportunidades educacionais, as quais variam conforme o nível de renda, a região em que a pessoa vive, e sua origem étnica e social. Para Passador (2003), o alto grau de desigualdade de escolaridade faz com que a educação seja o elemento mais importante na explicação da desigualdade salarial no Brasil.

É importante que se estabeleçam diferenças entre os conceitos de “socialização” e de “educação”. A socialização é um processo de aprendizagem que se apóia, em parte, no ensino explícito e, também em parte, na aprendizagem latente (OUTHWAITE, 1996). Ainda segundo o mesmo autor, é um processo pelo qual os seres humanos são induzidos a adotar padrões de comportamento, regras, normas e valores de seu mundo social. Este processo começa na infância e prossegue ao longo da vida. Em certa medida, o conceito de “socialização” é semelhante ao de educação formal.

Como os índices de desigualdade de renda no Brasil, de acordo com o IBGE (2000), estão entre os mais altos do mundo, as diferenças se refletem também na área educacional, apesar de o índice de analfabetismo ter diminuído no período de 1990 e 2000 entre a população com mais de 15 anos<sup>28</sup>. Entretanto o analfabetismo entre a população de 10 a 14 anos é residual nas famílias cuja renda familiar *percapita* é superior a dois salários mínimos, mesmo nas regiões mais pobres; mas, para a população de renda familiar inferior a meio salário mínimo, o percentual de analfabetos é de 30%, chegando a 43% entre as famílias mais pobres da região nordestina (ABRA, 2002).

Segundo o Levantamento Mundial da Educação da UNESCO (1966), em todos os países o sistema educacional institucionalizado se expandiu nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Para Chinoy (1967), a expansão e a mudança educacional foi ocasionada não apenas por necessidades econômicas, mas também por alterações ocorridas na política e nos governos.

No Brasil, a educação se apresenta regulamentada através da Lei das Diretrizes Básicas (LDB), instituída em 1996, a qual define a educação como um processo que *“abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”*. De forma mais restrita, pode-se dizer que a palavra educação é usada como sinônimo de escolaridade, mecanismo institucional específico para transmissão de conhecimentos. Com a criação da LDB (Lei nº9.394/96), a educação brasileira passou por grandes transformações, pois com o novo ordenamento da educação básica, tornou-se obrigatório, a partir dos 7 anos, a oferta gratuita e universal do ensino fundamental, inclusive para jovens e adultos.

No entanto, essas transformações não têm sido suficientes para colocar o país no patamar educacional necessário, tanto do ponto de vista da equidade, isto é, da igualdade de oportunidades que a educação deve proporcionar a todos os cidadãos, quanto da competitividade e desempenho. De acordo com o relatório “Situação da adolescência brasileira”, do Fundo das Nações Unidas

---

<sup>28</sup>Segundo o IBGE-2000 em 1991 a taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais, no Brasil era de 19,7%, caindo em 2000 para 13,6%. A menor taxa de analfabetismo encontra-se na Região Sul (7,1%) e a maior taxa está na região nordeste (24,3), onde o desenvolvimento social e econômico apresenta os piores indicadores.

para a Infância (UNICEF), é “alarmante” a condição educacional da maior parcela dos jovens no Brasil. Segundo o documento, dos 21 milhões de pessoas entre 12 e 17 anos no país, 1,3 milhão é analfabeto e 8 milhões têm no máximo cinco anos de escolaridade; e apenas 11,2 % dos adolescentes de 14 e 15 anos têm o ensino fundamental completo.

Na visão do responsável pelo relatório, Silvio Kaloustian, os avanços educacionais no Brasil têm efeito ainda limitado ao nível fundamental, enquanto “os dados do ensino médio são bastante alarmantes”. Nesse nível encontra-se matriculado apenas um terço dos adolescentes na faixa etária correta, de 15 a 17 anos. Esse relatório demonstra que o país ainda carece de uma política nacional para a educação dos jovens. Não basta olhar somente as desigualdades regionais, nem só para o campo ou para a cidade. É necessário interagir com toda a sociedade em seus diversos segmentos. Neste sentido Passador (2003) manifesta-se:

*As sociedades que historicamente propagam valores como, por exemplo, a igualdade entre os indivíduos, a necessidade da educação, o valor do trabalho e o sentido de identidade têm no presente, e certamente terá no futuro, uma estrutura social com maior capacidade de perseguir e superar desafios e melhores condições para promover o seu progresso socioeconômico. A cultura é o principal meio de transmissão desses valores (PASSADOR , 2003, p.47).*

### **3.1 A EDUCAÇÃO RURAL**

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social com as realizações da sociedade humana (SOARES, 2001). Além disso, essa noção de “campo”, ou de “rural”, salienta as dificuldades colocadas para a ampliação do acesso à educação formal em espaços com baixa densidade populacional.

Segundo Soares (2001), todas as constituições, no Brasil, contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir

de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se o descaso dos dirigentes com a educação do campo.

A Carta Magna de 1891 também silenciou a respeito da educação rural, restringindo-se, no artigo 72, parágrafos 6 e 24, respectivamente, à garantia da laicidade e à liberdade do ensino nas escolas públicas (SOARES, 2001). De acordo com Leite (1999), a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda o elitismo acentuado do processo educacional instalado no Brasil pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “*gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade*” (LEITE, 1999, p.72).

Na verdade, a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando, no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo (SPEYER, 1983). O primeiro papel da escola foi proporcionar a fixação do homem no campo, pois eram elevadas as taxas de imigração para a cidade, onde se iniciava um amplo processo de industrialização.

Nesse período surge o "ruralismo pedagógico"<sup>29</sup> que foi defendido por agroexportadores, patriarcas rurais e alguns segmentos da elite urbana, que tentavam evitar uma superpopulação urbana e seus problemas sociais. O ruralismo continuou até a década de 1930. Todos os projetos seguintes foram também planejados conforme a ideologia dos dominantes, a fim de manter o *status quo* da sociedade, e não de atender às necessidades dos trabalhadores rurais.

Para suprir as deficiências da educação formal oferecida ao homem do campo surge, após o término da Segunda Guerra Mundial, uma nova modalidade de assistência técnica ao meio rural, denominado “extensão rural” (SPEYER, 1983).

---

<sup>29</sup>Movimento que teve como finalidade “ruralizar o ensino primário” fazendo que este se transformasse em instrumento de fixação do homem no campo, na busca de esvaziar as correntes migratórias (SPEYER, 1983).



*O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definido pelos seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar. Seu ponto de partida é a noção de comunidade rural, vista como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesse ( QUEDA apud SPEYER 1983, p.101).*

De acordo com Leite (1999), o movimento extensionista chegou ao Brasil por intermédio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que tinha como objetivo a implantação de projetos educacionais na zona rural. Através do governo federal, várias ações para operacionalizar as atividades desta comissão foram realizadas, sendo a mais importante o convênio entre o Ministério da Agricultura e a American International Association for Economic and Social Development (AIA), que possibilitou a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)<sup>30</sup>, que teve como objetivo principal promover o bem-estar das famílias rurais através de seus extensionistas locais.

Conforme Fonseca (1985, p.163), o sistema de extensão rural atuava na valorização do trabalho humano e *“propondo-se a tornar o homem, de fato, integrante e ativo na comunidade, procuravam, então, os Serviços de Extensão incentivá-los a organizarem-se em grupos, clubes, associações e cooperativas, para uma efetivação conjunta no sentido de melhorar as condições econômicas e sociais no meio rural”*. Surgem, no meio rural, programas para a melhoria na habitação, saúde, convivência em grupo e lideranças.

*Extensão nada mais é que educação. O objetivo fundamental de qualquer organização educacional é ensinar às pessoas como pensar e não o que pensar. Assim sendo, a função da Extensão é ensinar as famílias rurais a descobrir e determinar suas próprias necessidades, a fim de que possam encontrar a solução de seus próprios problemas, ajudando-as a adquirir conhecimentos e a agir no sentido de fazer uso adequado desses conhecimentos (FONSECA, 1985, p.12).*

No Rio Grande do Sul, em 1955, foi criada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), que hoje atua em conjunto com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), promovendo, através de processos educativos, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

---

<sup>30</sup>A ACAR, fundada em 1948, em Minas Gerais, foi o primeiro passo para a criação da ABCAR- Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 1956, para coordenar programas de extensão rural no país.

Na nova Lei das Diretrizes Básicas 9.394/96, buscou-se promover a desvinculação da escola rural da escola urbana, estabelecendo que:

*Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.*

*I-conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*

*II-organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;*

*III-adequação à natureza do trabalho na zona rural.*

Apesar de estabelecidas as regras para a educação rural, a operacionalização não aconteceu como previsto e o assunto virou alvo das atenções do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), o qual criou uma comissão especial para analisar os problemas e encaminhar sugestões sobre este tema. Segundo esta comissão, a educação rural deve ter como objetivos:

*- a oferta de uma educação de qualidade de modo a assegurar o direito de acesso e permanência do aluno na escola; a educação a ser oferecida no meio rural deve ter o caráter universal, porém contextualizada de acordo com as especificidades do meio rural, na perspectiva de sua valorização cultural, e*

*- a educação no meio rural deve proporcionar aos alunos oportunidades de prosseguimento de estudos, de inserção no mundo do trabalho e de ampliação dos padrões de cidadania da população rural.*

Embora a LDB/96 regulamente a educação no campo, Leite (1999) afirma que os problemas apresentados para a educação, no meio rural, tais como a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas, as dificuldades de acesso dos alunos às escolas, bem como a interferência direta de instituições governamentais, acabam por restringir a ação da escola. Ainda, segundo esse autor, a evasão e a repetência escolar no meio rural apresentam altas taxas, e suas causas são relacionadas à escolaridade/produção, pois, na escola, o que ensinam pouco ou nada tem a ver com a vida extra-escolar dos rurícolas. Além disso, o calendário escolar é

impróprio para o meio, confrontando-se com as épocas de forte trabalho. Segundo Calazans (1999):

*... a escola, ao ser levada ao campo, defronta-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, com ambientes culturais heterogêneos e com clientelas diferenciadas, com valores e aspirações próprias. Metidas nestes grupos populacionais “desiguais”, sem atender à exigência de conhecê-los para introduzir ensinamentos a partir de seus “saberes, a escola apenas sobrevive (CALAZANS apud LEITE, 1999, p.76)”.*

Por outro lado, a falta de professores habilitados, que provoca constante rotatividade, a ausência de assistência pedagógica às escolas rurais, o predomínio de classes multisseriadas, com educação de baixa qualidade, a nucleação desordenada das escolas, bem como as dificuldades de implementação de um calendário escolar adequado às necessidades do meio rural contribuem para que, cada vez mais, o “estudo na cidade” seja o alvo da maioria dos jovens rurais e até mesmo de seus pais (SOARES, 2001).

Para Leite (1999), muito mais do que aprender a escrever e a ler, estudar na cidade significa para os jovens a busca de igualdade entre as classes, o exercício da cidadania. Neste mesmo sentido, manifesta-se Arroyo:

*a luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos, se situa neste contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade de oportunidades, sendo uma forma de se defender de uma ignorância que percebe estar vinculada a sua situação de exclusão política e econômica. (ARROYO apud LEITE, 1999 p.86).*

Nas últimas décadas, no País, à medida que ocorrem avanços tecnológicos e a modernização das formas de gestão e de produção, aumenta a demanda por mão-de-obra qualificada. Como consequência, colocam-se exigências mais elevadas de escolaridade e de qualificação profissional, quer para ingresso no mercado do trabalho quer para a permanência nele. Além das possibilidades de escolarização e formação, a escola representa, às vezes, o único meio de ampliar a visão de mundo dos jovens, que lhes permite conhecer outras pessoas, relacionar-se com elas e ter outros amigos além de seus vizinhos.

Donoso, em trabalho recentemente desenvolvido no Chile, identificou que o papel da educação formal para os jovens é sinônimo de “*sair, ir à diante, ter uma vida melhor, romper com o círculo da pobreza, obter um melhor trabalho, desenvolver sua personalidade,*” (DONOSO, 2001, p 25)

### 3.2 A ESCOLA E A FAMÍLIA

Durante muitos anos, a definição de George Murdock sobre o que é uma família foi usada universalmente. Segundo ele “*a família era um grupo social caracterizado pela residência, a cooperação econômica e a reprodução*” (MURDOCK, apud OUTHWAITE, 1996). Stack (1974), após críticas ao conceito anterior, desenvolveu uma nova definição:

*Família é a menor rede organizada e durável de parentes e não parentes que interagem diariamente, provendo as necessidades domésticas dos filhos e garantindo-lhes a sobrevivência. A rede familiar difunde-se por vários lares com base no parentesco* (STACK apud OUTHWAITE, 1996, p. 297).

De uma outra maneira, Almeida definiu a família como sendo “*as pessoas que pertencem a uma unidade doméstica*”. São os que compartilham uma casa e uma cozinha, e que (como ocorre em áreas rurais) trabalham conjuntamente. (ALMEIDA, 1986, p. 70).

Cunha (2003), ao abordar o tema das relações entre a escola e a família, analisa seus papéis e conclui que as duas instituições teoricamente têm a mesma missão: conduzir o educando, seja ele criança ou jovem, no seu desenvolvimento da infância à maturidade. Desde o Século XVII, a escola era pensada com uma agência de apoio à família. De acordo com Comênio, assim como as pessoas procuram um médico quando estão doentes ou um alfaiate quando precisam de roupas, os pais também devem procurar a escola para educar seus filhos. Segundo o autor;

*(...) raramente os pais estão preparados para educar bem os filhos, ou raramente dispõem de tempo para isso, daí se segue como consequência que deve haver pessoas que façam apenas isso como profissão e desse modo sirvam a toda comunidade.* (COMÊNIO apud CUNHA, 2003, p. 448).

Ao mesmo tempo em que a escola visa à educação das crianças e dos jovens, ela também amplia sua visão de mundo. No caso da escola rural, com frequência ela transmite a valorização

do meio urbano e a desvalorização do meio rural. Face a isso, Baruffi e Cimadon entendem que *“a escola é compreendida como o lugar da contra-educação rural, onde o jovem aprende a deixar de lidar com a terra”*. (BARUFFI & CIMADON apud PASSADOR, 2003).

A escola representa para muitos pais um espaço de conflito, pois acreditam que a educação formal transmite a seus filhos conhecimentos diferentes dos tradicionais. Os jovens, através da escola, são motivados ao diálogo com os pais, o que muitas vezes é encarado como desrespeito à autoridade paterna. Segundo Patrick Champagne, o acesso ao nível secundário transformou as relações de poder no interior da família, modificando a divisão do trabalho de educação entre a família e a instituição escolar. Ainda, de acordo com Champagne:

*“nas zonas rurais outrora subvalorizadas, (...), onde predominavam a aprendizagem pela prática e a transmissão familiar dos saberes por lenta impregnação, o prolongamento obrigatório da escolarização nos colégios necessariamente modificou a relação dos filhos com o saber e subverteu as relações de poder no interior da família agrícola”* (CHAMPAGNE,1996).

As relações interpessoais em um grupo social, entre eles a família, são regidas por um jogo de papéis assumidos e delegados. Sendo assim, as crises e conflitos que ocorrem no âmbito familiar não mais constituem um fato isolado. O conflito entre as gerações ocorre porque o jovem vislumbra um novo mundo, novas oportunidades, novas idéias, o que faz com que ele invariavelmente conteste as idéias que até então lhe eram impostas.

Segundo Carneiro *“o conflito entre os interesses” familiares e os projetos individuais dos jovens resultam em negociações que têm como referência um universo de valores que combina o universo simbólico “tradicional” mantido e atualizado pela família e os da “modernidade, adquiridos na sociabilidade da cidade”* (CARNEIRO, 1999, p.13).

Ao responderem às questões incluídas no questionário sobre quais os principais problemas que os jovens enfrentam na família, a grande maioria dos entrevistados desta pesquisa citou a dificuldade de relacionamento entre eles e seus pais, *“não se consegue conversar com os pais”, “não há dialogo”, “ninguém dá ouvidos pra gente”, “ninguém aceita nossas sugestões”,* dizem os jovens. Nas entrevistas transparece o ressentimento dos jovens por saberem que o esforço que fazem para estudar não é reconhecido pelos pais.

Para Durston (1996), como a educação permite ao jovem rural dos dois sexos melhorar a sua produtividade no trabalho, contribuindo assim para aliviar a pobreza de sua família de origem, isto, às vezes, faz com que ocorram conflitos com a autoridade paterna tradicional ou haja uma disputa de poder.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul com produtores de frutas de mesa<sup>31</sup>, no período de 1998/1999, Brumer observou que *“os pais que preferem que seus filhos sejam agricultores não os incentivam a freqüentar a escola além das primeiras séries,”* (BRUMER, 2000, p.4), ocorrendo o inverso com aqueles que não apresentam nenhuma chance de tornar-se agricultores: os mesmos são incentivados a freqüentar a escola para viver no meio urbano. Na visão de muitos agricultores, a escolarização dos filhos só é necessária para os que pretendem sair do meio rural, pois os que permanecem na atividade agrícola precisam apenas saber ler e escrever.

Na entrevista com a supervisora de uma das escolas que foram objeto desta pesquisa, ela relatou a angústia dos pais quando vêm matricular seus filhos, pois, segundo ela, muitos sabem que, depois de estudar, dificilmente eles vão querer voltar para a lavoura. Um dos pais entrevistados disse: *“temos que achar uma maneira de “pregar” nossos filhos no campo; eles tem vergonha de dizer que são do rural”*.

Por outro lado, Guigou observa que o prolongamento dos estudos, além da idade mínima, durante muito tempo, pareceu inútil aos olhos de inúmeros pais, agricultores ou artesãos, das aldeias. Após os anos de 1950, nas regiões européias pesquisadas pelo autor, esta mentalidade começou a mudar, a geração atual do campo, decepcionada pelas crises agrícolas sucessivas, considera que os estudos e os diplomas são valores do futuro, mais seguros que os hectares de terra ou as cabeças de gado.

Também Abramovay (1998) reconhece que o nível de educação formal necessário, hoje, para o exercício da profissão agrícola é superior ao de alguns anos atrás, porém, ainda é baixa a

---

<sup>31</sup>Consideram-se frutas de mesa morango, abacaxi, banana e cítricos .

conscientização dos agricultores sobre a necessidade da educação formal para a administração da unidade produtiva.

De acordo com Passador, para os lavradores<sup>32</sup>, a escola tinha muito pouca importância, sendo reconhecida somente quando apresentava conhecimentos modernos que viessem a aumentar a produção (novos insumos p.ex.). Ainda, segundo a autora,

*A maior parte dos lavradores não chegou a completar o primário e o aprendizado da profissão realizou-se com os pais e com os adultos em geral ou “por conta própria”, na maioria dos casos, o que significa que aprenderam observando os adultos trabalharem e repetindo seus gestos, desde a infância. (PASSADOR, 2003, p.90)*

### **3.3 AS ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS DOS JOVENS DE SANTO CRISTO E DE CANDELÁRIA**

Na análise das respostas obtidas na pesquisa com os jovens rurais do município Santo Cristo e do município de Candelária, alunos da 1º, 2º e 3º séries do 2º grau, do turno da manhã e da noite, sobre suas aspirações educacionais, observa-se que suas expectativas com relação ao futuro estão diretamente vinculadas àquilo que a educação formal pode lhes oferecer em termos de uma vida melhor.

Segundo Durston, a educação formal proporciona aos jovens rurais uma melhor capacitação, que os qualifica para empregos melhores, pois “*os trabalhadores assalariados sem escolaridade ou capacitação permanecem em tarefas simples e rotineiras; os jovens com instrução podem ser capacitados para desempenhar postos de maior produtividade e responsabilidade*” (DURSTON, 1996, p. 29).

Nos projetos de vida dos jovens rurais, a educação formal, de certa forma, representa a única chance de estes jovens saírem da atividade agrícola. Segundo Carneiro (1999), a valorização dos estudos;

---

<sup>32</sup> Lavrador é empregado aqui como sinônimo de agricultor que trabalha na terra (por oposição ao agricultor que assume apenas a função de administração do estabelecimento agropecuário).

*Associado à migração temporária, se apresenta como a principal alternativa à atividade agrícola. Através do contato com os jovens de origem urbana, novos valores são adquiridos, mudando substancialmente o padrão de comportamento dos jovens desta geração que passam a incluir em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicos da juventude de classe média urbana (CARNEIRO, 1999, p.7).*

Também Grzybowski, em sua análise sobre o papel da educação formal na vida dos jovens rurais, a definiu como parte das condições de reprodução social dos lavradores e trabalhadores assalariados do campo. Ainda, segundo esse autor, “*no conjunto das condições de reprodução dos trabalhadores rurais, cabe às práticas educacionais a elaboração, a sistematização e a difusão de conhecimentos, capacidades e habilidades, atitudes e valores, referentes à sua inserção social, tanto no processo de produção como na sociedade como um todo*” (GRZYBOWSKI apud PASSADOR, 2003, p.94).

O papel da educação formal na vida dos jovens rurais é analisado a partir da Tabela 6 que mostra o interesse dos jovens no que se refere aos estudos. Os dados da tabela 6 indicam não haver diferenças substanciais entre os dois municípios incluídos na pesquisa, no que se refere a aspirações educacionais dos jovens: a grande maioria dos jovens (94,2%) que participaram da pesquisa em Santo Cristo<sup>33</sup>, e um número significativo de jovens em Candelária<sup>34</sup> 88,9%) pretende continuar seus estudos e cursar o terceiro grau.

Conforme Durston (1999) para as jovens rurais, no caso de migração, a educação representa um fator de liberação, “algo mais”, pois sem educação as jovens rurais emigrantes estão condenadas a terem atividades no setor de serviços (tais como empregada doméstica, faxineira, cozinheira e auxiliar de serviços de limpeza) no meio urbano.

De acordo com esse autor, existe, também, diferença entre a educação e as estratégias de vida dos jovens do sexo masculino e dos jovens do sexo feminino, embora, de um modo geral, a

---

<sup>33</sup>O município de Santo Cristo, em 1991, era o 5º município da região com maior percentual (23,77%) de jovens entre 15 e 17 anos com acesso ao ensino médio. Em 2000 é o 1º dos 13 municípios que compõem a região; possui 66,45% dos jovens entre 15 e 17 anos com acesso ao ensino médio (ATLAS SOCIOECONOMICO-2000).

<sup>34</sup>O município de Candelária, em 1991, era 6º município da região com maior percentual (16,56%) de jovens entre 15 e 17 anos com acesso ao nível médio. Em 2000 é o 9º município da região; possui 31,77% dos jovens entre 15 e 17 anos com acesso ao ensino médio (ATLAS SOCIOECONÔMICO-2000).



valorização da educação esteja associada à busca de oportunidades fora da agricultura: quanto maior for o nível de educação dos indivíduos, maiores serão suas oportunidades de emprego e/ou trabalho.

**Tabela 6**  
**Aspirações educacionais dos jovens de Santo Cristo e de Candelária**  
**Pretende continuar os estudos?**

Opções	Santo Cristo						Candelária					
	Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sim	65	94,2	38	97,4	27	90,0	48	88,9	24	100,0	24	80,0
Não	4	5,8	1	2,6	3	10,0	6	11,1	0	0	6	20,0
Total	69	100	39	100	30	100	54	100	24	100	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Em pesquisa realizada na região de Ijuí, em 1988, Brumer também observou a existência de uma diferenciação entre os sexos com relação à continuidade dos estudos, para além do ensino fundamental, pois o percentual de moças acima de 14 anos que permaneciam estudando era maior do que o dos rapazes (15,4% das moças e 3,2% dos rapazes). (BRUMER, 1993, p.153).<sup>35</sup>

Para os jovens rurais de Santo Cristo e de Candelária, de acordo com os questionários e as entrevistas realizadas, estudar é um meio de ascensão social, relacionado diretamente com a possibilidade de obter uma melhor qualidade de vida. Existe a expectativa de que um maior nível educacional lhes proporcione melhores oportunidades no mercado de trabalho, com a obtenção de um salário fixo, que ofereça uma renda mensal, independente dos rendimentos de suas famílias, horário de trabalho definido e horas livres para lazer. Os dois trechos de depoimentos

<sup>35</sup> A coleta de dados foi feita como parte de uma pesquisa comparativa sobre a produção familiar na agricultura em regiões distintas de cinco países: Brasil, França, Canadá, Polônia, Tunísia. Ver Lamarche (1993). Análises parciais sobre os dados coletados em Ijuí estão em BRUMER&GIACOBBO (1994).

apresentados a seguir traduzem a expectativa dos jovens quanto a seus estudos e o que eles podem obter através de uma melhor qualificação profissional.

*“Eu vou estudar para poder passear sábado e domingo sem ter horário para vir cuidar dos bichos”* (jovem de 17 anos do sexo masculino, de Santo Cristo).

*“Quando eu me formar na faculdade quero comprar roupas e sapatos da moda como as gurias da cidade.”*(jovem de 15 anos do sexo feminino de Candelária)

Como todos os jovens, os jovens rurais também têm seus sonhos, e na aplicação do questionário procurou-se obter uma idéia de como estes jovens idealizam ou projetam suas vidas, através de suas respostas para a pergunta “qual o seu sonho”. Entre inúmeras respostas, tais como “*ser feliz*”, “*ter um bom emprego*”, “*constituir família*”, a resposta que predominou foi “*cursar uma faculdade*”. Isto mostra que a educação formal ocupa um papel muito importante no futuro almejado pelos jovens do município de Santo Cristo e de Candelária, conforme depoimento de uma jovem;

*“Quero fazer uma faculdade para conseguir ter um bom emprego, ganhar um bom dinheiro para ajudar minha família, comprar roupas e me divertir”* (jovem de 15 anos do sexo feminino, de Santo Cristo).

Dos jovens que participaram da pesquisa, do município de Santo Cristo, 36,5% responderam que seu maior sonho era cursar uma faculdade, sendo a maioria do sexo feminino, e 20,6% disseram que seu maior sonho era conseguir um bom emprego, sendo, neste caso, a maioria do sexo masculino. É interessante observar que somente dois (3,2%) jovens do sexo masculino manifestaram que seu sonho era ter uma propriedade rural.

Embora esses dois jovens tenham como sonho possuir uma propriedade rural, cada um tem uma situação peculiar em aspectos que se chama a atenção neste trabalho. Um dos jovens quer ter uma propriedade porque não quer ser empregado do pai e não pode continuar os estudos. O conflito familiar já referido antes é manifestado por este jovem quando ele diz que seu pai acha o estudo “tempo jogado fora” e briga quando ele vai para a escola. O outro jovem

não valoriza a escola, vai terminar o segundo grau e ser agricultor. Segundo ele, “gosto de lidar com a terra, vou ser que nem meu pai”.

No município de Candelária 19,1% dos jovens entrevistados sonham cursar uma faculdade, enquanto que 17,0% desejam conseguir um bom emprego. Sonhos como ser jogador de futebol ou militar, entre outros, aparecem como sendo importantes para os jovens; nada relacionado com a agricultura.

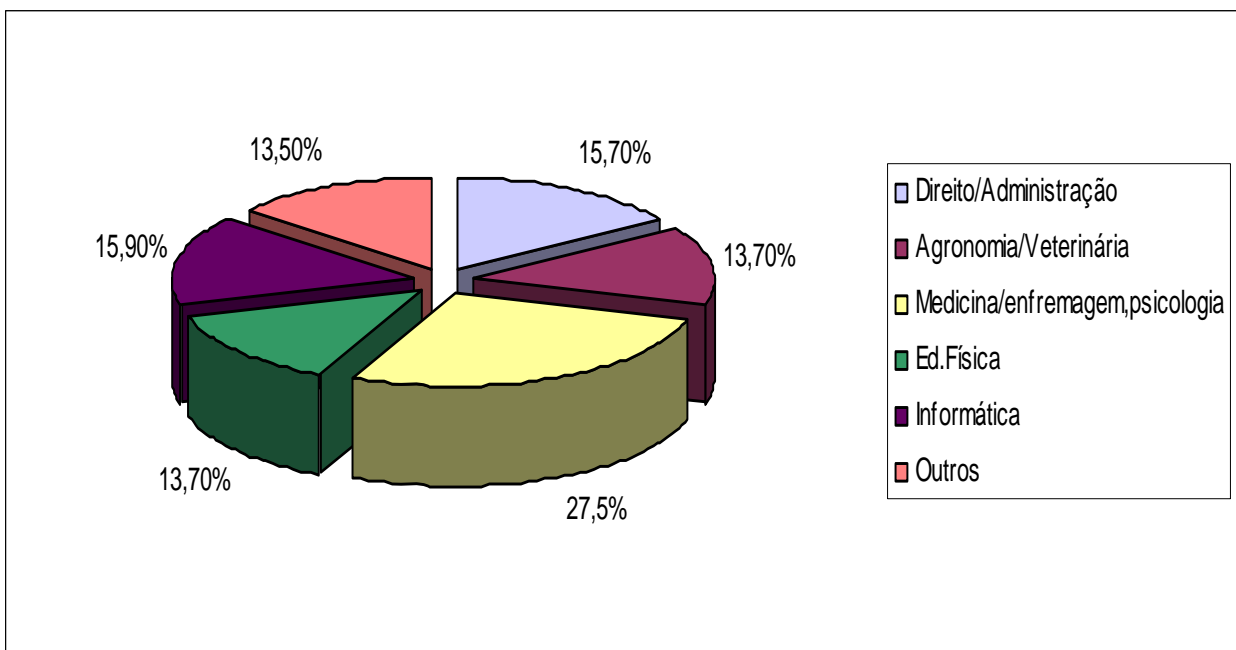
No gráfico 5, observa-se a preferência dos jovens de ambos os sexos pelos cursos na área da saúde, administração e outras (engenharia, informática), evidenciando claramente a rejeição à atividade agrícola, a qual é demonstrada pela baixa demanda aos cursos da área de ciências agrárias. Somente 13,7% dos que pretendem continuar os estudos manifestaram vontade de cursar algum curso da área de ciências agrárias (agronomia, medicina veterinária, zootecnia), sendo que, dos sete jovens, um é do município de Candelária, e seis são do município de Santo Cristo. Ainda, dentro deste grupo, três jovens são do sexo feminino do município de Santo Cristo, que trabalham de babá ou recepcionista na cidade e estudam à noite. Uma das jovens que quer ser agrônoma traduz em sua fala a decepção pelo trabalho na cidade:

*“A gente fica presa o dia todo, cumprindo horário, não pode nem ver a luz do sol, não quero ser como meu pai e minha mãe, mas quero trabalhar lidando com a terra e perto da natureza”* (jovem de 16 anos do sexo feminino, de Santo Cristo).

Os jovens do sexo masculino (três de Santo Cristo e um de Candelária) que pretendem cursar medicina veterinária manifestam sua intenção em assumir e administrar a unidade produtiva da família e não em trabalhar como assalariado no campo.

No município de Candelária, os jovens manifestam grande interesse por cursos relacionados à saúde, o que pode ser uma resposta destes jovens a problemas verificados na atividade agrícola, em que as famílias trabalham com o cultivo do fumo, pois, na visão deles, esta cultura está terminando com a saúde dos agricultores e também com o meio ambiente.

No município de Santo Cristo, os jovens demonstram interesse por cursos na área administrativa, como, por exemplo, o curso de Administração. O curso de Ciências Sociais e Jurídicas analisado dentro da categoria “outras áreas”, é um dos mais indicados. Segundo um jovem do município “*estes cursos ensinam que os trabalhadores têm os mesmos direitos que o trabalhador da cidade*”. O depoimento desse jovem demonstra mais uma vez o sentimento sentido pelos jovens rurais de desvalorização da agricultura perante outras profissões.



**Gráfico 5 - Curso universitário pretendido pelos jovens rurais do município de Santo Cristo e do município de Candelária**

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Observa-se, ainda, nos sonhos dos jovens que querem cursar a faculdade, a aspiração por diversas profissões, geralmente com status social elevado, como juiz de direito, médico, engenheiro ou professor. Entretanto, os jovens que apenas pretendem terminar o segundo grau também almejam profissões que lhes permitam residir no meio urbano, embora com status social menos elevado, como caminhoneiro, motorista de ônibus, marceneiro, policial militar (brigadiano) ou músico.

Segundo Brumer (2004), nos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Sul, a educação exerce um papel fundamental na escolha do jovem de ficar ou sair da agricultura por que;

*A freqüência à escola, principalmente se em classes assistidas tanto por filhos de agricultores como por jovens urbanos de classe média, pode acelerar sua visão comparativa entre as condições de vida no meio urbano e no meio rural, e levá-lo a preferir a emigração (BRUMER, 2004).*

Também Carneiro em pesquisa realizada em duas áreas rurais, São Pedro da Serra no Estado do Rio de Janeiro e Nova Pádua no Estado do Rio Grande do Sul, com jovens rurais entre 15 e 26 anos, constatou que a educação é considerada, para os jovens rurais, um elemento estranho, porém necessário para obtenção de um emprego melhor. Segundo a autora, “*a velha tradição do filho mais novo ficar no meio rural já começa a desaparecer; fica quem possui menor vocação para o estudo*” (CARNEIRO, 1999, p.7).

Contrariamente ao verificado nesta pesquisa, Spanevello (2003), em recente pesquisa realizada no município de Nova Palma/RS, constatou que a saída dos jovens do meio rural para fazer um curso universitário não implica necessariamente a escolha de uma profissão essencialmente urbana.

Os resultados obtidos por essa autora, na sua pesquisa, mostram que os jovens “*pretendem estudar um curso superior relacionado com a agricultura, sendo que os exemplos mais citados são Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária, além de cursos como o Técnico em Agropecuária.*” (SPANEVERELLO, 2003, p. 94). Segundo a mesma autora, os jovens de Nova Palma admitem que a educação formal é tão importante para os que saem quanto para os que ficam na agricultura, visto que, com o avanço da tecnologia, até a informática já chegou ao meio rural.

As diferenças nas conclusões referentes à disposição ou não dos jovens rurais de permanecerem na atividade agrícola entre o trabalho de Rosani Spanevello e os dados desta dissertação provavelmente se explicam devido às características das amostras utilizadas nos dois estudos. No trabalho de Spanevello, os jovens foram entrevistados nos estabelecimentos

agropecuários dos quais fazem parte, o que pode indicar que já haviam tomado a decisão de seguir trabalhando na agricultura. Na pesquisa que serve de base para esta dissertação, ao contrário, os jovens eram alunos do ensino médio, em escolas localizadas no meio urbano, o que pode significar que, anteriormente à ida para essas escolas já haviam decidido abandonar a atividade agrícola.

Para se verificar a existência de uma relação entre o lugar para morar e a profissão escolhida, perguntou-se aos jovens: se você pudesse escolher gostaria de morar no campo ou na cidade? Analisando as respostas por município e por sexo constata-se que em ambos os municípios as moças gostariam de morar na cidade, com uma pequena diferença no município de Santo Cristo, ainda para o sexo feminino. Já em Candelária, existe diferença significativa entre os sexos, pois as jovens manifestam vontade de viver na cidade em sua maioria, conforme se observa na tabela 7.

**Tabela 7**

**Local de residência preferido pelos jovens rurais de município de Santo Cristo e do município de Candelária**

Local	Santo Cristo						Candelária					
	Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
No campo	20	29,0	9	23,1	11	36,7	20	37,7	4	17,4	16	53,3
Na cidade	38	55,1	25	64,1	13	43,3	27	50,9	17	73,9	10	33,3
Indiferente	11	15,9	5	12,8	6	20,0	6	11,3	2	8,7	4	13,3
Total	69	100,0	39	100,0	30	100,0	53	100,0	23	100,0	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

A opção por morar na cidade, pelos jovens do município de Santo Cristo, também se traduz no sentimento que eles sentem com relação à agricultura, ou seja, a desvalorização da agricultura pelo governo e pela sociedade, o que, segundo eles, torna inviável a permanência na atividade agrícola. Em uma entrevista uma jovem de Santo Cristo manifesta-se:

*“A agricultura é muito pouco valorizada pelo governo e pelo pessoal da cidade; a gente sempre é motivo de gozação do pessoal da cidade. Quero estudar para ter uma profissão, secretária, professora.”*

Nesta mesma perspectiva, os jovens do município de Candelária buscam sair da agricultura, porém com um outro tipo de sentimento: a preservação da saúde. Como eles trabalham, juntamente com seus pais, na fumicultura, a preocupação com a saúde está presente nos seus projetos de vida. Um dos jovens do sexo masculino entrevistados, em Candelária, disse que:

*“Meu avô, meu pai, morreu por causa do fumo, eu não quero isto pra mim e nem pro meu filho por isso quero estudar e ir embora”.*

Confirmando os dados da tabela 7, o gráfico 6 mostra que as jovens rurais, além de rejeitarem a profissão agropecuária, buscam sua inserção no meio urbano, onde acreditam poder construir suas vidas, de uma forma mais fácil que a de seus pais. Nesse sentido Bourdieu (2000) explica o comportamento das jovens quanto ao encanto pela cidade.

*As mulheres que, como objetos simbólicos de troca, circulavam de baixo para cima e se viam por isso espontaneamente inclinadas a se mostrar solícitas e dóceis em relação às injunções ou às seduções citadinas são, juntamente com os filhos mais moços, o cavalo de Tróia do mundo urbano. Menos apegadas do que os homens à condição camponesa e menos empenhadas no trabalho e nas responsabilidades de poder, logo menos presas pela preocupação com o patrimônio a “manter”, mais dispostas em relação à educação e às promessas de mobilidade que ela contém, elas importam para o coração do mundo camponês o olhar citadino, que desvaloriza e desqualifica as “qualidades camponesas” (BOURDIEU, 2000, p.105).*

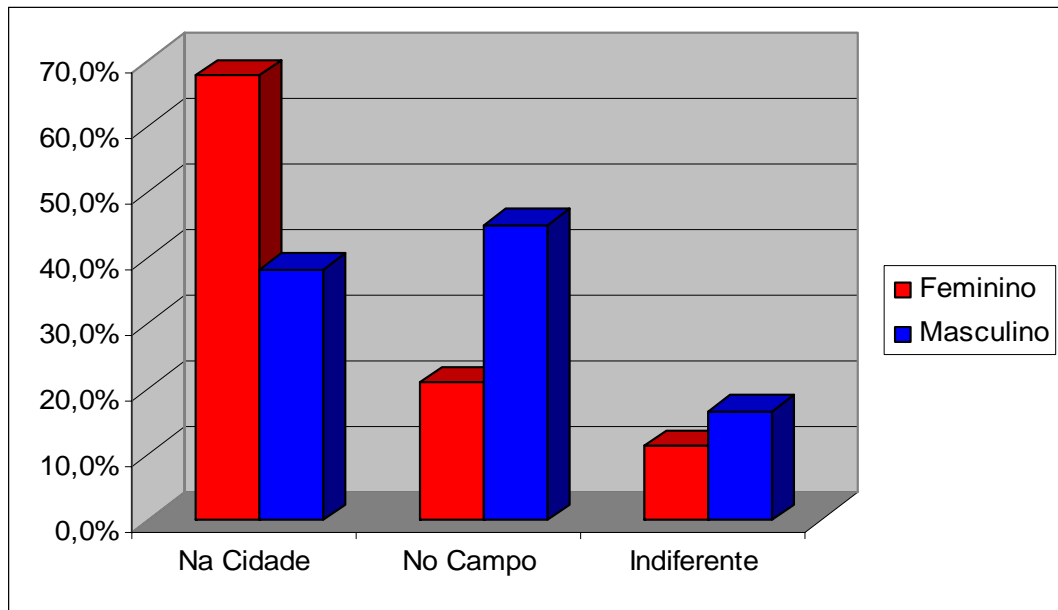
Ao destacar os aspectos positivos do meio urbano, os jovens, implícita ou explicitamente, chamam a atenção para os aspectos que consideram negativos na atividade agrícola (trabalho cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos e falta de lazer), como revelam os depoimentos seguintes:

*“Minha mãe gostaria que eu estudasse para arrumar um emprego melhor na cidade e levasse ela junto, pois o trabalho dela na lavoura é muito cansativo” (jovem de 19 anos do sexo masculino, de Candelária, que deixou de estudar porque teve de assumir o lugar do pai que faleceu).*

*“No campo, a vida é mais tranqüila, mas o agricultor é muito explorado pelas grandes empresas; o dinheiro só vem no fim do ano e até lá a gente tem que se virar. Eu quero estudar para ser médico” (jovem de 17 anos do*

*sexo masculino, que trabalha com os pais na produção de fumo, em Candelária).*

O primeiro dos depoimentos acima reforça uma constatação de Champagne (1996), de que as representações dos jovens sobre a atividade agrícola refletem as representações dos pais, e, no caso das moças, principalmente as representações das mães.



**Gráfico 6 – Local de residência preferido pelos jovens de Santo Cristo e de Candelária**

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Embora a situação socioeconômica das famílias dos jovens possa estar associada aos meios para estudar - principalmente porque não existem escolas de segundo grau no meio rural, exigindo o deslocamento diário dos alunos entre a propriedade rural e a cidade, verificou-se, na pesquisa, que o tamanho da propriedade não tem nenhuma influência significativa sobre as opções dos jovens, conforme se observa na tabela 8 abaixo. Os dados indicam, ao contrário, que, independente do tamanho da propriedade dos pais, a maioria (83,3%) dos jovens pretende continuar os estudos.

Os jovens rurais realizam verdadeiras maratonas para chegar à escola. No município de Santo Cristo, a Prefeitura Municipal fornece o transporte escolar gratuito para que os jovens



rurais curseem o nível médio na cidade. Alguns desses jovens percorrem a pé um longo trecho para chegar até o ponto do ônibus, já que ele não passa em todas as comunidades.

No município de Candelária o transporte é por conta dos alunos, que pagam passagem escolar. Em uma das entrevistas um jovem disse: “*eu troco o meu trabalho na lavoura pelo dinheiro da passagem do ônibus, senão meu pai não deixa eu vir para a escola*”.

**Tabela 8**  
**Aspirações educacionais dos jovens de Santo Cristo e de Candelária e o Tamanho da propriedade.**

Área (ha.)	Total		Pretende continuar os estudos			
			.Sim		Não	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até 2 ha	6	100	6	100	0	100,0
De 2,1 a 12 ha	38	100	34	89,5	4	10,5
De 12,1 a 25 ha	37	100	35	94,6	2	5,4
De 25,1 a 50 ha	6	100	5	83,3	1	16,7
Acima de 50 ha	5	100	4	80	1	20
Total	92	100,0	84	91,3	8	8,70

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Embora existam diferenças socioeconômicas e culturais entre as regiões do Vale do Rio Pardo e Fronteira Noroeste, estas não interferem nas aspirações dos jovens, pois a continuação dos estudos faz parte do projeto de vida da grande maioria dos jovens de ambas as regiões.

Também Silvestro e outros, em sua pesquisa realizada em dez municípios do oeste catarinense, mostram que não existem diferenças entre as aspirações educacionais dos jovens egressos de famílias pobres e dos jovens que vêm de famílias mais abastadas, o que indica, segundo o autor, que a opção por estudar está diretamente associada ao horizonte de deixar a atividade agropecuária (Silvestro et alii, 2001, p.51).

Embora seja cada vez maior o número de escolas de 1º grau nas comunidades rurais, a falta de um currículo voltado para a realidade rural e o desconhecimento desta realidade pela

maioria dos professores influenciam cada vez mais os jovens a saírem do meio rural. Um dos jovens entrevistados disse que está estudando na cidade porque não tem ensino médio na escola da comunidade, mas o irmão, que já cursava o ensino fundamental na escola rural, agora, vem junto com ele, porque, na sua visão, para a comunidade só vão os professores que não servem para dar aulas na cidade. Segundo ele, “*os que sabem menos*”.

Com frequência, os próprios professores apresentam aos alunos uma imagem valorizada do meio urbano e desvalorizada do meio rural. Segundo um jovem rural entrevistado, “*a falta de amor ao campo pelos professores faz com eles só falem da cidade, o que dá mais vontade ainda de ir embora*”. Por outro lado, os jovens rurais percebem uma discriminação no âmbito educacional, uma vez que consideram que a qualidade do ensino transmitida a eles nas escolas da comunidade é inferior à transmitida aos jovens da cidade. “*As professoras consideram os jovens do campo menos capazes - pra não dizer burros - do que os da cidade*”, falou uma jovem que está cursando a 1º série do ensino médio na cidade.

Para ajudar a minimizar esse problema, surgiu o projeto da Casa Familiar Rural ou Escola Família Agrícola, proposta que nasceu na França, em 1935. Hoje ele está espalhado por todo o mundo. Seu funcionamento é similar ao de um internato rural, mas com regime de frequência diferente: o aluno passa duas semanas em casa e uma semana na escola. É a chamada “*pedagogia de alternância*”. Nas semanas em que ficam em casa, os jovens aplicam na prática o que aprenderam na escola. O objetivo primordial do projeto é manter e aprofundar a presença dos jovens rurais no campo (Globo Rural-outubro, 1999). Na pesquisa realizada por Passador (2003), sobre a Casas Família Rural no Paraná, a autora concluiu que o ensino é positivamente avaliado pelos alunos; os quais, na maioria, pretendem continuar trabalhando na agricultura.

Como se constata, as aspirações profissionais dos jovens estudantes em escolas urbanas e escolas rurais variam, mas talvez seja possível explicar essas diferenças pelo fato de que a decisão de ser ou não agricultor é anterior ao ingresso nas escolas. Isto é, os jovens que se dirigem à escola rural de alternância já haviam optado, anteriormente, pela atividade agrícola, enquanto que os que vão cursar o ensino médio na cidade já haviam optado por uma atividade não-agrícola.

### 3.4 EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO DE GÊNERO

No item anterior, verificou-se que as mulheres entrevistadas na pesquisa mostram maior disposição ao estudo do que os homens. Como se explica isso? Será que o acesso à educação formal diminui a discriminação que a mulher sofre no mercado de trabalho?

No período de 1500-1822 quando o Brasil era colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos (RIBEIRO, 2003, p. 82). *“A instrução era reservada aos filhos homens dos indígenas e colonos. Tanto as mulheres brancas, ricas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”* (RIBEIRO, 2003, p. 86). Observa-se que, desde essa época, as diferenças de gênero estão associadas à desigualdade de gênero, com os homens exercendo o poder sobre as mulheres.

Ribeiro esclarece que as mulheres, por não saberem ler e escrever, ficaram expostas à enganação dos homens, os quais roubavam suas propriedades por meio de falsos testamentos ou escrituras. Somente na segunda metade do Século XVII, o ensino da leitura e da escrita começou a ser praticado no Brasil através dos conventos. Como não havia um sistema de educação formal para as mulheres, foi lá que elas passaram a ser educadas. *“A educação letrada estaria reservada ao sexo masculino, e a incumbência de tal fato foi de responsabilidade exclusiva dos padres da Companhia de Jesus”* (RIBEIRO, 2003, p. 86).

Floresta (1989), numa outra perspectiva, mostra que a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica: precisava ser uma educação calcada na religião e na moral, necessária apenas para estimular a dignidade e preparar a futura mulher a assumir as funções de mãe e esposa junto à família. Para elas bastava o ensino primário e o desenvolvimento das habilidades manuais; os cursos secundários e os superiores lhes eram vedados. As jovens de posse continuavam recebendo educação, em casa, por meio de preceptoras.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup>Preceptoras, também chamadas “professoras ambulantes” eram mulheres que ensinavam a domicílio, principalmente crianças da elite brasileira. Segundo Ritzkat (2003, p. 271) as preceptoras representaram no seu tempo um novo tipo social feminino, ou seja, a mulher que baseia sua auto-estima na própria qualificação profissional.

A educação da mulher continuou sendo discriminada mesmo depois da criação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através do Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, que tinha por objetivo principal a preparação profissional para os trabalhadores da agricultura (SOARES, 2001). Esse decreto reafirmava a educação sexista, mascarada pela declaração de que o direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola era igual para homens e mulheres.

*Art.51. O direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres.*

*Art.52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:*

- 1. É recomendável que os cursos de ensino agrícola para as mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.*
- 2. Às mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado.*
- 3. Na execução de programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.*
- 4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia doméstica rural.*

Segundo Soares (2001), com essa redação o Decreto incorporou na legislação específica o papel da escola na constituição de identidades hierarquizadas a partir do gênero (SOARES, 2001). A UNESCO, preocupada em assegurar uma educação para todos, eliminando as disparidades de gênero, em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos, adotou como suas metas prioritárias:

- 1. Assegurar para todas as crianças, especialmente meninas, crianças e circunstâncias difíceis e provenientes de minorias étnicas, o acesso a uma educação primária universal de boa qualidade;*
- 2. Assegurar que as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens sejam satisfeitas de modo equitativo, por meio de acesso a programas de aprendizagem apropriados;*
- 3. Attingir, até 2015, 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos, em particular para mulheres, em conjunção com acesso equitativo à educação básica e continuada para adultos;*
- 4. Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero na educação primária e secundária e attingir, até 2015, a igualdade de gênero no acesso à educação básica de qualidade;*
- 5. Melhorar todos os aspectos relacionados com a qualidade da educação, de modo a attingir resultados reconhecíveis e mensuráveis para todos, em particular na alfabetização, aritmética e habilidades.*

Embora a mulher tenha adquirido, nas últimas décadas do Século XX, maior visibilidade no mercado de trabalho e junto a sua própria família como membro participante no processo de tomada de decisão, ainda assim ela continua a sofrer discriminação. Para Faria “*não existia uma explicação, que articulasse os vários planos em que se dá a opressão sobre as mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade) e, principalmente, uma explicação que apontasse com mais clareza os caminhos para a superação dessa opressão*” (FARIA 1999, p. 29). Nesse sentido, o conceito de gênero veio responder a vários desses impasses e permitir analisar tanto as relações entre homens e mulheres quanto a construção da identidade de gênero em cada pessoa.

Hoje em dia, o uso desse conceito proporcionou um salto coletivo na direção da discussão teórica. Ajudou a romper com as dicotomias antes colocadas: divisões entre específico-geral, público-privado, produção-reprodução, porque busca compreender como as relações de gênero estruturam as práticas sociais nas diversas esferas (ITABORAI, 2000).

O movimento feminista foi fundamental na compreensão das desigualdades de gênero na sociedade e na conscientização por parte das mulheres da necessidade de lutar para conquistar espaços e posições equivalentes ao dos homens. Nesse sentido, a educação é vista como um meio de conscientizar as mulheres sobre seu potencial e de abrir-lhes perspectivas de inserção profissional de uma forma autônoma. A independência econômica das mulheres representa a possibilidade de decidir sobre seu próprio corpo (isto é, sobre sua sexualidade) e de participar da sociedade de uma forma autônoma, não necessariamente subordinada ao homem. Vale lembrar, aqui, que:

*enquanto a categoria “sexo” diz respeito a categorias biológicas associadas ao homem e à mulher, a noção de gênero abrange a idéia de que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas atribui diferentes papéis a ambos os sexos. Assim, as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, enquanto as diferenças de gênero são construídas socialmente; portanto, podem variar no tempo e no espaço e são sujeitas a mudanças. E é somente através do reconhecimento dessas diferenças e da luta para mudar o quinhão das mulheres que se pode tornar as relações de gênero mais eqüitativas* (BRUMER E PAULILO, 2004; p. 171).

Ao responderem no questionário “*como você avalia a possibilidade de casar com um agricultor ou agricultora*” as jovens de Santo Cristo e de Candelária demonstram a recusa pela

atividade agrícola, também, pela recusa ao casamento com jovens agricultores. Somente 28,9% das jovens de Santo Cristo e 34,8% das jovens de Candelária, representando 31,1% do total dos jovens do sexo feminino da amostra, avaliam positivamente a possibilidade de casar com um agricultor, o restante é indiferente ou avalia negativamente.

Stropasolas também verificou, em sua pesquisa, que as moças saem do meio rural para estudar e não regressam mais às comunidades rurais<sup>37</sup>. Ao buscar os estudos as jovens recusam o casamento com os filhos de agricultores porque isso representa a continuidade da condição social da mulher na agricultura. Para o autor, o casamento tem significados diferente para homens e mulheres: para os homens, casar significa a garantia de continuidade da produção familiar; para as mulheres, o casamento representa a continuidade de uma vida de sujeição à vontade dos outros.

Esse aspecto negativo do casamento decorre do fato de elas terem pouco acesso à terra, dificuldades em contar com uma renda própria, pouca participação na gestão dos recursos financeiros da família e de serem pouco valorizadas nas atividades que desempenham.

---

<sup>37</sup> Chama-se a atenção para o fato de que a amostra utilizada por Stropasolas era formada por jovens que já haviam saído das comunidades rurais do município de Ouro, em Santa Catarina, e residiam na sede das cidades de Ouro e Capinzal (STROPASOLAS,2004: p. 156).

#### **4 O TRABALHO NA VIDA DOS JOVENS RURAIS**

Neste capítulo, pretende-se examinar como os jovens rurais se posicionam face à perspectiva de no futuro, assumir ou não a atividade agrícola. A partir da literatura consultada, considera-se que os jovens rurais, filhos de produtores familiares, são socializados desde a infância para o trabalho. A hipótese principal formulada para a pesquisa é que esta socialização é diferenciada por sexo, devido a padrões culturais de gênero que atribuem papéis diferenciados a homens e mulheres.

No trabalho, parte-se da suposição – fundamentada em várias pesquisas – de que os produtores familiares pretendem que pelo menos um de seus filhos seja agricultor, sucedendo-os em seus estabelecimentos agropecuários.

O capítulo se divide em quatro partes. Inicialmente, apresentam-se as perspectivas de inserção dos jovens no mercado de trabalho (rural e urbano) no Brasil – algo que eles têm em vista ao formular seus projetos profissionais. Segue-se o exame da socialização dos jovens para e através do trabalho, com base numa divisão do trabalho por sexo. Na terceira parte, aborda-se a relação entre as condições materiais de produção – examinadas neste trabalho unicamente com o indicador “tamanho do estabelecimento” - e a formulação de projetos de permanência na atividade agrícola pelos jovens. Finalmente, trata-se das aspirações profissionais dos jovens rurais.

#### 4.1 UMA VISÃO PANORÂMICA DA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A composição da economia brasileira mudou sensivelmente, à medida que a sociedade deixou de ser basicamente agrária e passou a se tornar cada vez mais industrializada. Em resposta a essa mudança, a estrutura da força de trabalho também se alterou, com impacto profundo na experiência e nas oportunidades de trabalho para os jovens.

Madeira e Rodrigues consideram que as dificuldades que os jovens encontram para se inserir na sociedade representam uma forma de exclusão, decorrente “*da inadequação da educação oferecida aos jovens diante das novas exigências do mundo atual*” e das “*elevadas taxas de desemprego e subemprego juvenil*”. Como argumentam as autoras, “*quem não tem emprego não tem rendimento próprio e, portanto não possui nem condições de vivenciar a sua própria juventude, nem motivação e disposição de elaborar projetos de futuro para sua vida adulta*” (MADEIRA; RODRIGUES, 1998: p.428).

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Arias constatou que o declínio do trabalho na agricultura<sup>38</sup>, o aumento da frequência escolar<sup>39</sup> e a recessão econômica que o País enfrentou nesse período foram os responsáveis pela queda, durante as décadas de 1960 e 1970, na participação dos jovens (homens e mulheres) na força de trabalho. De fato, apesar de atingir o número impressionante de 18,8 milhões de jovens inseridos no mercado de trabalho (População Economicamente Ativa), o que representa 65,2% do total situado na faixa etária de 15-24 anos, houve um declínio na participação dos jovens no mercado de trabalho de mais de dois pontos percentuais entre 1992 e 1995. (ARIAS, 1998: p.520-1)

Arias chama a atenção para o fato de que a “*discussão sobre a absorção/exclusão recente dos jovens não deve esconder o fato de que no Brasil existem enormes contingentes de*

---

<sup>38</sup> Em 1992, 78,4% dos jovens brasileiros moravam em domicílios localizados nas áreas urbanas, proporção que subiu para 79,6% em 1995.

<sup>39</sup> O número de estudantes de 15-24 anos, no País, passou de 9,7 milhões em 1992 para 11,8 milhões em 1995, ou seja, um crescimento da ordem de 21,6%.



*jovens que continuam à margem do mercado e do sistema educacional”* (ARIAS, 1998: p.522).

As maiores taxas de inatividade dos jovens está no segmento mais pobre da população:

*o grupo social mais carente, constituído pelas famílias com rendimento per-capita até ½ S.M., incluindo as famílias sem rendimento, que detinha 38,7% dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos, apresentava uma taxa de atividade de apenas 48,7% entre os jovens. Essa taxa de participação no mercado de trabalho, que incluem ocupados e desempregados, é extremamente baixa se comparada com as correspondentes aos jovens dos três grupos sociais imediatamente superiores, extratos onde essas percentagens alcançaram valores que variavam entre 66,0% e 69,3% em 1995 (ARIAS, 1998: p.522).*

Os dados analisados por Alfonso Rodríguez Arias permitem verificar que, além da exclusão do mercado de trabalho e do sistema educacional, o desemprego é outro problema que afeta os jovens. “*É nessa faixa etária onde se concentra a maior parte das pessoas que procuram incorporar-se ao mercado de trabalho pela primeira vez e onde a falta de experiência torna-se o mais sério empecilho para a sua contratação, especialmente na vigência de situações econômicas desfavoráveis*” (ARIAS, 1998: p.523).

Como mostra o autor, “em 1995 o Brasil contava com quase 4,5 milhões de desempregados, equivalente a 6,1% do total da PEA, dos quais 2,1 milhões, ou seja, 47,6% do total eram jovens com idade entre 15 e 24 anos” (ARIAS, 1998: p.523). Martins (1997) em seu artigo “*O jovem e o mercado de trabalho*” mostra que na Europa, em 1994, a taxa de desemprego foi maior entre as mulheres e os jovens.

*Na Espanha, enquanto a taxa de desemprego atingiu 23,8% para todas as pessoas, entre as mulheres ela chegou a 30,9% e entre os jovens a 38,3%. Na França, para toda a população ativa, a taxa foi de 12,5%, atingindo, para as mulheres, 13,6% e para os jovens 23,4%. Na Itália, enquanto a taxa de desemprego para todas as pessoas foi de 12,0%, entre as mulheres foi de 13,6% e entre os jovens de 31,15 (MARTINS, 1997, p. 99).*

Estudos sobre o trabalho feminino e a participação da mulher na força de trabalho, além de mostrar que as mulheres participam de um mercado segmentado, no qual elas se inserem predominantemente em ocupações no setor de serviços, concluem que o trabalho constitui, para elas, um campo de subordinação: elas ocupam postos mais baixos na hierarquia ocupacional que

os homens, têm menores chances de mobilidade, recebem salários mais baixos e apresentam uma taxa mais alta de instabilidade de emprego (PENA, 1981).

Não há dúvidas que, com o desenvolvimento socioeconômico ocorrido nas últimas décadas, as barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho vão sendo derrubadas, mas, de acordo com Siqueira, isso ainda não revoga os preceitos seculares quanto à inferioridade da mulher, o que dá lugar a fortes desigualdades entre os homens e mulheres no mercado de trabalho (SIQUEIRA, 1981).

A divisão sexual do trabalho, no início do Século XXI, ainda é significativa, de acordo com o gráfico 7, que apresenta alguns dados da pesquisa **Perfil da Juventude Brasileira**<sup>40</sup>, iniciativa do **Projeto Juventude/Instituto Cidadania**, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pelo *Núcleo de Opinião Pública* da Fundação Perseu Abramo. Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em novembro e dezembro de 2003, em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais.

Os dados apresentados possibilitam constatar que a maioria dos homens trabalha e entre as mulheres predominam as que estão desempregadas ou nunca procuraram emprego: na faixa de 21 a 24 anos, 60% dos jovens do sexo masculino e 34% dos jovens do sexo feminino trabalham, enquanto que 32% dos rapazes e 46% das moças já trabalharam e estão desempregados(as); na faixa de 15 a 17 anos, 47% dos rapazes e 25% das moças estão trabalhando, enquanto que 29% dos rapazes e 35% das moças já trabalharam e estão desempregados(as).

A dificuldade das mulheres ingressarem no mercado de trabalho é visível quando se constata, através dos dados apresentados no gráfico 7, que o número de homens trabalhando é quase o dobro do que o de mulheres. O fato de grande parte das mulheres jovens não trabalhar

---

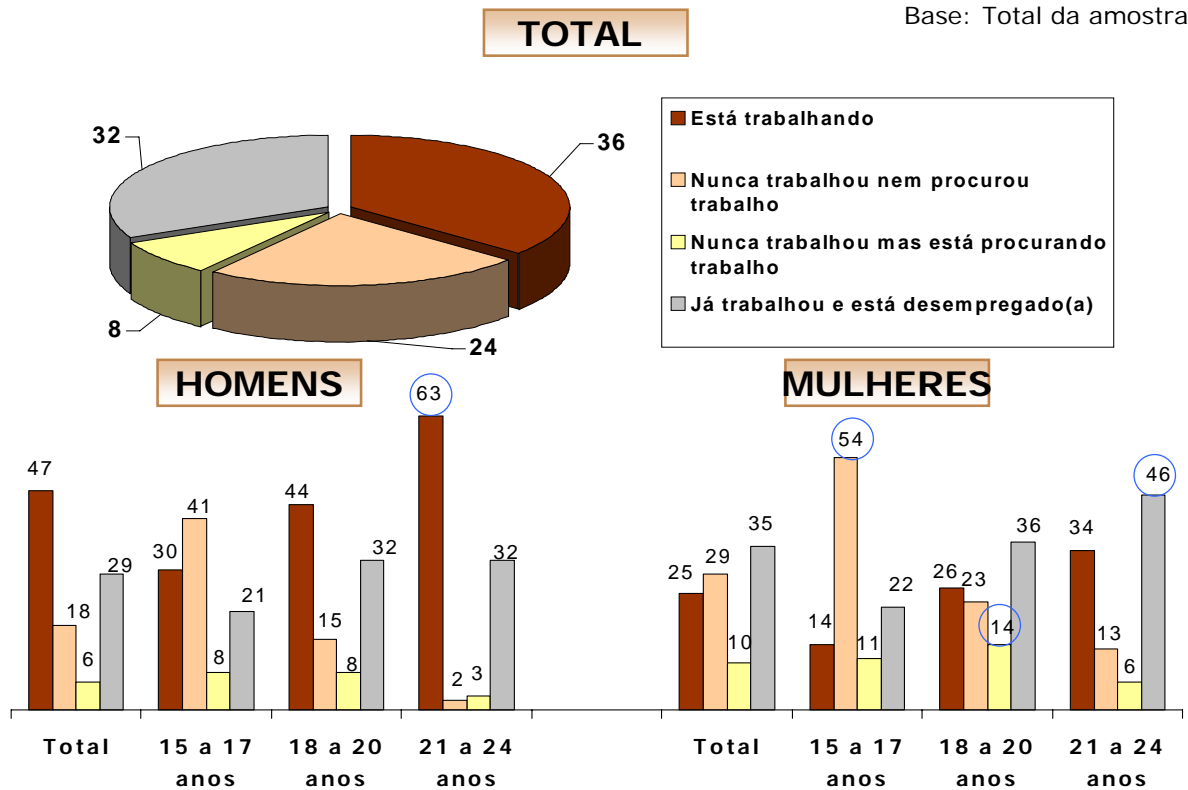
<sup>40</sup> Os dados foram obtidos no site do NEAD/MDA: <http://www.nead.org.br>. Consulta em 19 de julho de 2004. No total, foram realizadas 3.501 entrevistas, distribuídas em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais), contemplando 25 estados da União.

pode ser explicado, em parte, pela preferência dos empregadores pelos homens, pois a sociedade atribui única e exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos filhos, o que as leva, com frequência, a optar por empregos em tempo parcial e a faltar ao trabalho quando os filhos adoecem, além de terem direito a licença-maternidade durante quatro meses.

### O jovem e o trabalho

[estimulada e única, em %]

Base: Total da amostra



**Gráfico 7**

A exclusão dos jovens não se distribui de maneira uniforme no País, pois o desemprego nas áreas urbanas atinge mais fortemente o grupo etário de 15-19 anos, as mulheres e as famílias de mais baixa renda (ARIAS, 1998: 524). O uso da expressão ‘exclusão dos jovens’ justifica-se porque, “no caso do Brasil, a ampliação do acesso dos jovens ao sistema escolar está se dando

*de forma muito tardia e em simultâneo ao processo de enxugamento dos postos de trabalho, sobretudo os considerados mais apropriados aos jovens” (MADEIRA e RODRIGUES, 1998: p.456).*

Os setores que mais ocupavam a mão-de-obra juvenil, em 1995, eram a agricultura e o setor de serviços. A agricultura detinha 4,2 dos 16,6 milhões de jovens brasileiros ocupados em 1995, constituindo-se na principal fonte de trabalho deste grupo populacional. Desse total de trabalhadores agrícolas, 57,7% tinham entre 15 e 19 anos de idade e 73,5% eram homens. Mais importante ainda é a constatação de que mais da metade deles (50,3%), equivalente a 2,1 milhões, se concentrava na região Nordeste, embora essa região acumulasse 30,2% do total da ocupação nacional nessa faixa etária (ARIAS, 1998: p.525).

Como mostra Arias, o setor de serviços é a segunda maior fonte de empregos para jovens, totalizando 3,5 milhões de trabalhadores entre 15 e 24 anos em todo o País. *“A característica principal desta atividade econômica é a predominância de jovens do sexo feminino (62,0%) e que a metade desses corresponde a trabalhadores de 15 a 19 anos, situações que, do ponto de vista da renda média dos jovens, também são desfavoráveis” (ARIAS, 1998: p.525).*

No que diz respeito à participação dos jovens de 15 a 24 anos nos setores de Comércio e da Indústria de Transformação, a participação dos jovens é menor, com respectivamente 15,3% e 14,6%. Quando se examina a participação dos jovens de diferentes regiões, quanto ao emprego na Indústria de Transformação, a fatia ocupada pelos jovens é maior nas regiões Sudeste (18,5%) e Sul (20,3%). E esses dois setores ocupam mais mão-de-obra masculina (60,2% no Comércio e 70,9% na Indústria de Transformação) do que feminina. (ARIAS, 1998: p.525)

Outros dados interessantes apresentados por Arias (1998: p.526) referem-se à Relação Anual de Informação Social (RAIS), referidos aos jovens celetistas que tinham vínculo empregatício vigente em 31 de dezembro de 1994, no Brasil, que permitem identificar as ocupações que empregam mais mão-de-obra juvenil. São elas:

- auxiliar de escritório – 445 mil jovens entre 15 e 24 anos

- vendedores atacadistas e varejistas – 414 mil jovens de 15 a 24 anos
- trabalhadores braçais – 193 mil jovens de 15 a 24 anos
- auxiliares de contabilidade e caixa – 158 mil jovens de 15 a 24 anos
- trabalhadores na indústria, (indústria de calçados), nas quais trabalhavam 96 mil jovens de 15 a 24 anos ( 26 mil tinham entre 15 e 17 anos).

Os dados da (RAIS) 1994 também permitem constatar que as remunerações pagas aos jovens ocupados no mercado formal de trabalho eram muito baixas: “a remuneração média anual das 59 ocupações mais freqüentes entre o grupo de 15 a 17 anos chegava em 1994 a 1,99 S.Ms., sendo que em nenhuma delas esse valor era superior a 2,9 S. Ms. No grupo de 18 a 24 anos esses valores aumentavam para 2,77 e 6,0 S. Ms. respectivamente” (ARIAS, 1998, p.526).

Na tabela 9 é possível examinar os diferenciais de salários pagos a jovens do sexo masculino e feminino, por setor de atividade, em 1995.

**Tabela 9**

**Rendimento médio dos jovens de 15 a 24 anos ocupados, por sexo e setor de atividade, Brasil e Região Sul – 1995 (\*).**

Atividade	Brasil			↑	Região Sul		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
Agricultura	1,74	1,48	1,72		1,70	1,30	1,64
Ind. Transf.	2,95	2,47	2,80		2,73	2,32	2,59
Ind. Constr.	2,47	4,30	2,62		2,88	2,90	2,88
Outras Ind.	2,45	2,84	2,52		2,30	3,12	2,36
Comércio	2,69	2,34	2,54		2,61	2,35	2,49
Serviços	2,52	2,20	2,42		2,86	2,10	2,63
Adm. Pública	2,38	2,22	2,31		2,84	2,13	2,41
Outras	3,36	2,85	3,10		3,54	2,70	3,07

Fonte: IBGE-PNAD 1995, apud ARIAS, 1998/ (\*) Em salários mínimos de setembro de 1995 = R\$100,00

Os dados revelam que na agricultura, na indústria de transformação, no comércio e nos setores de serviços e administração, tanto no País como um todo como na Região Sul, os homens jovens recebem salários superiores às mulheres jovens.

#### **4.2 A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Os jovens rurais filhos de agricultores familiares fazem parte de um contexto que associa a família e a unidade produtiva. Sua socialização dá-se em grande parte através do trabalho. Como diz Weisheimer, *“a inserção dos jovens no trabalho agrícola ocorre desde a infância e desempenha um papel fundamental na construção de sua identidade social, já que (...) são parte de um trabalhador coletivo: a família”* (WEISHEIMER, 2004, p.102).

Como mostra Weisheimer, *“os jovens agricultores são caracterizados por terem a socialização marcada pela inserção nas relações sociais de produção e reprodução da agricultura familiar. A ambivalência típica da condição transitória da juventude é então expressa pelo fato de comporem as forças plenas da família agricultora e estarem ao mesmo tempo subordinados à orientação dos pais nesse processo de trabalho”* (WEISHEIMER, 2004, p. 106-7).

Tentando explicar as características da inserção profissional dos jovens urbanos, Pais (1991) chama atenção para o fato de que cada vez mais amplas camadas da população juvenil passam por um período relativamente longo de indeterminação antes de ingressarem na vida adulta ou, pelo menos, da inserção profissional. *“É o que se denomina de interregno entre a escola e o emprego, que significa um prolongamento da juventude, seja pela ampliação do tempo na escola, seja pela permanência na casa dos pais”* (PAIS, 1991, p.960). Para os jovens rurais, ocorre uma situação distinta, pois, ao serem socializados através do trabalho, como indica José Vicente Tavares dos Santos, *“de crianças passam diretamente à condição de adultos”* (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.46).

A família assume um papel fundamental no processo de socialização, transmitindo às crianças e jovens normas e padrões culturais gerados pela sociedade. Nesse sentido, como indica

Pena, a família torna-se o primeiro passo para a sujeição do indivíduo à sociedade. “*Essa sujeição familiar é apenas temporária e prepara o caminho da conformidade adulta aos regulamentos sociais*” (PENA, 1981).

Através da socialização, os seres biológicos homem (macho) e mulher (fêmea) são transformados em seres de sexos masculino e feminino, que identificam as posições dos membros da família na família e na sociedade. Como mostra Pena (1981), enquanto o marido-pai ocupa a posição mediadora entre a instituição familiar e as demais instituições do sistema social, a mãe - esposa tem por missão integrar internamente a família. Nessa perspectiva Parsons (1964) observou que:

*Parece bastante seguro afirmar que o papel feminino adulto não deixou de estar ancorado primariamente nos negócios internos da família, como esposa, mãe e gerente do lar, enquanto o papel do adulto masculino está ancorado primariamente no mundo ocupacional, no trabalho e na situação de provedor de renda e de status para toda a família” (PARSONS, 1964, apud PENA, 1981, p.40).*

No meio rural a socialização de meninos e meninas segue um padrão diferenciado: os meninos desde cedo trabalham nas atividades agrícolas juntamente com o pai; as meninas assumem principalmente a posição de auxiliares da mãe nos trabalhos domésticos, participando, com elas, como ajudantes do trabalho agrícola cuja produção é destinada ao mercado.

Na agricultura familiar as condições de vida e trabalho das mulheres são mais precárias do que as dos homens. Além do não reconhecimento do trabalho doméstico e das demais atividades produtivas desenvolvidas por elas na unidade de produção, quando exercem atividades assalariadas, muitas vezes são forçadas a trabalhar sem nenhum vínculo empregatício, em tarefas degradantes, com salários miseráveis.

De acordo com Miriam Nobre (1998) a divisão de tarefas entre homens e mulheres na agricultura familiar e a desvalorização do trabalho executado pelas mulheres às vezes toma a forma de “divisão de produtos”: as mulheres responsabilizam-se pelos produtos destinados ao consumo enquanto que os homens são responsáveis pelos produtos destinados à venda. Ocorre

também uma divisão entre trabalho “pesado” (dos homens) e “leve” (das mulheres)<sup>41</sup>. Segundo a mesma autora:

*“a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso próprio, sem contar a reprodução da própria família através do nascimento e cuidado de herdeiros). Nos estudos sobre o campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado. (NOBRE, 1998, p.175)”*.

A mulher é ‘invisível’ na agricultura familiar, assim como os jovens, tanto para a divisão das tarefas na unidade produtiva quanto para a tomada de decisões. Uma consequência disso, segundo Abramovay (1999), é que a não-participação no processo decisório da unidade de produção familiar faz com que cada vez mais as mulheres, principalmente as moças, se desinteressem pela agricultura e queiram ir embora da unidade produtiva. Da mesma forma, os jovens, que trabalham desde cedo como mão de obra auxiliar não remunerada, às vezes reclamam da exploração que sofrem e de sua dependência ao pai, que concentra o processo de tomada de decisões, e com frequência também os recursos monetários da família.

Brumer e Giacobbo (1993), examinando a divisão sexual do trabalho em uma pesquisa realizada em 47 unidades produtivas do município de Ijuí (RS) focalizando: (a) a chefia do estabelecimento, (b) a divisão de tarefas entre os sexos em diferentes unidades produtivas, (c) o trabalho da mulher fora do estabelecimento agropecuário, concluíram que:

*A chefia do estabelecimento é uma atividade predominantemente masculina, que as mulheres participam das atividades de capina e/ou colheita embora a modernização da agricultura, e que existe uma divisão de trabalho por sexo, entre a unidade de produção e a unidade de consumo (BRUMER e GIACOBBO, 1993, p.154).*

Na pesquisa realizada nos municípios de Santo Cristo e Candelária, para se verificar a existência da divisão de tarefas por sexo, perguntou-se aos jovens quem faz regularmente as

---

<sup>41</sup> Maria Inez Paulilo destaca o fato de que a noção de tarefa pesada ou leve é cultural, pois está associada menos a seu peso efetivo do que ao fato de ser desempenhada por homens ou por mulheres (PAULILO, 2000).

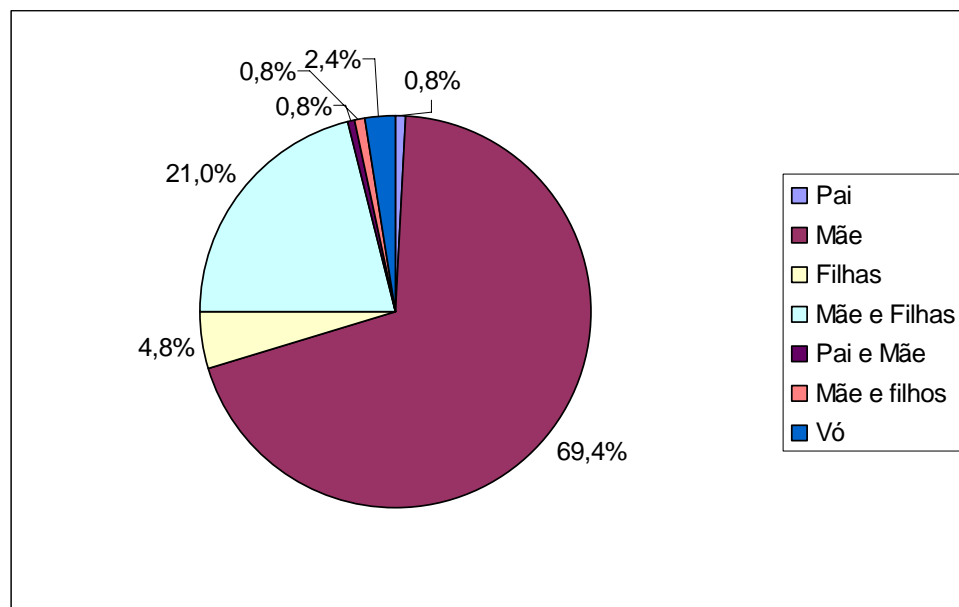


atividades domésticas, em sua família. Entre as atividades relacionadas estão cozinhar, limpar a casa, lavar e passar roupa e comprar mantimentos.

Na análise desses dados constata-se que o papel de realizar as tarefas domésticas fica a cargo da mulher, juntamente com as filhas, conforme mostra o gráfico 8. O ato de cozinhar é atribuído praticamente só a elas.

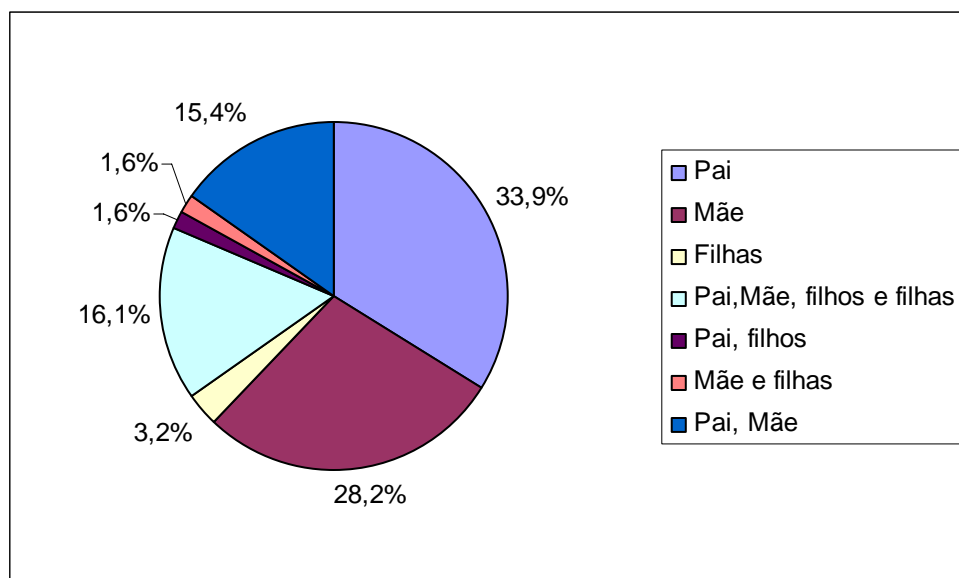
Nessa mesma perspectiva, Brumer e Freire (1983/1984: p.318) constataram, em pesquisa realizada no município de Cruzeiro do Sul (RS) que as mulheres praticamente são responsáveis pelo trabalho doméstico, sozinhas ou ajudadas pelas filhas.

*Na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER e FREIRE, 1983/1984, p.318).*



**Gráfico 8 – Quem cozinha?**

A desigualdade entre os sexos manifesta-se à medida que os dados da pesquisa realizada em Santo Cristo e Candelária mostram que o pai e os filhos praticamente não se envolvem nas atividades domésticas como, por exemplo, cozinhar. Entretanto o gráfico 9, mostra que quando se trata de manusear com dinheiro, comprar os mantimentos da casa, tarefa essa considerada importante pelos membros da família, a mesma é realizada pelo pai e os filhos.



**Gráfico 9 – Quem compra mantimentos?**

#### **4.3 CONDIÇÕES MATERIAIS DAS FAMÍLIAS E ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JOVENS**

Em sua dissertação de mestrado, Weisheimer analisa a relação entre as condições materiais das famílias e os projetos dos jovens agricultores. A fundamentação para esta relação está em que *“tanto a posição da família na estrutura fundiária quanto o nível de renda proveniente da atividade agrícola funcionam como condicionantes estruturais a partir dos quais os jovens podem elaborar seus projetos profissionais”* (WEISHEIMER, 2004, p.108).

Esta idéia foi desenvolvida anteriormente por Patrick Champagne, que concluiu que “*as famílias agrícolas que não conseguem ‘reproduzir-se’ no meio agrícola – isto é, as que não têm sucessores – correspondem a estabelecimentos demasiadamente pequenos e insuficientemente rentáveis tendo em vista o estado atual dos mercados agrícolas*”. (CHAMPAGNE, 1986, p.74)

Ricardo Abramovay, numa pesquisa realizada no Oeste Catarinense, concluiu algo semelhante: “*a maior parte dos rapazes gostaria de ter na agricultura sua realização profissional. Se para os filhos de agricultores consolidados é grande a possibilidade de realização deste projeto, o mesmo não pode ser dito dos filhos dos agricultores em transição e em exclusão*”.<sup>42</sup> (ABRAMOVAY, 1997, p.40)

Em sua pesquisa, Weisheimer constatou que entre os jovens cujos pais são proprietários de terra, 2/3 dos rapazes e nenhuma moça pretende ser agricultor (a); entre os não proprietários de terra, 1/5 (20%) dos rapazes e nenhuma moça pretende ser agricultor (a). Quando foi considerado o tamanho das propriedades, apesar do pequeno número de filhos de proprietários (12) incluídos na pesquisa, que inviabiliza fazer generalizações, o autor constatou uma tendência de maior interesse dos jovens cujos pais tem áreas maiores de 10 hectares em permanecer na atividade agrícola, do que os inseridos em unidades familiares com áreas inferiores.

No capítulo anterior, foram examinados os dados referentes à educação dos jovens rurais. Verificou-se que o tamanho da propriedade rural não está associado com as opções educacionais dos jovens, uma vez que a maioria (84%) pretende continuar os estudos. No que se refere às aspirações profissionais também o tamanho da unidade produtiva não tem influência sobre a vontade dos jovens, que, como mostram os dados, é não exercer a profissão de agricultor.

---

<sup>42</sup> O autor considera como agricultores consolidados aqueles cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também algum nível de investimento e acumulação. Agricultores em transição são aqueles que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos e que, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica. Agricultores em exclusão são aqueles que apesar de sua importância social, sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento (ABRAMOVAY, 1998)

#### 4.4 AS ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JOVENS RURAIS DE SANTO CRISTO E DE CANDELÁRIA.

Alguns autores como Abramovay (1997) e Durston (1999) têm chamado a atenção para o esvaziamento e envelhecimento do campo que está ocorrendo com a migração, principalmente dos jovens, para a cidade, diminuindo cada vez mais a população rural.<sup>43</sup> Essa migração representa um problema para a agricultura familiar na medida em que os filhos optam por trabalhar e viver na cidade, pois as unidades produtivas começam a enfrentar um problema de sucessão.

Para José de Souza Martins (2001), essa migração “*representa, nesses casos a destruição de um capital social que poderia ser vital para a reinserção das novas gerações nesse modelo de economia e em condições de vida potencialmente superiores às que encontrariam nos lugares onde migrassem*” (MARTINS, apud SILVESTRO, 2001, p.9).

Para Brumer (2004), a perspectiva de permanência dos jovens na agricultura depende, entre outros, dos seguintes fatores:

- *da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas;*
- *da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo;*
- *das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família;*
- *das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias;*
- *das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas;*
- *da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores. (BRUMER, 2004)*

Na análise dos dados dos municípios de Santo Cristo e de Candelária observa-se que as aspirações profissionais dos jovens de ambos os sexos direcionam-se para fora da atividade agrícola. Ao perguntar-se sobre quem gostaria de exercer a atividade profissional do pai (tabela 10) ou da mãe (tabela 11), verificou-se que em ambos os municípios os jovens, tanto do sexo

---

<sup>43</sup> Dados demográficos sobre a população rural estão inseridos no capítulo 2 desse trabalho.

feminino como os do sexo masculino, na sua grande maioria, vão seguir uma profissão diferente da de seus pais.

**Tabela 10**  
**Você gostaria de exercer a mesma atividade de seu pai?**

Opções	Santo Cristo						Candelária					
	Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Não	56	81,2	38	97,4	18	60,0	48	87,3	22	91,7	26	83,9
Sim	13	18,8	1	2,6	12	40,0	7	12,7	2	8,3	5	16,1
Total	69	100,0	39	100,0	30	100,0	55	100,0	24	100,0	31	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

No capítulo 3, mostrou-se, na tabela 6, que a realização profissional desses jovens está atrelada à sua vontade de continuar os estudos e, portanto seguir outra profissão que não a de agricultor. Com frequência, os próprios pais, quando constatam a inviabilidade dos filhos permanecerem na atividade agrícola - por insuficiência de terras ou porque a terra disponível permite que apenas um filho seja seu sucessor -, encaminham os filhos para o estudo, como alternativa para a busca de uma atividade não-agrícola. É o que se constata, por exemplo, nos depoimentos de dois agricultores de Ijuí, entrevistados por Brumer em 1988 (BRUMER, 1994, p.107-8):

*“Eu mesmo mandei estudar, porque estava vendo a coisa feia (...) o colono não se arruma nunca, então estudando sempre é melhor.”* (agricultor de Ijuí, proprietário de um estabelecimento de 20 hectares, onde produz soja, uva e vinho)

*“Tenho dois filhos, um rapaz e uma menina e a única coisa que eu posso dar para eles é estudo (...) para iniciar uma profissão que não precise muito capital. Eu não tenho condições de dar terra para nenhum filho; mesmo para comprar terra, é preciso ter mais do que o dobro do que ele vai comprar, pois com a produção dela não consegue pagar.”* (agricultor de Ijuí, não proprietário de terras; trabalha como parceiro na propriedade do sogro)

A maioria dos rapazes, embora em número menor que o de moças, também não quer seguir a profissão do pai. O argumento desenvolvido por eles, nas entrevistas, é que a agricultura está muito desvalorizada e a distribuição da renda praticada na unidade produtiva ignora o jovem

como trabalhador. Quando perguntados sobre como é feita a divisão da renda obtida com as atividades agrícola, somente 8,1% dos jovens responderam que a renda é dividida entre todos os que trabalham os demais responderam que o pai é quem administra a renda da família. Um dos jovens de Candelária disse: *“para trabalhar de graça, então vou para a cidade entregar papel, pelo menos tenho dinheiro para ir às festas domingo”* (rapaz de 19 anos que trabalha com office-boy).

Stropasolas (2002), em sua pesquisa junto aos jovens de Ouro/SC, constatou que um dos principais pontos de conflito entre pai e filho é a posse e a alocação do dinheiro. Sobre esse aspecto um dos jovens entrevistados em Candelária relatou suas angústias em trabalhar com o pai, o que inclui também as diferenças percebidas entre o tratamento dado a ele e à irmã:

*“Durante a safra eu não posso ir à escola, sempre tenho que fazer meus temas de noite. Minha irmã não faz nada e sempre tem tudo que quer. Eu nem dinheiro recebo pelo meu serviço na lavoura”* (rapaz de 17 anos, de Candelária).

O fato de o jovem afirmar que a “irmã não faz nada” não significa, necessariamente, que ela seja realmente ociosa, pois os homens tendem a não valorizar as tarefas feitas pelas mulheres na esfera doméstica, não as considerando como trabalho. De qualquer forma, seu depoimento aponta para sua percepção da diferença no tratamento que os pais dão a ele e à irmã.

As moças, ao optarem por uma profissão diferente da atividade de sua mãe, argumentam que na propriedade elas não têm nenhuma chance, a não ser ter a mesma vida da mãe que, segundo uma jovem entrevistada de Santo Cristo, é *“uma vida cheia de sacrifícios, sem conforto nenhum”*.

Ao relatar as vantagens e desvantagens da profissão da mãe, as jovens colocam como vantagem *“estar perto dos filhos”, “trabalhar junto a natureza”*. As desvantagens, porém, são inúmeras, tais como *“não ter salário fixo”, “não ser um trabalho valorizado”, “não ter horário para trabalhar”, “são atividades muito pesadas”, “não poder ser como as mulheres da cidade”*. Entretanto, ao examinar-se as vantagens colocadas pelos rapazes para as atividades desenvolvidas pelas mães, observa-se que eles apontam aspectos que as jovens colocam como desvantagens. Por exemplo, os rapazes citam como uma das vantagens do trabalho da mãe *“poder trabalhar na*

*lavoura e cuidar da casa ao mesmo tempo, poder trabalhar e cuidar dos filhos*”, o que é citado pelas jovens como “*serviço em dobro*”, na verdade, como uma dupla jornada de trabalho.

**Tabela 11**

**Você gostaria de exercer a mesma atividade de sua mãe?**

Opções	Santo Cristo						Candelária					
	Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Não	55	88,7	36	97,3	19	76,0	45	91,8	21	100,0	24	85,7
Sim	7	11,3	1	2,7	6	24,0	4	8,2	0	0,0	4	14,3
Total	62	100,0	37	100,0	25	100,0	49	100,0	21	100,0	28	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2003.

Chama-se a atenção, aqui, como já o fez Champagne em sua pesquisa na França (1986), que os rapazes geralmente seguem o modelo do pai e as moças o modelo da mãe. E como salienta o autor francês, os argumentos utilizados pelas moças para mostrar os aspectos negativos da atividade agrícola refletem a realidade vivida por suas mães e a maneira como essas transmitiram a elas suas próprias experiências e percepções.

Para Champagne (1986), a opção pela cidade e por uma atividade não-agrícola decorre de uma perspectiva comparativa entre a percepção, pelos jovens, de suas condições de vida e a das condições de vida dos trabalhadores urbanos, considerando-se principalmente o lazer, o tempo livre e as preocupações. Como indica o autor:

*O que explica esta representação majoritariamente negativa da condição agrícola reside em grande parte no fato que as transformações internas no meio camponês, embora consideráveis, não foram nem suficientes nem bastante rápidas para que as condições de existência a que está submetida hoje em dia à maioria dos agricultores pudessem apoiar positivamente a comparação com o modo de vida dos assalariados ou dos habitantes da cidade que se lhe impôs devido ao alargamento de seu espaço social (sob o efeito da difusão do automóvel e da televisão, da multiplicação de saídas fora da agricultura, da política escolar, etc.) (...) As condições de vida objetivamente difíceis poderiam parecer como normais e naturais enquanto fossem vistas como o destino da maioria da população conhecida, isto é, local; elas se tornam insuportáveis quando estas populações podem, mais ou menos concretamente, comparar-se aos assalariados. Elas são então levadas a se perceber como uma fração minoritária e desfavorecida de uma população mais ampla (CHAMPAGNE, 1986: p.85).*

Ao mesmo tempo em que os jovens, em ambos os municípios, demonstram rejeição em continuar na atividade agrícola, verifica-se, pelos dados da tabela 12, que também não existe estímulo por parte dos pais para que eles permaneçam na agricultura, segundo a informação dos jovens.

**Tabela 12**  
**Na sua percepção qual a profissão que seu pai gostaria que você tivesse?**

Profissões	Santo Cristo						Candelária					
	Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Agricultor (a)	10	14,7	1	2,6	9	30,0	8	15,7	1	4,5	7	24,1
Comerciante	2	2,9	0	0,0	2	6,7	1	2,0	0	0,0	1	3,4
Professor (a)	3	4,4	2	5,3	1	3,3	6	11,8	4	18,2	2	6,9
Funcionário (a) público	1	1,5	0	0,0	1	3,3	3	5,9	2	9,1	1	3,4
Outra	11	16,2	7	18,4	4	13,3	12	23,5	3	13,6	9	31,0
É indiferente	41	60,3	28	73,7	13	43,3	21	41,2	12	54,5	9	31,0
Total	68	100,0	38	100,0	30	100,0	51	100,0	22	100,0	29	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Pelos dados apresentados, constata-se que, de acordo com a percepção dos jovens, o percentual de pais que querem que seus filhos sejam agricultores é muito pequeno e praticamente igual nos dois municípios (14,7% em Santo Cristo e 15,7% em Candelária). Chama-se a atenção para a elevada proporção de jovens que escolheram a alternativa “indiferente”, apresentada por 60,3% dos jovens no município de Santo Cristo e 41,2% dos jovens no município de Candelária. Isso parece confirmar as idéias de que muitos dos jovens matriculados nas escolas de segundo grau considerados na pesquisa não serão os sucessores de seus pais em suas unidades produtivas e que a decisão de freqüentar o segundo grau escolar, para muitos desses jovens, é **posterior** à decisão de não assumirem a profissão de agricultor (a), aventada no capítulo anterior.

A importância do trabalho e da educação como instrumentos de ascensão social para os jovens rurais de Santo Cristo e de Candelária fica evidente quando se analisam os dados sobre a continuação dos estudos, a profissão e o local de moradia preferida por eles. Os gráficos 9 e 10



mostram a preferência dos jovens e sua percepção sobre as preferências de sua mãe e de seu pai sobre seu lugar de moradia (rural ou urbano).

Ao serem perguntados se existe a possibilidade de um dia assumirem a propriedade do pai, considerando todos os jovens entrevistados em Santo Cristo e Candelária (124 jovens), apenas 22 (sendo 20 de Santo Cristo e dois de Candelária), todos do sexo masculino, responderam afirmativamente.<sup>44</sup> É preciso esclarecer que a realização desta intenção não será necessariamente cumprida, tendo em vista que eles pretendem continuar estudando e residir na cidade, uma vez que só mostram esta disposição por não haver outra pessoa na família para assumir a propriedade.

Klass Woortmann, ao analisar as relações entre os filhos e pais, na agricultura familiar, diz:

*Os filhos agora ‘vivem sonhando com a cidade’, como dizia um pai desesperançado, e não são poucas as unidades de produção onde o processo se inviabiliza pela ausência do filho. Mais dramaticamente, o herdeiro recusa-se a herdar. Introduzem-se então, no universo da colônia e da família os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família, pedra de toque da organização social (WOORTMANN, 1990).*

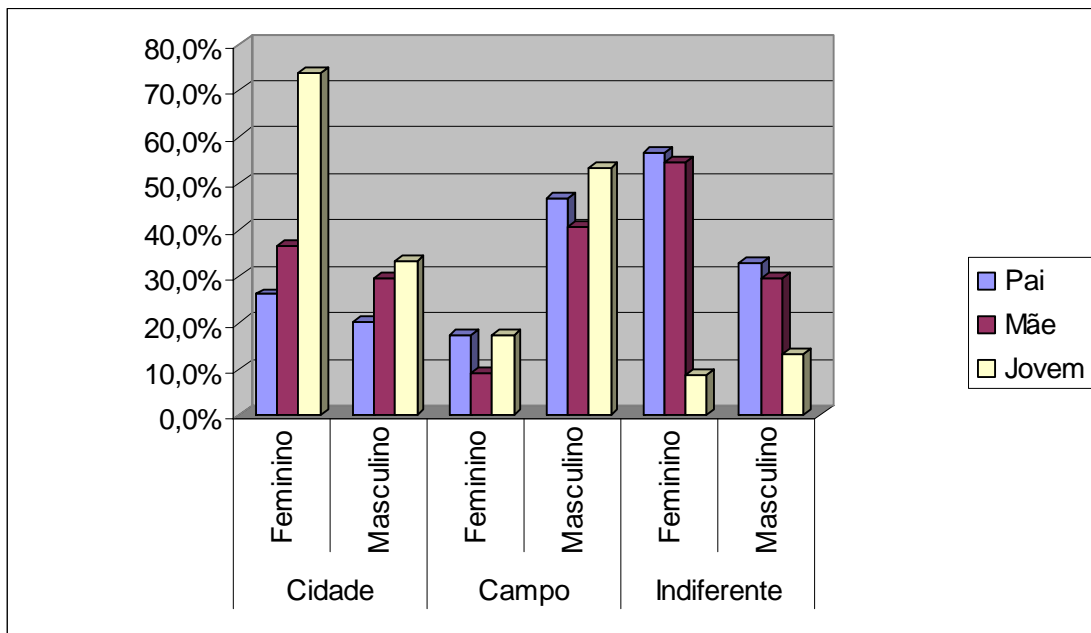
Um outro aspecto a considerar é a questão da saúde, colocado pelos jovens de Candelária: o trabalho nas lavouras de fumo é muito nocivo à saúde. O agricultor, ao realizar o contrato com a empresa fumageira, recebe um pacote tecnológico, estipula mais ou menos quanto vai produzir, faz um pacto com a família para compor a força de trabalho e todos, com exceção das moças, precisam trabalhar para cumprir a cota estipulada com a empresa. Como mostra Faria, o uso de agrotóxicos é intenso na região e 62% dos adolescentes incluídos em sua pesquisa declaram fazer uso regular destes produtos. Entre as diversas formas de exposição aos agrotóxicos, a autora constatou que 52% dos jovens considerados ajudavam com as mangueiras, 48% aplicavam agrotóxicos e 6% trabalhavam em outras propriedades (FARIA, 2000).

Comparando-se os gráficos 10 e 11 verifica-se que não há diferenças significativas nas percepções dos jovens sobre as preferências dos pais quanto ao local de moradia deles, entre um

---

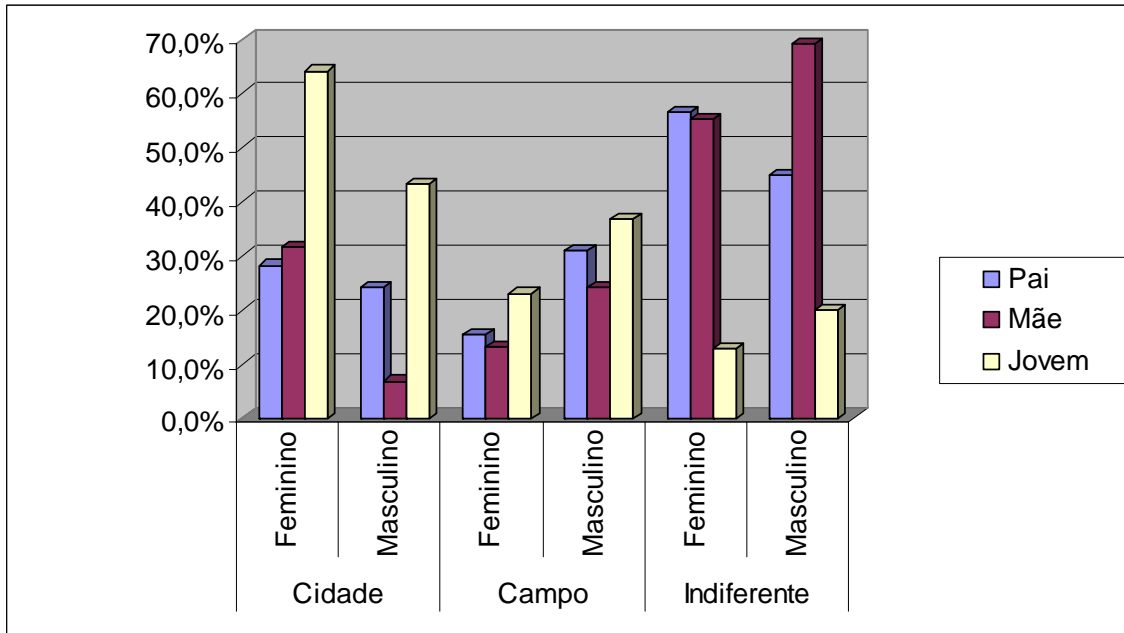
<sup>44</sup> Este resultado permite relativizar um pouco a idéia apresentada anteriormente de que os jovens rurais que freqüentam a escola na cidade já tinham optado por deixar a atividade agrícola antes de ir para a escola.

município e outro, embora em Santo Cristo haja uma proporção maior dos que percebem a preferência dos pais sobre seu lugar de moradia futuro como 'indiferente'. As relações de gênero se traduzem na maior proporção de rapazes que preferem a vida no campo e na maior proporção dos que percebem as preferências dos pais nessa direção.



**Gráfico 10 - Opções de moradia, segundo os jovens de Candelária.<sup>45</sup>**

<sup>45</sup> O gráfico mostra a preferência do jovem entrevistado sobre seu local de moradia e sua percepção sobre as preferências de seu pai e de sua mãe sobre a mesma.



**Gráfico 11 - Opções de moradia, segundo os jovens de SantoCristo<sup>46</sup>**

<sup>46</sup> O gráfico mostra a vontade do pai e da mãe na percepção do jovem rural, quando este preencheu o questionário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a questão das perspectivas de permanência dos jovens rurais na agricultura. Ao fazerem suas escolhas profissionais, os jovens rurais, filhos de produtores familiares, avaliam suas condições de seguir a atividade de seus pais comparativamente a suas perspectivas de inserção em atividades não-agrícolas. A situação do país não é favorável a nenhuma dessas duas possibilidades: do lado da agricultura, esta vem reduzindo os postos de trabalho e, quando empregam jovens, é o setor de atividades com menores salários; do lado das atividades não agrícolas, apesar de seu incremento em áreas urbanas dos municípios do interior, as taxas de desemprego aumentaram nos últimos cinco anos, principalmente entre os jovens. A educação formal surge, assim, como uma válvula de escape (na medida em que consegue reduzir a demanda por empregos de jovens em idade escolar) e uma estratégia de ascensão socioeconômica, tendo em vista a existência de uma relação positiva entre número de anos estudo e salário ou renda.

Na pesquisa, verificou-se que tanto para os jovens do município de Candelária como os do município de Santo Cristo a educação formal representa uma estratégia para mudar de vida, ter um status maior na sociedade. Ao analisarem-se as perspectivas educacionais dos jovens constatou-se que a grande maioria, tanto de rapazes como de moças, em ambos os municípios, quer continuar seus estudos, cursando uma faculdade. Além disso, a escolha dos cursos na maioria dos casos, não tem relação com a área das ciências agrárias.

A valorização da educação formal decorre, em primeiro lugar, do desejo de ascensão social, através da busca de uma profissão que dê bons retornos financeiros e status. Em segundo lugar, deriva da percepção dos jovens de que os professores apresentam uma imagem negativa do meio rural e positiva do meio urbano, ao mesmo tempo em que fortalecem suas expectativas de realizar um curso superior. Na visão dos jovens, ainda, os professores das áreas rurais são menos

capazes do que os das áreas urbanas, pois “vão para o interior aqueles professores que sabem menos”.

Na 2ª Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, que se realizou em Brasília, em julho de 2004, ocorreu um painel denominado “O Campo da Educação do Campo”. Um dos desafios propostos na conferência foi o de construir o paradigma (contra-hegemônico) da Educação do Campo: produzir teorias, construir, consolidar e disseminar novas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação.

A construção desse paradigma foi defendida pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, que o definiu como “território teórico e político que contribui para a transformação da realidade”, bem diferente do paradigma da educação rural, cuja construção teórica, segundo ele, é alheia ao homem do campo. “O campo dentro da educação rural é visto somente como espaço de produção e as pessoas são vistas como recursos humanos”, afirmou.

Segundo Caldart (2004) o desafio de construir esse paradigma se desdobra em três tarefas combinadas: manter viva a memória da Educação do Campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos; identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; e seguir na construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo.

A Educação do Campo deve incluir em seu debate político e pedagógico a questão de que “saberes” são mais necessários aos sujeitos do campo, e podem contribuir na preservação e na transformação de processos culturais, de relações de trabalho, de relações de gênero, de relações entre gerações no campo; também que saberes podem ajudar a construir novas relações entre campo e cidade. Além disso, é preciso discutir sobre como e onde estão sendo produzidos hoje estes diferentes saberes, qual a tarefa da escola em relação a cada um deles, e também que saberes especificamente escolares podem ajudar na sua produção e apropriação cultural (CALDART, 2004).

Para Abramovay (2004), a responsabilidade da educação rural é preparar os jovens para viver num meio rural em que a agricultura será cada vez menos importante, em que novas oportunidades de trabalho e de prestação de serviço surgirão envolvendo não só o campo, mas também as áreas dos pequenos municípios. Portanto é preciso lutar por uma educação rural e não por uma educação do campo. “*A emergência de um novo paradigma tecnológico na agricultura, baseado na sustentabilidade, exige uma mudança fundamental no padrão de ensino rural*” (ABRAMOVAY, 2004).

Embora em ambos os municípios os jovens queiram continuar seus estudos, verifica-se que muitos jovens do sexo masculino têm dificuldades de estudar e realizar suas tarefas escolares em casa. As atividades na lavoura estão em primeiro lugar para os rapazes, o que não se configura para as moças, pois elas geralmente não são necessárias para as atividades da lavoura e com frequência suas mães executam sozinhas as tarefas da casa para elas terem tempo para estudar. Devido a isso, os posicionamentos dos jovens entrevistados sobre suas aspirações educacionais variam por sexo, configurando uma questão de gênero.

No início dessa dissertação, formulou-se a hipótese de que o sexo e a educação exercem um papel fundamental nas perspectivas dos jovens de permanecer ou não na agricultura: os rapazes que possuem a expectativa de herdar a terra valorizam menos a escolaridade e mais a atividade agrícola; as moças, que vêem no estudo uma alternativa para a busca de uma outra atividade, valorizam mais a formação escolar e não vêem perspectivas de assumir a atividade agrícola profissionalmente. Essa hipótese não se confirmou, pois em ambos os municípios a maioria dos jovens, tanto rapazes como moças, pretende abandonar a atividade agrícola. Mesmo os rapazes que manifestaram existir a possibilidade de assumir a propriedade como sucessores de seus pais demonstram querer continuar seus estudos além do nível médio e sua opção de moradia é a cidade e não o campo. Por outro lado, a parte da hipótese referente às moças confirmou-se, pois a maioria não valoriza a atividade agrícola e vê a educação formal, com a conclusão de um curso universitário, como um meio de inserir-se em atividades não-agrícolas e sair do meio rural.

Uma segunda hipótese propôs que a rejeição da atividade agrícola das jovens mulheres decorre de um processo de socialização, através do qual elas não são consideradas como trabalhadoras principais da unidade de produção familiar e são estimuladas a estudar para buscar uma atividade ocupacional não agrícola. Elas também têm escassas perspectivas de herdar a terra. A análise dos dados mostra que quem faz as atividades domésticas são as mulheres da família, mãe e filhas, sendo essas excluídas das atividades agrícolas, do gerenciamento, do processo decisório da unidade de produção familiar e das perspectivas de herança da terra. Quando foi perguntado às jovens mulheres onde, na sua percepção, seus pais gostariam que elas residissem, elas responderam que acreditam que os pais preferem que elas morem na cidade. O significado disso é que, ao fazer uma avaliação positiva das atividades não-agrícolas, as moças sentem-se apoiadas pelos pais.

Como os produtores rurais familiares pretendem ter um sucessor, isto é, pretendem que um de seus filhos suceda-os como responsável pela unidade de produção familiar, desde cedo, caso tenham mais de um filho homem, avaliam qual deles tem melhores condições (aptidão, gosto) para a atividade agropecuária e, ao mesmo tempo em que o utilizam como mão-de-obra não remunerada, socializam-no para o trabalho através da prática. Para este jovem, a educação formal, além do necessário para aprender a ler e a escrever, parece desnecessária, principalmente devido ao tempo ‘desperdiçado’ para isso. Para os demais filhos a educação formal é estimulada, apesar de nem sempre o jovem ter vontade de estudar.

Uma constatação da pesquisa, principalmente quando se comparam os dados coletados em Santo Cristo e Candelária com os de outras pesquisas (como as de Spanevello e de Jentsch e Shucksmith), é que a decisão de grande parte dos jovens rurais de prolongar o tempo dedicado à educação formal além do mínimo necessário é posterior – e não anterior - à decisão de assumir ou não a profissão de agricultor. É isso que pode explicar porque uma proporção tão significativa de jovens de ambos os sexos, mas principalmente de jovens mulheres, entrevistadas nas escolas de ensino secundário onde estudam, informaram que não pretendem ser agricultores (as). No caso das mulheres, sua recusa em ser agricultoras é acompanhada da recusa de casamento com um agricultor.

Geralmente responsável pela manutenção e ampliação (quando possível) da propriedade familiar, o pai também se responsabiliza pela elaboração de estratégias de transmissão da herança, que afetam diretamente as trajetórias individuais na medida em que lhe é permitido, através regras costumeiras, excluir e privilegiar herdeiros. Como parte da ordem simbólica, a terra tem significados que transcendem os seus valores econômicos e sua transmissão, de uma geração a outra, reflete a hierarquia familiar e consolida relações desiguais entre os indivíduos, particularmente as posições diferenciadas entre homens e mulheres.

Apesar da igualdade estabelecida pela Constituição Brasileira no que se refere ao direito dos filhos à herança do patrimônio familiar, a regra cultural (os códigos costumeiros) modifica a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo - a família. Essa prática é comum aos agricultores quem têm suas estratégias reprodutivas centradas na produção da integridade do patrimônio. Esse fenômeno, observado entre agricultores de origem colonial italiana, no Sul do País, não é exclusivo do Brasil; ao contrário, a literatura especializada é extensa e analisa a situação de diversos países ou de regiões dentro dos países, sobretudo os da Europa.

As perspectivas de os jovens terem a intenção de permanecer, ou não, na atividade agrícola independem da região ou do município em que eles residem. Confirmando a hipótese inicial, os fatores principais que afetam essas perspectivas são as possibilidades de obtenção de renda e o reconhecimento do trabalho. O descontentamento dos filhos (as) de agricultores familiares aparece nas representações elaboradas a respeito do processo sucessório na família, aflorando nos conflitos de gênero e geração presentes nessa questão.

Um aspecto relevante para a saída dos jovens em direção à cidade é a pretensão dos jovens de ter certa independência financeira, para poder comprar roupa ou ir a festas, sem ter de pedir aos pais. Para a saída das jovens, além desse fator, também influencia a maneira como suas mães vivem, pois elas querem para si algo diferente.

Os jovens, ao listarem as vantagens e desvantagens das atividades do pai e da mãe, enfocam um número muito maior de desvantagens do que vantagens. Na realidade eles avaliam



positivamente o modo de vida e as vantagens de morar e trabalhar na cidade e renegam o estilo de vida de seus pais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **In : Juventude e contemporaneidade**. São Paulo : Anped – Revista Brasileira de Educação, número especial, 5-6, p. 25-36,1997.

ABRA. Exôdo e Miséria no Rural Brasileiro : 1999 a 2001. Disponível em< [www.abra.com.br](http://www.abra.com.br). Acessado em 22/03/2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1, p. 66-83, junho de 1986.

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. **In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. BRASÍLIA, 1997.** Texto para discussão, 29.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Publicações Seriadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, janeiro de 2000.

AFUBRA. **O Fumo e suas Origens**. Disponível em< [www.afubra.com.br](http://www.afubra.com.br). Acessado em 14/07/2004.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul; causas e perspectivas**. Porto alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994.

ANJOS, Flávio Sacco. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

ARIAS, Alfonso Rodrigues. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. **In: JOVENS ACONTECENTO NA TRILHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília: CNPD, Vol. 2, p.519- 41,1998.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural: das experiências à política pública**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

BALSADI, Otavio V.; BORIN, Maria R.; GRAZIANO, José S.; BELIK, Walter. **Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na Agricultura Brasileira no período de 1900-2000**. Disponível em < [www.unicamp.com.br](http://www.unicamp.com.br). Acessado em 23/04/2004.

BERTHODI, José Carlos. **Ideologia individualista e cooperativismo**, 2001. (monografia)

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação**; tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Daniel Lins. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. **Etudes Rurales**. 1962

BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia**. Rio de Janeiro. Ed.Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria no Mundo**.Petrópolis. Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J; PASSERON J.C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRUMER, Anita; GIACOBBO, Elisa Olívia. A mulher na pequena agricultura modernizada. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, vol. 16, n.1, p.139-156, jan./ jun. 1993.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. **Cadernos de Sociologia** n. 6, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre: PPGS, 1994, p.89-111.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 1996, p.39-58.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no **XXII CONGRESSO INTERNACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA)**, realizado em Miami, Flórida, de 16 a 18 de março de 2000. 30p.

BRUMER, Anita; ROSAS, E. N.; WEISHEIMER, N. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. Trabalho apresentado no **XI Congresso Internacional da Internacional Rural Sociological Association (IRSA)**, realizado no Rio de Janeiro, 2000.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Iñez. As agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.171-174, janeiro – abril, 2004.

CALAZANS, Maria J. C. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural. **IN: Educação e Escola no Campo**. Jacques Therrien, Maria Nobre Damasceno (Coords.) Campinas: Papirus, 1993.

CHAVES FILHO, Eliseu de. **Políticas de juventude: Evolução histórica e definição**. UNESCO, 2000. Disponível em< <http://www.bireme.br/>. Acesso em 14/07/2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. Artigo publicado em Teixeira da Silva, F.C. Santos, L.F.C. (org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Ed.Campus/ Pronex (1999).

CHAMPAGNE, Patrick. **Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa** (tradução do texto `Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne`). Cahier d'Economie et Sociologie Rurales, n.3, p.73-89, déc. 1986.

CUNHA, Marcus V. A escola contra a família. In: Lopes, E.M.T.; Faria F.; L.M. de; Veiga, G. C. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3º edição - Belo Horizonte:Autentica,2003.

COSTA PINTO. **Sociologia & Desenvolvimento**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DALLABRIDA, Valter R. **Nova Dinâmica Territorial em Construção: e experiência da Região Fronteira Noroeste - RS Brasil**. Disponível< [www.unijui.tche.br](http://www.unijui.tche.br). Acessado em 12/06/2004.

DURHAM, Eunice R. O sistema federal de ensino superior: problemas e alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 23, 1993.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DURSTON, John. Juventude Rural, Modernidade e Democracia. In: Tavares, Doraci; y Nelson Lemos (Comp.). **Juventude e Desenvolvimento rural no Cone Sul Latino Americano**. Santiago do Chile: PROCODER –EMATER/RS –IICA, 1994, p. 13-15.

DURSTON, John. A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade. **Idéias & debate**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, n. 27, 1999.

DONOSO, Sonia, Z. **Conociendo a la joven rural**. IICA, Chile, 2001.

EMATER. **Estudo da situação do município de Candelária**, 1996, 2000.

EMATER. **Estudo da situação do município de Santa Rosa**, 1992.

EMATER. **Estudo da situação – Rio Grande do Sul**, 1998.

EMATER. **Estudo da situação do município de Santo Cristo**, 1996, 2000.

ESTEVES, Antonio Joaquim. **Jovens e idosos: família, escola e trabalho**. Porto: Ed. Afrontamento, 1995.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

FARIA Nalu. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

FARIA, Neice M. O Trabalho Rural na Adolescência. **In Anais do Seminário da Região Sul**. Proteção Integral Para Crianças e Adolescentes. Florianópolis, 2000.

FERREIRA, Marcos A F. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. **Estudos de Psicologia**, n. 6, p.213-225, 2001.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Ed.Atual, Brasília: Cortez, DF: INEP,1989.

GALLAND, Oliver; LAMBERT, Yves. **Les jeunes ruraux**. Paris: INRA/L' Harmattan, 1993.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fev. 2000.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O Inquérito, teoria e prática**. Tradução de Conceição Lemos Pires. Revisão Técnica de Ana de Saint - Maurice. Celta editora, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1999.

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude II - Para uma Sociologia Diferencial**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968, p.73-88.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD 1995**. Rio Grande do Sul.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 04/09/2002

INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. <http://www.incra.gov.br/sade/>. Acessado em 04/09/2002

IANNI, Otávio (1968). O jovem radical. In: BRITO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude I.- Da Europa de Marx à América Latina de Hoje**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968, p.225-242.

JENTSCH, B.; SHUCKSMITH, M. Education and individualization among young people in Agus, Scotland. In: Dax, T.; Machold, I.; (eds.). **Voices of Rural Youth. A Break with Traditional Patterns? Wien: Bundesanstalt für Bergbauernfragen**, 2002, p. 38-58.

LUFT, Hedi Maria. O paradoxal papel da escola: promete incluir, excluindo. In: BONETI, Lindomar Wessler (coord.). **Educação, Exclusão e Cidadania**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

KAGEYAMA, Ângela; GRAZIANO DA SILVA, José. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP. 1987.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade**. São Paulo: Unicamp, 1993. Vol. 1.

LEITE, Sergio C. **Escola rural : urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p.

MANNHEIN, Karl. **Sociologia**. Organizadora: Marialice Mencarini Forachi. São Paulo: Àtica, 1982.

MADEIRA, Felícia Reicher; RODRIGUES, Eliana Monteiro. Recado dos jovens: mais qualificação. **In: JOVENS ACONTECENDO NA TRILHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília: CNPD, 1998. Vol.2, p. 427-96.

MARTINS, Heloisa. H. de S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Heloisa. H. de S. O jovem no mercado de trabalho. In: Juventude e contemporaneidade. São Paulo : Anped – **Revista Brasileira de Educação**, número especial, 5-6, p.96-108.

MARTINS, José S. **Impasses Sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Disponível em < <http://www.nead.org.br>. Acessado em 17/01/2002.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. **Formação da Sociedade Rio-Grandense** (ensaios). Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1975

MEDEIROS, Leonildes. **Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar**. São Paulo em Perspectiva, 11 (2) 1997.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Juventude e contemporaneidade. São Paulo : Anped – **Revista Brasileira de Educação**, número especial, 5-6, p. 5-14.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 16, n.44, 2002.

NOVAES, Regina R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

ONU – FAO – INCRA. **Agricultura familiar na região sul**. Brasília: FAO/ INCRA, 1996.

OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T; GELLNER, E. et al. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Editoria brasileira: Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1996.

PAOLI, João Paulo. A Educação, O Estado e seus limites. **In Sociologia: textos e contextos**. Coordenação de Ottmar Teske; apresentação de Valter Kuchenbecker, prefácio de Gerhard Grasel-Canoas. Ed. ULBRA, 1999.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC, n. 21, p.1-17 junho, 2000.

PASSADOR, Cláudia. **Um Estudo do projeto Escola do Campo - Casas Família Rural (1990-2002) do Estado do Paraná: A Pedagogia da Alternância Como Referencial de Permanência**, São Paulo, 2003 (tese de doutorado – UNICAMP).

PENA, Maria V.J. **Mulheres e Trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PRONAF. Buscando as Raízes: Agricultura Familiar e Reforma Agrária. **Caderno de Capacitação**, nº1. Brasília, junho de 2002.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia - A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REUBEN, W. **La juventud rural en América Latina y en el Caribe**. San Jose: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 1990.

RIBEIRO, Arilda I. M. Mulheres Educadas na Colônia. In: Lopes, E.M.T.; Faria F.; L.M. de; Veiga, G. C. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª edição - Belo Horizonte: Autentica, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Perfil da Região Fronteira Noroeste**. Plenária Regional de Diretrizes, 2002 – 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Perfil da Região do Vale do Rio Pardo**. Plenária Regional de Diretrizes, 2002 – 2003.



RITZKAT, Marly G. B. Preceptoras alemãs no Brasil. In: Lopes, E.M.T.; Faria F.; L.M. de; Veiga, G. C. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª edição - Belo Horizonte: Autentica, 2003.

ROCHE, Jean. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTTA, Edeimar. **A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de integração entre regional e global**. Ijuí, Ed.UNIJUI. 1999.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, 2002.

SCHNEIDER, S e NAVARRO, Z. A nova face do emprego na agricultura do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no **XXXVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, em 1 a 5 de agosto de 1999, Foz do Iguaçu, Paraná.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Rio de Janeiro: Movimento/SAB, 1974.

SEYFFERT, GERALDA. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, 1985 (p.1-27).

SIQUEIRA, Luisa H. **A Condição Feminina e seus Problemas**. São Leopoldo, 1981, (trabalho de conclusão, UNISINOS).

SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato uma educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983. 145 p.

SILVESTRO, Milton Luiz et alii. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri ; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário,2001.

SILVESTRO, Milton; CORTINA Nelson. Desenvolvimento rural sem jovens? **Revista Agropecuária Catarinense**, v.11, nº. 4, dez. 1998.

SPANEVERELLO, Rosani Maria. **Jovens rurais do município de Nova Palma - RS: situação atual e perspectivas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2003 (dissertação de mestrado em Extensão Rural - UFSM).

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. In: Juventude e contemporaneidade. São Paulo : Anped – **Revista Brasileira de Educação**, número especial, 5-6, p. 37-41.

SOARES, Édila L. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. MEC, 2004. Disponível em < [http:// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acessado em 12/06/2004.

STROPASOLAS, Valmir. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/Santa Catarina**; Florianópolis, 2002. (tese de doutorado, UFSC).

STROPASOLAS, Valmir. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1; p.253-267, janeiro – abril /2004.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família; racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo fundo: Editora da Universidade de Passo fundo, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **TEDESCO, J.C (org). Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2. ed.. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.21-55.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/ UNB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia; o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico-1976**, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1988.

ZALUAR, Alba, (org.), (1992). **Violência e educação**. São Paulo: Cortez.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural/UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado - UFRGS).

## GLOSSÁRIO

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AFUBRA	Associação Fumicultores do Brasil
AIA	American International Association for Economic and Social Development
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica
CBAR	Comissão Brasileiro Americana de Educação das Populações Rurais
COCANJUR	Conselho Candelariense de Juventude Rural
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
COREJUR	Conselho Regional de Juventude Rural
EMATER	Associação Rio Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ISMA	Índice Social Municipal Ampliado
LDB	Lei das Diretrizes Básicas
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra por Domicilio
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIJUI	Universidade Regional do Noroeste do Estado Do Rio Grande Do Sul
UPF	Unidade de Produção Familiar

## ANEXOS

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como é a sua família? Número de pessoas? Quem trabalha na agricultura?
2. Tipo de produção?
3. Em sua opinião, a renda tirada de sua propriedade é suficiente para o sustento de sua família?
4. A partir da renda da propriedade, é viável ou não permanecer como agricultor?
5. Como é feita a divisão das tarefas na propriedade?
6. Quais as tarefas ficam sob sua responsabilidade?
7. Como você encara a possibilidade de continuar os estudos?
8. O que é necessário para você ficar na terra, ser agricultor (a)?
9. Quais são os seus planos para o futuro? Que tipo de estratégias você usa para atingir seus objetivos?
10. Que tipos de atividades vocês desenvolvem no Conselho?
11. No que influencia em sua vida participar do conselho?

